

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências



**A PALAVRA COMO “APARELHO MOTOR”: UM
ESTUDO DA LINGUAGEM EM *MATÉRIA E
MEMÓRIA***

VANESSA DE OLIVEIRA TEMPORAL

ORIENTADORA:
PROFA. DRA. DÉBORA CRISTINA MORATO PINTO

SÃO CARLOS

JANEIRO DE 2014

VANESSA DE OLIVEIRA TEMPORAL

**A PALAVRA COMO “APARELHO MOTOR”: UM ESTUDO DA
LINGUAGEM EM *MATÉRIA E MEMÓRIA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia, sob a orientação da Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto.

**SÃO CARLOS
JANEIRO DE 2014**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T288pa

Temporal, Vanessa de Oliveira.

A palavra como “aparelho motor” : um estudo da
linguagem em *matéria e memória* / Vanessa de Oliveira
Temporal. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
107 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

1. Filosofia - história. 2. Bergson, Henri Louis, 1859-1941.
3. Linguagem. 4. Intuição. I. Título.

CDD: 109 (20^a)

VANESSA DE OLIVEIRA TEMPORAL

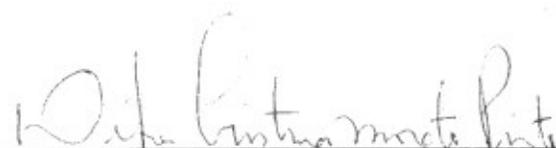
"A PALAVRA COMO 'APARELHO MOTOR': UM ESTUDO SOBRE A LINGUAGEM
EM MATÉRIA E MEMÓRIA DE HENRI BERGSON"

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em 31 de janeiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Presidente



Prof. Dra. Débora Adriana Camargo Cappello (Orientadora - UFSCar)

1º Examinador



Prof. Dr. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto (Membro Titular - UFSCar)

2º Examinador



Prof. Dra. Maria Adriana Camargo Cappello (Membro Titular - UFPR)

AGRADECIMENTOS

Tenho o prazer de aproveitar esta ocasião para agradecer todas as pessoas e instituições que me acompanharam e me sustentaram no curso destes anos de trabalho que conduziram a esta dissertação.

De imediato, tenho claro que sempre serei grata à Profa. Dra. Débora Cristina Morato Pinto por ter aceitado me orientar, primeiro, em minha iniciação científica, e também como mestranda. Sua alegria e análise filosófica impecável me ensinaram que estas características podem, sim, serem conciliadas e vêm, nestes últimos cinco anos, compondo um norte para meus estudos.

Agradeço igualmente aos Profs. Drs. Bento Prado de Almeida Ferraz Neto e Maria Adriana Camargo Cappello pela leitura atenta e pelos excelentes comentários feitos nas bancas de qualificação e defesa.

Não poderia deixar de expressar meu carinho e admiração pelos professores do Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências (DFMC), principalmente, pelo Prof. Dr. Paulo Licht dos Santos, cuja paciência e cujo rigor filosófico desempenhados em aula compõem um constante estímulo para se exercer a profissão de professor de Filosofia.

Meus calorosos agradecimentos à minha família pela paciência e generosidade com que acolheu minhas decisões e estudos, ao Franco por me lembrar constantemente da “cor do trigo” e também a toda sua família pelo apoio e encorajamento.

Agradeço imensamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento e pela oportunidade de desenvolver este projeto de pesquisa.

Um agradecimento especial para Vanessa Cristina Migliato, pela acessibilidade e assistência – acompanhadas sempre de muita simpatia – em todas as questões administrativas.

Para finalizar, sinto que não posso deixar de agradecer à Biblioteca Comunitária da UFSCar, à Estante Virtual e, sobretudo, aos Correios, que proporcionaram grande parte do acesso à bibliografia deste trabalho.

Meu “muito obrigada” a todos vocês!

Table, vien te placer sous mon coude (gauche), comme si souvent tu le fis sans qu'il soit, sur mon écritoire, question de toi. (PONGE, 2002, p. 184).

RESUMO

Após uma breve retomada da tese bergsoniana da inadequabilidade da linguagem para exprimir o real, a qual está presente ao longo de toda sua obra, esta dissertação procura mostrar de que modo *Matéria e Memória* contempla uma reflexão mais profunda sobre esta temática ao apresentar a noção de “aparelho motor”, que permite vislumbrar o fundamento corporal dos hábitos da prática e aponta para o problema de transpô-los sem crítica ao âmbito do pensamento especulativo. Em linhas gerais, procuramos entender de que modo a concepção de linguagem de Bergson – com base na definição da palavra como entidade da ordem da organização motora ou mais explicitamente como *aparelho motor* –, anuncia um acesso extralingüístico ao real ao direcionar o estudo filosófico para a noção de *imagem* e para as cinco figuras presentes ao longo dos últimos capítulos de *Matéria e Memória*.

Palavras-chave: Henri Bergson. Linguagem. Aparelho-motor. Intuição.

ABSTRACT

After a short resumption of Bergson's thesis about the inadequacy of language's expression of reality, which permeates all his works, this dissertation intends to discuss how *Matter and Memory* contemplates a deeper reflection on this subject as it presents the notion of "motor mechanism", allowing to foresee the bodily grounds of practical habits and pointing out the problem of their transposition to speculative thought without criticism. In general, we intend to comprehend how Bergson's language conception – based on a definition of word as an entity of motor order or more specifically as motor mechanism – announces an extralinguistic access to reality when it directs the philosophical study to the notion of *image* and to the five figures which permeates the last chapters of *Matter and Memory*.

Keywords: Henri Bergson. Language. Motor mechanisms. Intuition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - A questão da linguagem: o corpo e sua influência no processo de significação.....	8
CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO DA LINGUAGEM EM BERGSON.....	17
1.1) Breve contextualização do tema da linguagem no século XIX.....	22
1.2) A questão das ideias gerais: a necessidade bergsoniana de um novo método.....	26
1.3) O corpo e sua influência no processo de significação.....	35
CAPÍTULO 2 – A NOÇÃO DE APARELHO MOTOR: A BASE CORPORAL DO RECONHECIMENTO.....	43
2.1) A teoria da linguagem.....	59
2.2) Processo automático sensório-motor.....	61
2.3) Projeção ativa e excêntrica de lembranças-imagens.....	63
CAPÍTULO 3 - A POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DA ORDEM TEMPORAL: AS IMAGENS E AS CINCO FIGURAS COMO HORIZONTE DA SIGNIFICAÇÃO.....	70
3.1) A noção de <i>imagem</i>	72
3.2) As cinco figuras.....	84
3.3) A possibilidade de acesso ao real.....	91
CONCLUSÃO.....	99
BIBLIOGRAFIA.....	102

INTRODUÇÃO

A questão da linguagem: o corpo e sua influência no processo de significação

Nommer n'est pas un acte simple. Sous son apparente gratuité il engage. On peut dire de lui ce que Holderlin dit de l'acte poétique, qu'il est à la fois le plus innocent et le plus dangereux de tous (MALDINEY, 1975, p. 159).

A obra de Henri Bergson contém uma dificuldade intrínseca quanto ao método intuitivo, sobretudo quanto à possibilidade de sua aplicação sem mistura à teoria de base racional. Esta dificuldade se coloca de modo que sua solução não pode ser feita a partir do emprego da lógica. Também quanto à análise filosófica, a novidade deste método impossibilita sua refutação seguindo o caminho da análise de texto, pois, de antemão, a maneira como o analisamos se vale do pensamento lógico. E sua obra se concentra em demonstrar e combater este uso do pensamento – predominante da tradição filosófica – na medida em que ele abstrai e antropomorfiza a condição primordial do ser vivo. O pensamento de Bergson vai contra a abstração e a favor da contextualização. Trata-se de um autor cuja teoria tem de ser compreendida para além do texto, pois qualquer refutação que permaneça neste patamar corre o risco de cair na crítica já prevista da abstração lógica. Como sugere o próprio autor no início de “A intuição filosófica”:

Atendo-nos às doutrinas quando já formuladas, à síntese na qual parecem então abarcar as conclusões das filosofias anteriores e o conjunto dos conhecimentos conquistados, corremos o risco de não mais perceber aquilo que há de essencialmente espontâneo no pensamento filosófico (BERGSON, 2006, p. 123).

A citação acima se caracteriza pela busca da raiz intuitiva de cada sistema filosófico para além de sua formulação discursiva. E neste sentido, a filosofia de Bergson procura estabelecer um domínio alheio a esta formulação, pressupondo uma “descoberta pré-predicativa” (PRADO JR, 1989, p. 62-63). Quando, mais adiante no artigo citado acima, o autor se pergunta pela natureza da intuição, ele responde, valendo-se de modéstia: “Se o filósofo [ou seja, autor de um sistema filosófico] não pôde formulá-la, não seremos nós que o conseguiremos” (BERGSON, 2006, p. 125). Talvez, a modéstia aqui obscureça a tentativa de fundar uma teoria que se oponha ao pensamento conceitual, mas, acima de tudo, exprime uma dificuldade própria à

linguagem. A definição de um âmbito pré-predicativo teria de recusar contornos nítidos e se revelar – não sem prejuízos – através da recuperação e fixação de “uma certa *imagem intermediária* entre a simplicidade da intuição concreta e a complexidade das abstrações que a traduzem, *imagem* fugidia e evanescente” (BERGSON, 2006, p. 125, grifo nosso).

Nota-se, nesta crítica ao pensamento conceitual, o predomínio do elemento visual a partir do emprego da palavra *imagem*, como se o olhar em sua fugacidade já consistisse acesso à filosofia. Mas, uma filosofia que Bergson faz sua, ao sustentar o predomínio das metáforas visuais, destacando a visão dentre os outros sentidos por sua eficácia na diferenciação dos objetos. Neste sentido, pode-se dizer que o olhar constitui a própria expressão da consciência naquilo que ele traz de contradição: a visão nos apresenta um quadro do real, mas apenas na medida em que promove o apagamento de toda a realidade que não esteja em contato instantâneo com o corpo do indivíduo. Trata-se do conceito de “órgão-obstáculo” apresentado por Vladimir Jankélévitch (1977, p. 98):

De modo geral, o órgão-obstáculo é sobretudo um órgão, um órgão controverso e complexo: assim o cérebro é o órgão-obstáculo do pensamento, o olho, o órgão-obstáculo da visão, a linguagem, o órgão-obstáculo do sentido¹.

Portanto, podemos identificar no olhar um paralelo com a consciência e tomá-lo em sua imediatez como a própria expressão do caráter parcial desta última. Na citação acima, cérebro, olho e linguagem são contrapostos ao pensamento, à visão e ao sentido. Tal agrupamento não deixa de ser fruto da abstração, reunindo diversos aspectos do real. Mas, qual seria a virtualidade por detrás deste segundo grupo apresentado, que lhe confere privilégio sobre o primeiro? Será que o critério empregado aqui nos autoriza tal abstração sem comprometer a natureza destes elementos? O critério desta abstração que reuni pensamento, visão e sentido é a *temporalidade*. Há uma forte relação de dependência nos pares aparentemente contrários, sem o cérebro não existe pensamento, assim como sem o olho não existe visão, sentido sem linguagem também não seria possível. A abordagem bergsoniana tende ao fato destes aparentes pares constituírem unidades, que enquanto enfocadas objetivamente restringem-se ao âmbito parcial da ciência, mas podem também serem apreendidos do ponto de vista de sua significação e,

¹ “Généralement l’organe-obstacle est sur tout un organe, un organe contrarié et compliqué: ainsi le cerveau est l’organe-obstacle de la pensée, l’oeil l’organe-obstacle de la vision, le langage l’organe-obstacle du sens”.

para isso precisaremos conhecer as regras do encadeamento temporal, ou seja, fazer metafísica. Apesar de a linguagem ser constituída por vários elementos temporais, sua hierarquia temporal não contempla a ordem dos fatos positivos e apaga a subjetividade de sua autoria. Segundo Harald Weinrich (1973, p. 101):

A língua não se presta a tal maneira de dizer. Ela conhece duas espécies de passado: um que é imediatamente meu, que eu comento, como tudo aquilo que vem a meu encontro na situação de locução concreta onde eu me encontro; o outro que a narrativa, a maneira de um filtro, separa de mim e distancia².

Neste sentido, o emprego do passado na língua, não se refere obrigatoriamente a uma ordem concreta de eventos, em alguns casos, também se presta a constituir a condição de possibilidade do comentário ou narrativa do real. Por exemplo, tomemos a seguinte frase: Bergson foi um filósofo francês e escreveu o livro *O Riso*. É fácil perceber que o primeiro verbo (foi), indica a transformação da constatação de um evento (Bergson existe) em narrativa. Portanto, o verbo “ser” aqui empregado se refere a um tempo que existe apenas no âmbito da lógica. Tal também ocorre no segundo verbo (escreveu), mas nele, a transformação é mais difícil de ser percebida, podendo ocasionar a ilusão de que os eventos passados possuem a mesma simplicidade da constatação lógica. Assim, com base apenas desta frase, podemos acusar Bergson de empregar o método que ele próprio critica: após denunciar os prejuízos da linguagem, ele ainda insiste em valer-se dela? Mas, se nos reportarmos à época em que o autor estava escrevendo, ao ato mesmo de escrever um livro, poderemos compreender o labirinto temporal em que a linguagem nos coloca. Felizmente, temos o registro do ato da escrita para Bergson. Em uma carta endereçada a Joseph Lotte, podemos acompanhar seu procedimento:

Meu livro!... oh! Não! Eu não sei... eu não sei onde eu vou... São necessários anos para fazer um livro... imagine quantos anos separam cada um de meus livros... Eu trabalho muito... colete informações, colete reflexões... e quando o livro está feito, há ainda muitos resíduos a serem cortados... É isto, eu abro uma avenida, sem saber onde ela leva. E depois, quando eu a percorri por muito tempo, eu abro uma outra... e assim em seguida. Quando eu descubro o ponto de convergência, o livro está pronto³ (BERGSON *apud* CHERNIAVSKY, 2009, p. 114).

² “La langue, pour sa part, ne se prête pas à une telle manière de dire. Elle connaît deux sortes de passés: l’un qui est immédiatement mien, que je commente, comme tout ce qui vient à ma reencontre dans la situation de locution concrète où je me trouve; l’autre que le récit, à la manière d’un filtre, separe de moi et distancie”.

³ “Mon livre!... oh! Non! Je ne sais pas... je ne sais pas où je vais... Il me faut des années pour faire un livre... songez combien d’années séparent chacun des mes livres... Je travaille beaucoup... amas

O que parecia ser um ato simples e constatativo se revela extremamente complexo. Estes dois usos do passado latentes na linguagem são responsáveis por uma “ilusão de retrospectiva”. Este conceito de Jankélévitch (1959, p. 21) é construído a partir da análise das duas acepções da palavra “simplicidade” (JANKÉLÉVITCH, 1959, p. 15), que marca o início do terceiro capítulo do *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Nota-se que este procedimento de desdobramento de significados de termos já fora empregado nesta obra em momentos anteriores, com a palavra “unidade” (BERGSON, 1988, p. 60), com o verbo “distinguir” (BERGSON, 1988, p. 57, nota; p. 85-86) e com a apresentação de duas espécies de “multiplicidade” (BERGSON, 1988, p. 63). No entanto, com a palavra “simplicidade” (BERGSON, 1988, p. 100) a valoração se faz método ao dar conta da distinção dos dois usos do passado coabitantes na linguagem. Haveria, assim, uma “simplicidade lógica” (quando usamos o passado enquanto condição de possibilidade do comentário ou narrativa) e uma “simplicidade cronológica” (quando relacionamos o passado com a positividade dos fatos concretos indissociáveis de uma subjetividade). Mecanicismo e dinamismo⁴ concebem a natureza a partir de “duas hipóteses bastante diferentes sobre as relações da lei com o fato que rege” (BERGSON, 1988, p. 99). Temos então que a oposição direta entre estas teorias se deve à prioridade existencial ser atribuída, em uma, à lei e, em outra, ao fato⁵. No entanto, a possibilidade da coexistência destas duas doutrinas recai sobre concepções distintas de uma mesma palavra. Sem uma distinção dos dois usos do passado presentes na linguagem, identifica-se a oposição no fato do mecanicismo negar a liberdade enquanto, o dinamismo a afirmar, sendo que foi este o propósito inicial de cada teoria. Mas, na verdade, este é o resultado de uma oposição mais profunda e implica na questão da relação temporal entre lei e fato. Enfatizando a segunda acepção, Bergson prioriza a

d'information, amas de réflexions... et quand le livre est fait, il y a bien du déchet... Voilà, j'ouvre une avenue, sans savoir où elle mène. Et puis, quand j'é l'ai assez longtemps poussée, j'en ouvre une autre... et ainsi de suite. Quand je découvre le point de convergence le livre est fait”.

⁴ Ambos os sistemas postulam que a matéria é regida por leis necessárias, as quais englobam inclusive o cérebro, que sofre a ação, no nível celular, da matéria que o circunda. Para os mecanicistas, as idéias e os sentimentos são tomados como resultado mecânico desta ação, o que impossibilita que haja liberdade, o que lhes garante o nome de deterministas. Já os dinamistas, afirmam a atividade voluntária da consciência a partir do fenômeno inverso, ou seja, os movimentos moleculares agiriam sobre o mundo circundante, possibilitando o exercício do livre arbítrio.

⁵ “À medida que levanta o seu olhar, o dinamista crê perceber factos que se esquivam mais ao aperto das leis: eleva, pois, o facto a realidade absoluta e a lei à expressão mais ou menos simbólica desta realidade. Pelo contrário, o mecanicismo destrinça no seio do facto particular um determinado número de leis, de que constituiria de algum modo o ponto de intersecção; é alei que, nesta hipótese, se transformaria na realidade fundamental” (BERGSON, 1988, p. 99-100).

ordem histórica das experiências vividas. A simplicidade lógica representa um “menos” em relação ao real, pois o abstrai e o empobrece, reduzindo-o a uniformidade e a ausência de valores. Vale acrescentar o alerta de Jankélévitch (1959, p.19), que toma a simplicidade dos elementos puros como um sinal de trabalho do espírito em direção a um apagamento temporal: “na maior parte do tempo [...] os elementos idealmente puros sob os quais trabalha a inteligência são os ‘depósitos’ de um movimento que lhes preexiste”.

Há, portanto, no processo da percepção, uma tendência à antropomorfização do real. Fato que não implica necessariamente uma projeção explícita de aspectos humanos à natureza, como a eleição do amor (Eros) por Parmênides para princípio último da natureza ou como o casamento de astros para explicar a geração dos deuses no pensamento mítico. Ela está também presente nos primórdios da atitude científica do século XVII, onde a tentativa de domínio sobre a natureza se dá através da matematização do real por meio de uma valorização da superfície da matéria, produto da natureza ótica da inteligência. O real ganha sua positividade “em aparência e para o olho, dito de outra forma, para esta parte ótica da inteligência que não capta senão superfície” (JANKÉLÉVITCH, 1959, p. 17). A possibilidade de previsão e manipulação da natureza significara pensar a matéria em termos de elementos idealmente puros, o que resultou no distanciamento desta última com a natureza fluida da subjetividade humana, conferindo a ela estatutos de nada, quando não, substancializando-a. Todo este processo acarreta uma grande distância entre homem e natureza. A necessidade de unificar os estratos físico, orgânico e psíquico presentes no homem está por trás de grandes filosofias, como as de Nietzsche, Ravaisson, Tarde e Bergson (MONTEBELLO, 2003, p. 7-14) , assim como dos movimentos estéticos no fim do século XIX e início do XX, como o simbolismo⁶ e o surrealismo⁷. Bergson procura diminuir esta distância apresentando uma cosmologia cujo método tenha a coerência de encontrar um processo comum, transversal, universal, sem o qual não pode ser

⁶ Segundo Anna Balakian (2007, p. 16), no simbolismo, os poetas partiam da problemática indivíduo/sociedade. “A visão artística, livre dos ideais nacionais, concentrou-se na relação entre o mundo pessoal do artista, puramente subjetivo, e sua projeção objetiva”. Os conflitos próprios a uma sociedade de consumo, atingindo o meio artístico com a massificação da obra de arte, levaram ao cultivo dos “sonhos como o único nível vital da experiência do poeta” (BALAKIAN, 2007, p. 20).

⁷ Problemática similar a do simbolismo pode ser encontrada também no surrealismo. Segundo Jacob Guinsburg (2008, p. 14), há uma busca pela solidariedade entre os estados de vigília e sonho, de modo a resultar na construção da “literatura submetida à urgência do desejo, esoterismo praticado sem transcendência, materialismo contestado pelo ‘acaso objetivo’, comunismo confrontado às exigências irredutíveis da subjetividade”.

compreendida a coexistência destas diferentes expressões da natureza que coabitam no homem. Mais precisamente, em sua filosofia, a distância a ser percorrida está entre a realidade fluida e espontânea da consciência e a nitidez da matéria percebida. Por isto a necessidade de se partir da realidade psicológica, evitando a *parcialidade* apresentada pelo privilégio da razão na pesquisa filosófica. O caminho tomado por Bergson para pensar uma alternativa à causalidade lógica será em direção à dimensão biológica do homem, sendo uma constante em sua obra a atribuição de um privilégio para a significação vital nas grandes questões filosóficas. Assim, a causalidade será compreendida a partir das duas dimensões temporais apresentadas anteriormente, sendo agora identificadas a partir da busca pela motivação biológica por detrás das ideias gerais. É no âmbito do comprometimento do corpo com a vida que devemos buscar tal significação:

todo ser vivo, talvez mesmo todo órgão, todo tecido de um ser vivo generaliza, quer dizer, classifica, uma vez que sabe colher no meio em que está, nas substâncias ou nos objetos mais diversos, as partes ou os elementos que poderão satisfazer tal ou tal de duas necessidades; negligencia o resto. Isola, portanto, a característica que o interessa, vai direto para uma propriedade comum; em outros termos, classifica e, por conseguinte, abstrai e generaliza (BERGSON, 2006, p. 58).

A citação coloca a generalização e a abstração – faculdades ligadas na tradição filosófica ao raciocínio – claramente no âmbito comum a todos os seres vivos, podendo ser inclusive apresentadas como uma característica própria do vivo ao serem encontradas também fora dos indivíduos, nos órgãos e nos tecidos. Este âmbito comum sugere um novo domínio para estas faculdades: ao invés de serem pensadas, elas são vividas, ou seja, naturalmente desempenhadas pelo corpo. Desta forma, os mais diferentes objetos podem ser agrupados segundo as necessidades instintivas do homem, criando uma ideia geral a partir desta classificação desempenhada. As ideias gerais são fundamentais para o estabelecimento da linguagem, a qual tem em comum com elas a criação de gêneros abstraídos do tempo. Nota-se que a palavra é caracterizada também a partir de sua significação fisiológica. Apesar de tocar o domínio do entendimento, seu desempenho é análogo ao dos aparelhos motores:

o entendimento, imitando o trabalho da natureza, montou, ele também, aparelhos-motores, desta vez artificiais, para fazê-los responder, em número limitado, a uma quantidade ilimitada de objetos individuais: o conjunto desses mecanismos é a palavra articulada (BERGSON, 1999, p. 189).

A necessidade de abarcar o maior número possível de objetos individuais,

constituindo uma grande quantidade de possibilidades de reação do organismo vivo frente ao meio, coordena-se com a parcialidade da consciência, que irá selecionar seus conteúdos a partir do critério da utilidade. O que tornaria particular uma teoria da cognição provinda das considerações a respeito da linguagem enquanto cópia de um procedimento sensório-motor está na inversão das teorias tradicionais, segundo as quais o sentido seria uma produção da leitura ou audição. Estando a linguagem comprometida primeiramente com a ação sobre os objetos, ela não pode deixar a interpretação para um momento posterior ao contato, pois seria ineficaz. O sentido deve ser realizado previamente em um contexto pré-predicativo, de modo que o processo da leitura/audição é antecedido de uma hipótese que vai se confirmando ou desconstruindo na medida em que fluem. Assim, a linguagem nunca se dá de maneira pura, mas, sempre envolta por um sistema interpretativo⁸. Por trás do sentido, sempre encontraremos um contexto espiritual. Tal crítica configura um novo aspecto de análise, o qual Bento Prado Júnior (1989, p. 42) chamou de “estilo psicanalítico de pensamento”: “Para além da tese, a análise vai buscar um conteúdo latente que não aflora à consciência tética. Essa raiz inconsciente é tematizada e nela se encontram os devaneios de uma imaginação irresponsável”.

⁸ Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas*, ao buscar as condições de possibilidade das ciências humanas, depara-se com esta questão. O prefácio desta obra apresenta a tese de que sem um “quadro” (critério prévio ordenador) não há a possibilidade de se pensar o objeto. Por conta disso, é necessário evidenciar o *campo epistemológico* (FOUCAULT, 2002, p XVIII) da experiência de ordem e de seus modos de ser, ou seja, fora de qualquer critério referente a um valor racional ou a formas objetivas, é preciso encontrar as condições de possibilidade dos conhecimentos e teorias já consolidadas. A linguagem, lugar privilegiado enquanto permite a justaposição de objetos, caracteriza-se justamente por seu não-lugar, avizinando coisas impossíveis de serem vizinhas no real. O resultado é a categorização e a enumeração. Mas, quais seriam os critérios que permitem a ordenação sobre a forma de um agrupamento nominal dos seres? Há aqui a busca pelo entrecruzamento da linguagem com o espaço. É justamente este lugar comum que é perdido pelos doentes afásicos, ao não reconhecerem uma superfície como espaço homogêneo e neutro onde as coisas podem ser ordenadas segundo identidades. Caso pegamos a um afásico para classificar novelas de lã sob uma mesa, ele inicia separando por cores, mas logo ele percebe uma nova característica, como a espessura, por exemplo, fica confuso e desfaz a ordenação já iniciada. Este caso limite leva Foucault à pergunta pelo critério segundo o qual distribuimos diferenças e semelhanças entre as coisas. A solução é buscada, nem *a priori* nem empiricamente, no fato de que não há semelhança ou diferença que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um *critério prévio*. Este critério é encontrado na intersecção da experiência do homem comum com os cientistas e filósofos, na experiência nua da ordem e de seus modos de ser (técnicas, valores, hierarquia das práticas, trocas, percepção, linguagem, etc.). Assim, se para Bergson, o sentido prévio com que abraçamos a realidade é regrado segundo as necessidades vitais mais fundamentais, para Foucault a análise se encontra no âmbito da cultura, cujos códigos *fixam* as ordens empíricas que o homem terá de lidar e irá se encontrar. Apesar de operarem a partir de esferas distintas, ambos partem da necessidade de se evidenciar os critérios não-rationais com que o homem ordena os primórdios de sua experiência com o real. Esta é a busca de Bergson que procuraremos evidenciar em suas considerações sobre a linguagem e suas limitações enquanto instrumento instaurado posteriormente ao contato direto com a realidade.

A partir desta breve introdução, apresentamos o presente trabalho como uma tentativa de compreender a teoria da linguagem resultante das considerações que Bergson apresenta sobre a linguagem. A escolha de *Matéria e Memória* se deve ao fato de apresentar uma minuciosa análise do processo da percepção e do reconhecimento, estabelecendo novas bases para uma teoria do conhecimento. Esta obra contempla uma apresentação hipotética da percepção em um momento anterior à linguagem, através da noção de *imagem*, elaborada no primeiro capítulo, o que a torna privilegiada para a busca do estabelecimento do papel da linguagem e a influência que o corpo exerce em seu funcionamento. Para haver possibilidade do discurso são necessários dois processos naturalmente associados: (1) um processo automático sensório-motor e, (2) a projeção ativa das lembranças, onde o sentido articula o som com a ação. A questão abordada em nossos dois primeiros capítulos parte deste primeiro processo, onde a compreensão do discurso contempla uma etapa inconsciente. Isto se dá em consequência da influência do corpo no processo de significação, o que resulta na centralidade da noção de aparelho-motor para uma teoria da linguagem em Bergson, na medida em que ela apresenta uma função global alternativa para os processos psicológicos supostos no ato do reconhecimento, sendo capaz de tratar as representações ainda indistintas e por se fazer. Dizer que esta etapa é inconsciente significa que todos os problemas que a linguagem causa na tradição filosófica se dão neste âmbito, daí a dificuldade em se evitá-los e superá-los. O resultado é a existência de teses pré-concebidas e a dificuldade de se apreender o novo.

No terceiro capítulo, procuramos mostrar que só será possível esclarecer e eliminar sistemas interpretativos prévios quando forem explicitadas as relações corporais em seu contexto pragmático, anteriormente às abstrações lógicas. Mas, tendo em vista que a experiência imediata da consciência sempre se dá de forma mista, procuramos desenvolver a análise em direção à noção de *imagem*, cuja elaboração acreditamos ser o procedimento adotado por Bergson com o intuito de resolver à questão acima. A criação da noção de imagem é a afirmação de uma união positiva do homem com o mundo, superando de imediato o conceito de percepção sustentado pela tradição, que apresenta sujeito e objeto como essencialmente separados. Ela auxilia na superação das teses pré-concebidas porque pressupõe a vivência do interlocutor, implicando sempre elementos não verbais e remetendo às operações primordiais do corpo.

Neste sentido, a noção de imagem pode ser compreendida a partir da crítica

bergsoniana à linguagem. Ela se refere à transcendência do não verbal, pois faz atentar para a insuficiência da linguagem em produzir de modo autônomo o sentido e aponta para a caracterização corporal que Bergson atribui a este último. Nesta mesma direção, apresentamos as cinco figuras gráficas presente no texto, pois também compreendem uma referência não verbal, sendo utilizadas em momentos estratégicos do texto, justamente quando apresenta alternativas aos aspectos da teoria associacionista, teoria esta que utiliza a linguagem em si mesma, concebendo-a como símbolos fiéis do real e como possuindo origem puramente intelectual. Assim, tem-se que as cinco figuras fazem parte da crítica bergsoniana ao associacionismo enquanto teoria a ser explicitada e superada. Elas compõem outra maneira de abstração em relação ao uso da linguagem: trata-se de uma abstração espacial que procura relacionar conceitos. Da mesma forma como quando emprega o uso das imagens, Bergson procura deixar sempre em evidência a insuficiência do emprego da linguagem para se fazer filosofia.

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO DA LINGUAGEM EM BERGSON

A leitura da obra de Bergson nos coloca comumente diante da observação de um aparente conflito entre dois aspectos de sua filosofia: após um esforço crítico para com a tradição filosófica e a teoria do conhecimento enquanto produtos da inteligência, o desenvolvimento da filosofia bergsoniana não leva ao ceticismo, mas sim, a uma renovação da metafísica sobre a nova base da *intuição*.

É justamente sobre esta renovação que se apresentaram muitas críticas e objeções, que viam um contrassenso no sistema de Bergson. Tomemos como exemplo o esclarecimento que este último oferece a A. Levi numa correspondência de aproximadamente fim de Janeiro de 1905:

/ Você tem razão de dizer que a distinção entre o eu profundo e o eu superficial, que eu apresento no “Ensaio”// repousa em grande parte sobre considerações dialéticas e, em suma, sobre raciocínios. Mas // daí não se segue que isto não seja um dado da intuição⁹ (BERGSON, 2002, p. 113-116).

Apesar da objeção acima versar sobre uma tese da primeira obra de Bergson, a saber, a distinção do eu em profundo e superficial, a fim de demarcar o alcance do procedimento da psicologia em mensurar os estados psicológicos como exclusivos do domínio daquele último, cabe observarmos com mais vagar a presença da problemática raciocínio/intuição, que reaparece ao longo de toda sua obra sob a forma de muitos questionamentos diferentes:

- 1) “como pode a intuição, que designa antes de tudo um conhecimento imediato, formar um método, se se diz que o método implica essencialmente uma ou mais mediações?”¹⁰ (DELEUZE, 2008, p.8). Procuraremos apresentar mais adiante a ligação desta questão com o fato da percepção do ser vivo ter interesse na

⁹Esta carta se encontra no acervo Jacques-Doucet (BGN 1070). Também pode ser encontrada no volume Correspondances, publicado e anotado por André Robinet com a colaboração de Nelly Bruyère, Brigitte Sitbon-Peillon, Suzanne Stern-Gillet. 1ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2002. O símbolo /... / corresponde a trechos onde o tradutor não pôde recuperar a grafia do documento devido a seu desgaste.

¹⁰Por mais que o fato da intuição constituir um método seja contraditório, não podemos deixar de salientar o caráter retrospectivo com que ele foi apresentado. Apenas em 1934, com *O Pensamento e o Movente*, 45 anos após a redação do *Ensaio*. Portanto não é no fato de comportar mediações que nos devemos ater, mas, na pergunta pela correspondência deste método ao real.

manutenção da vida, o que faz com que a filosofia seja uma luta em direção contrária ao estado natural da consciência. Mas, se de fato nosso organismo se enquadra nesta condição fundamental, estamos diante das seguintes perguntas:

- 2) se “o detalhe da matéria se rege pelas exigências de nossa ação” (BERGSON, 2005, p.204), como podemos conhecer a matéria desinteressadamente? Como podemos saber que a matéria é um fluxo se nossa inteligência opera um seccionamento da matéria em corpos inorganizados? Ou, como o homem apreende o todo se ele é feito para perceber partes?

Estes aspectos compreendem momentos distintos e possuem especificações conceituais, as quais procuramos apresentar brevemente, no entanto, todos sugerem que há uma dificuldade intrínseca à obra de Bergson quanto à possibilidade do método intuitivo, sobretudo quanto à sua aplicação à teoria de base racional. Podemos, simplificarmente, destacar como uma dimensão específica do problema geral apresentado, por um lado, o interesse da percepção e, posteriormente, do conhecimento, em apreender partes mediadas pela representação e, por outro, a ligação entre o dado imediato com o todo, que é conquistado a partir de uma atitude desinteressada frente ao real¹¹. Mas, antes de perguntarmos pela possibilidade do método intuitivo, procuraremos compreender o contexto em que ele foi proposto.

A liberdade é o problema eleito por Bergson para ser tratado em sua primeira obra, *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. No prefácio desta obra, Bergson atenta para o fato deste problema ser comum tanto à metafísica quanto à psicologia. Ao longo do livro, podemos observar que, enquanto tema tradicional da metafísica, a liberdade fora sempre objeto de um conhecimento constituído segundo os *hábitos da linguagem*. Por confiar muito mais na articulação discursiva do que na experiência efetiva do real, a metafísica tradicional construiu um método de análise que se realiza descolado da realidade, produzindo querelas e polêmicas que Bergson determinou como *falsos problemas*¹². E esta afirmação se aprofunda ao

¹¹Na segunda introdução de *O pensamento e o movente*, podemos encontrar as seguintes considerações: “a inteligência está especialmente destinada ao estudo de uma parte (...), pretendemos não obstante empregá-la no conhecimento do todo” (BERGSON, 2006, p. 37). A proposta de Bergson (2006, p. 29) vai contra este movimento natural da inteligência: “[a intuição] é a visão direta do espírito pelo espírito. Nada mais de interposto; nada de refração através do prisma do qual uma das faces é espaço e a outra é linguagem. Ao invés de estados contíguos a estados, que se tornarão palavras justapostas a palavras, eis a continuidade indivisível e, por isso mesmo, substancial do fluxo da vida interior”.

¹² Como afirma Deleuze (2008, p. 10), “o grande mérito de Bergson está em ter buscado uma determinação intrínseca do falso na expressão ‘falso problema’”. Neste sentido, a busca filosófica se desloca das soluções para a própria formulação do problema. Um falso problema é formado quando agrupamos coisas de naturezas diferentes sob um mesmo nome. No caso em questão, da liberdade,

compreendermos que, mesmo em um momento posterior, ao ser analisada pela Psicologia - com o ideal científico de observação dos fatos -, a questão da liberdade, inseparável da noção de consciência em diferentes modos de conceituá-la, ainda sobrevive e, tal como é apresentada nesta primeira obra de Bergson, ainda não perdeu seu caráter de falso problema. Esta questão persistiria com a Psicologia nascente, justamente porque esta última – diante da necessidade de legitimar a especificidade de seu objeto e fundar uma nova ciência –, não se perguntou pela correspondência do método científico a este objeto e nem percebeu que era necessário um esforço para se adequar a ele.

Tal transposição de método é criticada por Bergson na medida em que o método científico tem por base a matemática e, como tal, foi moldado em sua origem para tratar dos objetos extensos¹³. No contexto da tradição filosófica, o autor desenvolve esta crítica vinculando a má colocação do problema da liberdade ao estabelecimento de uma correspondência rigorosa dos estados de consciência com os modos da extensão, isto é, ao fato da tradição filosófica não distinguir realidade física de realidade psicológica¹⁴. Esta afirmação tende a causar certo estranhamento se pensarmos que, na história da filosofia, o próprio Descartes formulou o problema da relação entre alma e corpo e, portanto, distinguia realidade física de realidade psicológica. Mas, aqui, podemos reconhecer a força da crítica bergsoniana: *assumir esta distinção entre alma e corpo discursivamente não significa que a confusão entre os dois termos tenha deixado de ser operada*. Tal crítica configura um novo aspecto de análise: o que Bento Prado Júnior (1989, p. 42) chamou de estilo *psicanalítico* de pensamento, aproximando-o ao de Gaston Bachelard em seu exame da história do pensamento científico:

Para além da tese, a análise vai buscar um conteúdo latente que não aflora à consciência tética. Essa raiz inconsciente é tematizada e nela

atribuímos à consciência as mesmas características próprias aos objetos materiais. Se nos ativéssemos à observação da vida interior, a liberdade já estaria dada como uma especificidade da consciência. Nas palavras de Bergson citadas por Deleuze (2008, p. 9): “um problema especulativo é resolvido desde que bem colocado”.

¹³ "A matemática, como desdobramento teórico da ação mecânica, *pensa* o seu objeto como espacial e inerte. Aí está portanto uma consequência da relação sujeito-objeto na modalidade da inteligência que repercutirá no plano ontológico, quando a estrutura desta relação for tomada pela filosofia clássica como tese metafísica" (LEOPOLDO E SILVA, 1994, p. 10).

¹⁴ Para Bergson, a correspondência entre os fenômenos da consciência e os objetos materiais não é estabelecida com base na observação, mas sim, devido a uma tese metafísica: “(...) estender este paralelismo às próprias séries [fisiológica e psicológica] na sua totalidade é resolver *a priori* o problema da liberdade. Isto é permitido, sem dúvida, e os grandes pensadores não hesitaram em fazê-lo; mas também, como antes dizíamos, não é por razões de ordem física que afirmavam a correspondência rigorosa dos estados de consciência com os modos da extensão” (BERGSON, 1988, p. 104).

se encontram os devaneios de uma imaginação irresponsável.

Trata-se de uma ruptura com relação à tradição *dialética* da história da filosofia: a preocupação não está em elaborar uma tese em oposição à outra. Embora Bergson assuma tal postura crítica em relação à tradição, sua filosofia não se constitui em uma positividade oposta à vacuidade de uma tese oposta. “O bergsonismo propõe-se, justamente, ultrapassar esta fase *dialética* da filosofia e desiste da eterna e estéril oposição dos conceitos. Trata-se, pelo contrário, de explicitar os pressupostos da tese criticada” (PRADO JR., 1989, p. 42). Neste sentido, se há crítica da tradição, é na tentativa de denunciar a *loquacidade* das teorias, na medida em que elas passam por este perigo, onde

o discurso não é mais regulado por aquilo que o transcende e que ele essencialmente indica, a *loquacidade* nada mais é, na filosofia de Bergson, do que o desdobramento autônomo da linguagem, indiferente às exigências da verificação: a figura do “homem inteligente” tende a degenerar na figura do *homo loquax* (PRADO JR., 1989, p. 30, grifos no original).

E, ainda assim, esta crítica recai apenas em um dos dois usos possível da história da filosofia. O segundo uso será a busca pela raiz intuitiva de cada sistema para além de sua formulação discursiva. O fato de que esta crítica seja endereçada tanto ao domínio da filosofia quanto ao da ciência reforça a necessidade de dirigir a análise filosófica para a inércia e a exterioridade da linguagem, pois, ainda que seja conscientemente enfocada pelo cientista, representando uma preocupação com ao rigor da experiência enquanto reguladora da teoria, a discursividade ainda está sujeita ao perigo da *loquacidade*.

De fato, são numerosas as passagens em que Bergson expõe a dificuldade geral da linguagem: sua incapacidade em exprimir a duração sem a espacializar, ou seja, corromper sua natureza essencialmente temporal. Segundo Axel Cherniavsky (2009, p. 61, grifo no original):

A linguagem não tem condições de exprimir a duração nem os fenômenos que dependem desta última, como a intuição, as lembranças, o riso ou os sonhos porque ela materializa o espírito. Bergson diz isto desde a primeira frase do *Ensaio*: a linguagem induz a pensar no espaço os objetos que não ocupam lugar no espaço, mas ao contrário, duram no tempo¹⁵.

¹⁵“Le langage n’est pas en conditions d’exprimer la durée ni les phénomènes qui en dependent comme l’intuition, les souvenirs, le rire ou les rêves parce qu’il materialize l’esprit. Bergson le dit dès la première phrase de l’*Essai*: le langage induit à penser dans l’espace des objets qui n’occupent point d’espace mais qui en revanche durent dans le temps”.

Induzir a pensar no espaço significa a tendência da linguagem a estabelecer gêneros. A percepção de um ser vivo é a extração da matéria das informações de que necessita para se guiar. Este funcionamento está ligado ao sistema nervoso e ao corpo, estando presente no homem e também nos animais. Procuraremos desenvolver este aspecto mais adiante, no entanto, vale ressaltar aqui que essa necessidade de se guiar na matéria se converte em uma tendência a buscar/construir pontos fixos no real (pura multiplicidade). A construção de gêneros se encontra fundamentalmente ligada a este funcionamento. Por exemplo: a natureza é composta por bilhares de cores diferentes, cada qual com sua frequência específica, no entanto, nosso olho percebe o mesmo verde em milhares e milhares de lugares diferentes. Isto ocorre porque dentre as diversas frequências produzidas pela natureza, atemo-nos às cores previamente apresentadas a nós, sob a forma presente em nossa cartilha escolar do “vermelho”, “amarelo”, “azul”, etc. (BERGSON, 2006, p. 63).

Diante deste fato, podemos perguntar também pela razão da linguagem ocultar da duração sua mobilidade, apresentando-nos uma sensação contínua e móvel como estática e imóvel. Para tanto, é necessário buscarmos os pressupostos de Bergson quanto à linguagem:

A linguagem, para Bergson, é antes de tudo um instrumento. Instrumento útil, ferramenta prática. Ela serve para comunicar. É porque deve permitir a ação de comunicar que, como toda ação, necessita de pontos de apoio firmes, sólidos, imóveis e idênticos. Porque a linguagem se torna *imóvel, homogênea e se divide?* Por que estas são para Bergson as três operações de base que tornam possível uma ação¹⁶ (CHERNIAVSKY, 2009, p.68, grifo nosso).

A linguagem nos oculta a duração porque ela está comprometida primeiramente com a ação. Suas características de imobilidade, homogeneidade e divisão estão na base da ação possível na medida em que elas garantem a arbitrariedade – frente à multiplicidade de sentidos possíveis – e a convencionalidade da linguagem, sem as quais ela não realizaria sua função de comunicar. Para Bergson, “cada palavra representa uma porção da realidade, mas uma porção recortada grosseiramente, como se a humanidade tivesse cortado segundo sua comodidade e suas necessidades, ao invés de

¹⁶“Le langage, pour Bergson, est avant tout un instrument. Instrument utile, outil pratique. Il sert à communiquer. Il doit permettre l’action de communiquer qui, comme toute action, requiert des points d’appui fermes, solides, immobiles et identiques. Pourquoi le langage rend-il immobile, homogène et divise-t-il? Parce que ce sont là pour Bergson les trois opérations de base qui rendent possible une action”.

seguir as articulações do real”¹⁷ (DE PALO, 2001, p. 241). Isto significa que a realidade transcende a linguagem, o que garante seu caráter de signo: uma coisa é substituída por outra no ato de fazer referência e este signo exprimirá sempre “menos” do que a coisa é.

Assim,

- partimos da pergunta pela possibilidade do método intuitivo e, ao retomarmos o contexto em que ele foi criado na obra de Bergson, encontramos a crítica ao método científico, sobretudo em relação à psicologia nascente;
- vimos que esta crítica se aplica também à metafísica tradicional, sendo que o problema destes dois domínios está intimamente ligado com a possibilidade de sustentarem “hábitos da linguagem”;
- por meio desta crítica descobrimos que há a possibilidade da linguagem, além de correr o risco de não expressar a natureza de seu objeto, substituir esta última por outra, afastando-nos assim do ideal de experimentação dos fatos.

O que resultou, a fim de analisar a problemática bergsoniana raciocínio/intuição, na necessidade de colocá-la em termos que nos garantam a validade de nosso instrumento de análise e nos permitam confirmar a possibilidade da intuição como um método. Segue-se, portanto, a questão que norteará nosso presente trabalho: como a linguagem pode expressar a duração se ela é do âmbito da espacialidade?

1.1) Breve contextualização do tema da linguagem no século XIX

Antes de partirmos para a análise do texto de Bergson, cabe fazermos algumas considerações sobre o contexto do estudo da linguagem no início do século XIX, pois a solução bergsoniana dialoga diretamente com o pensamento de sua época, principalmente com o filólogo alemão Max Müller. Em correspondência datada de 1886, tempo de sua permanência em Clermont-Ferrand, Bergson faz uma lista de dezoito livros a serem devolvidos a Albert Maire. Dentre estes livros, encontra-se a obra *Sources du langage* (1867) que reúne os cursos do filólogo sobre a origem da linguagem. Em nota final da carta, Bergson expressa seu desejo de manter alguns

¹⁷“chaque mot représente bien une portion de la réalité, mais une portion découpée grossièrement, comme si l’humanité avait taillé selon sa commodité et ses besoins, au lieu de suivre les articulations du réel”.

volumes para serem lidos durante suas férias, sendo o de Müller um deles. Além desta referência direta, este levantamento da contribuição de Max Müller na elaboração da reflexão bergsoniana sobre a linguagem se mostra fecundo tendo em vista o propósito da obra do filólogo em reunir as contribuições alemãs, francesas e inglesas dentro da teoria da linguagem nos últimos cinquenta anos anteriores à sua escrita.

O século XIX apresentou uma série de descobertas no domínio das ciências empíricas, sobretudo, no domínio das ciências biológicas. O estudo dos seres vivos mostrou-se, na maioria das vezes, totalmente avesso às leis da matemática e da lógica, resultando no fato da vida se tornar um objeto singular de pesquisa, onde a observação esteve sempre ligada à analogia. Ao lado do animal, estava o homem, numa proximidade nunca antes atingida. Ora sob o nome de razão, ora de alma, desde a antiguidade, a comparação nunca havia sido feita sem intermediários, os quais apresentavam uma diferença essencial de natureza entre ambos, sempre assegurando a superioridade do homem.

Estudos fisiológicos da época, como os de Jean Pierre Flourens, mostraram, através de danos provocados aos órgãos dos sentidos, que os animais, assim como o homem, possuem todos os cinco sentidos: visão, audição, paladar, olfato e tato, ou seja, eles possuem *sensação e percepção*. Observou-se nos animais a presença do *prazer* e da *dor*, de modo que os cachorros reagem da mesma forma que as crianças: diante da ameaça se encolhiam e diante da prenda, alegravam-se. Observou-se também a presença de *memória* nos cães que reconhecem seu dono e evitam seu malfeitor. Até mesmo *atividades lógicas*, como a comparação e a distinção, foram observadas em papagaios que descartavam as nozes mais leves sem abri-las por reconhecer a ausência da amêndoa.

Se por um lado foram reconhecidos traços de inteligência nos animais, por outro, observou-se a presença de instintos no homem. É por instinto que o bebê toma o seio da mãe, da mesma forma que é por instinto que uma aranha faz sua teia. Estas observações fizeram com que tanto inteligência quanto instinto fossem reconhecidos como comuns aos animais e aos homens. (MÜLLER, p. 441-445, 1867).

Em 1859, a publicação da primeira edição de *A origem das espécies* de Charles Darwin (1876, p.3), reuniu diversos domínios da ciência numa teoria que abrangia todas as espécies de seres vivos sob uma origem comum:

Considerando a origem das espécies, é facilmente concebível que um naturalista, observando as afinidades mútuas dos seres organizados,

suas relações embriológicas, sua distribuição geográfica, sua sucessão geológica e outros fatos análogos, chegue à conclusão de que as espécies não foram criadas independentemente umas das outras, mas que, como as variantes, elas descendem de outras espécies¹⁸.

Diante de tantas frentes de aproximação, ficou a pergunta pela identidade do homem na natureza:

Onde está a diferença entre os animais e o homem? O que o homem pode fazer, de que nós não descobrimos rudimentos ou indícios em todo o resto do reino animal? Eu respondo sem hesitação: a grande, a insuperável barreira entre os animais e o homem, é a *linguagem* (MÜLLER, 1867, p.445, grifos no original)¹⁹.

Trazer à luz uma característica que seja exclusiva do homem, que revele a natureza de sua produção na natureza como um todo, é o que atrai Müller para o estudo da linguagem. E nada lhe causa maior surpresa do que constatar que ela nunca antes fora estudada como um fim, apenas como um meio:

O homem tinha estudado todas as partes da natureza, os tesouros minerais nas entranhas da terra, as flores de todas as estações, os animais de todos os continentes, as leis dos raios e os movimentos dos corpos celestes; ele tinha analisado todas as substâncias e dissecado todos os corpos organizados; ele conhecia cada osso e cada músculo, cada nervo e cada fibra, até os últimos elementos que se compunham sua carne e seu sangue; ele havia meditado sobre a natureza de sua alma, sobre as leis de seu espírito, e se encarregado de penetrar até às causas finais de todas as coisas; e, no entanto, a linguagem, sem a ajuda da qual o primeiro passo não poderia ser sido feito de modo tão glorioso, não tinha sido estudada por ninguém²⁰ (1867, p. 30-31).

Sob o nome de *filologia comparada*, ele propõe um estudo diferenciado desta disciplina que fora até então associada ao estudo da gramática e de vocabulário. Em seu estudo

¹⁸ « En considérant l'origine des espèces, il est facilement concevable qu'un naturaliste, observant les affinités mutuelles des êtres organisés, leurs rapports embryologiques, leur distribution géographique, leur succession géologique et d'autres faits analogues, en arrive à la conclusion que les espèces, n'ont pas été créées indépendamment les unes des autres, mais que, comme les variétés, elles descendent d'autres espèces ».

¹⁹ « Où donc est la différence entre les bêtes et l'homme ? Qu'y a-t-il que l'homme puisse faire, et dont nous ne découvrons ni rudiments ni indices dans tout le reste du règne animal ? Je réponds sans hésitation : la grande, l'infranchissable barrière entre les bêtes et l'homme, c'est le *langage* ».

²⁰ « L'homme avait étudié toutes les parties de la nature, les trésors minéraux dans les entrailles de la terre, les fleurs de toutes les saisons, les animaux de tous les continents, les lois des orages et les mouvements de corps célestes ; il avait analysé toutes les substances et disséqué tous les corps organisés ; il connaissait chaque os et chaque muscle, chaque nerf et chaque fibre, jusqu'aux derniers éléments dont se composent sa chair et son sang ; il avait médité sur la nature de son âme, sur les lois de son esprit, et tâché de pénétrer jusqu'aux causes finales de toutes choses ; et cependant le langage, sans l'aide duquel le premier pas n'aurait pu être fait dans cette voie glorieuse, n'était étudié par personne ».

a linguagem não é mais considerada como um meio, mas como o objeto mesmo da busca científica (...) Nós vamos estudar a linguagem e não as línguas; nós gostaríamos de saber o que ela é e como ela pode servir de instrumento ao pensamento; nós gostaríamos de conhecer sua origem, sua natureza e suas leis, e é tendo em vista chegar a este conhecimento que nós reunimos, para arranjá-los e classificá-los, todos os fatos da linguagem que estão ao nosso alcance²¹ (MÜLLER, 1867, p. 27).

Para Müller, a vantagem deste estudo de busca das origens da linguagem será a de religar os homens aos primeiros ancestrais de nossa espécie, pois, segundo ele, ela é o testemunho vivo e “falante” de toda a história de nossa espécie. Isto será alcançado através da busca pelas raízes das palavras – as quais compõem os elementos constitutivos de todas as línguas conhecidas –, pois segundo Müller, nada de novo foi acrescentado à substância das palavras no que diz respeito às raízes, nenhuma raiz foi inventada pelas gerações posteriores e nenhum elemento foi acrescentado ao mundo material em que vivemos, o que torna o estudo da etimologia um verdadeiro estudo da natureza humana.

As raízes das palavras adquirem este caráter de estudo da natureza humana, justamente devido à sua correspondência com atividades fundamentalmente práticas desempenhadas pelo homem como resposta à materialidade do meio externo. Se nos detivermos no viés epistemológico adotado por Müller, encontraremos a prioridade da vida prática por detrás de toda atividade intelectual elaborada:

o primeiro geômetra foi um lavrador, o primeiro botânico, um jardineiro, e o primeiro mineralogista, um mineiro (...). É bom lembrar a cada ciência seus humildes começos e as necessidades práticas que, em suas origens, estava destinada a satisfazer (...), não se pode esquecer que nenhuma ciência e nenhuma arte prosperaram por muito tempo e floriram no mundo, a menos que servissem a interesses materiais da sociedade²² (MÜLLER, 1867, p. 9-10).

Por mais elaborada que uma ciência se encontre, no início, o interesse geral que a sustenta e anima suas pesquisas repousa sobre as vantagens práticas que a sociedade

²¹ « le langage n'est plus considéré comme un moyen, mais comme l'objet même de la recherche scientifique (...) Nous avons à étudier le langage et non pas les langues ; nous voulons savoir ce qu'il est et comment il peut servir d'organe à la pensée ; nous voulons en connaître l'origine, la nature et les lois, et c'est en vue d'arriver à cette connaissance que nous réunissons, pour les arranger et les classer, tous les faits du langage qui sont à notre portée ».

²² “le premier géomètre fut un laboureur, le premier botaniste un jardinier, et le premier minéralogiste un mineur (...). Il est bon de rappeler à chaque science ses humbles débuts et les besoins pratiques que, dans l'origine, elle était destinée à satisfaire (...), il ne faut pas oublier qu'aucune science et aucun art n'ont longtemps prospéré et fleuri dans le monde, à moins de servir d'une autre les intérêts matériels à la société”.

tira delas. Esta base prática se encontra visível não apenas no campo das ciências, mas também na disposição física do homem. Entre elas está o falar, cuja realidade se constitui como produto de um instinto mental inato em favor de uma coletividade. Nisto resulta a transposição do campo de estudos da linguagem para o âmbito das ciências naturais²³, não mais entre as ciências históricas ou humanas. De modo similar ao estudo da botânica, onde é preciso observar cada planta para classificá-la, observar cada órgão em busca de sua função, com as palavras também se deve proceder dessa maneira. Assim, a linguagem originalmente se insere no campo da biologia. Também na reflexão de Bergson vamos encontrar esta abordagem, muito próxima em determinados pontos onde há a inserção da biologia como fio condutor para a significação. É o que podemos apreender a partir das seguintes considerações, que antecipam nossa análise das ideias gerais:

Parece realmente, a acreditar em certos teóricos, que o espírito tenha caído do céu com uma subdivisão em funções psicológicas das quais precisamos apenas constatar a existência: por essas funções serem tais, seriam utilizadas de tal modo. Acreditamos, pelo contrário, que é porque são *úteis*, porque são *necessárias à vida* que elas são o que são: às exigências fundamentais da vida cabe referir-se para explicar sua presença e, se for o caso, para justificá-la, quero dizer, para saber se a subdivisão ordinária em tais ou tais faculdades é artificial ou natural, para saber, por conseguinte, se devemos mantê-la ou modificá-la; todas as nossas observações sobre o mecanismo da função serão falseadas se tivermos recortado mal na continuidade do tecido psicológico (BERGSON, 2006, p. 57, grifo nosso).

1.2) A questão das ideias gerais: a necessidade bergsoniana de um novo método

A fim de aprofundarmos a comparação entre os dois autores, o que nos permitirá estabelecer algumas considerações a respeito da relação entre linguagem/discurso/razão, elegemos uma questão que lhes é comum: a das ideias gerais. Müller (1867, p. 469) aborda o tema na 9ª lição, a última do livro, sob os seguintes termos: “há um ponto há muito tempo controverso entre os filósofos, a saber, se a linguagem teve sua origem nas nomações gerais ou nos nomes próprios”. Já Bergson (1999, p. 183), toca no tema no terceiro capítulo de *Matéria e memória* da seguinte maneira: “circunscrevendo ao

²³“Vous avez probablement remarqué que j’ai toujours supposé que la science du langage, mieux connue dans ce pays sous le nom de *philologie comparée*, est une des sciences de la nature, et que, par conséquent, sa méthode doit être identique à celle qui a été suivie avec tant de succès en botanique, en géologie, en anatomie et dans les autres branches de l’étude de la nature” (MÜLLER, 1867, p. 25).

máximo as dificuldades de ordem psicológica levantadas pelo problema das ideias gerais, acreditamos podê-las encerrar neste círculo: para generalizar é preciso primeiro abstrair, mas para abstrair utilmente é preciso já saber generalizar”. Ambos os autores abordam a relação entre o singular e o geral. Através da análise mais detida de cada uma destas passagens, esperamos demonstrar como cada um chega à mesma conclusão – a de que o conhecimento se inicia pelas ideias gerais – e, no entanto, tomam caminhos diferentes ao esboçar os rumos a serem seguidos para uma teoria do conhecimento. Müller parte para o resgate das raízes das palavras latinas e gregas e, na busca por uma universalização dos significados, propõe sua comparação com o sânscrito, procedimento que – ao explicitar origem sonora similar – nos faz encontrar uma motivação da vida prática por trás da palavra atual. Bergson, por sua vez, também realiza um retorno ao caráter utilitário da linguagem²⁴, mas dissocia-a do pensamento e assim esboça o que Bento Prado Júnior (1989, p. 62-63) chama de “descoberta pré-predicativa” ou “pensamento de contato”.

Para Max Müller, a questão se dispõe da seguinte forma. De um lado encontram-se Locke, Adam Smith e Condillac. Eles “sustentam que todos os termos, em sua acepção original, exprimem objetos individuais” (1867, p. 469). Segundo Adam Smith, os homens começam a linguagem com a criação dos substantivos para auxiliá-los em suas necessidades naturais. Primeiro eles nomeiam a caverna que os abriga, depois, diante de outras cavernas, estendem este nome a elas. Sendo assim: “é desta maneira que as palavras, depois de terem sido originalmente nomes próprios consagrados aos indivíduos, tornam-se nomes comuns e se aplicam a um grande número de objetos” (1867, p. 470).

Contrariamente a Adam Smith, Leibniz concebe os termos gerais como constituindo a essência da linguagem. Nas palavras de Leibniz: “todos os *nomes próprios* ou individuais foram originalmente *apelativos* ou gerais” (1867, p. 471). Um

²⁴Neste sentido de busca pelo utilitarismo na linguagem, destaca-se o seguinte trecho da segunda aula de seu curso “Histoire de l’idée de temps” de dezembro de 1902 no Collège de France: “Je prends la première lettre de l’alphabet la lettre A; on a montré que cette lettre de l’alphabet phénicien est née progressivement du signe idéographique qui représentait vraisemblablement une tête de boeuf, c’est-à-dire quelque chose de tout à fait concret. Cela c’est simplifié, on voit le caractère se redresser de plus en plus, devenir l’ α et quelque chose d’approchant dans les langues sémitiques; peu à peu ce signe a dû noter non plus la chose mais un son complexe et finalement la lettre A, c’est-à-dire qu’il y a eu un progrès dans le sens de la généralité, le signe tendant, de par sa nature, à représenter le plus grand nombre possible de choses, car la lettre A représente tous les sons A dans tous les mots possibles qui contiennent le son a, au lieu que la tête de boeuf est quelque chose de bien déterminé et de bien concret”, in: *Annales bergsoniennes I – Bergson dans le siècle*, editado e apresentado por Frédéric Worms, Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

exemplo está nas “crianças e naqueles que não sabem senão muito pouco da língua que eles querem falar ou da matéria sobre a qual eles querem falar, servem-se de termos gerais, como *coisa, planta, animal*, ao invés de empregar os termos próprios que lhes faltam” (1867, p. 471).

Propondo conciliar o pensamento dos dois filósofos, Müller expõe um traço muito recorrente na filosofia de Bergson: a importância do erro para a constituição da verdade. Segundo o primeiro, se adotarmos por um tempo as opiniões de um filósofo descobriremos o ponto de vista em que cada um se colocou para observar os fatos e “nós perceberemos que há nos sistemas filosóficos muito menos erros grosseiros que supomos comumente, e compreenderemos que nada é mais útil para nos conduzir ao conhecimento exato da verdade que uma justa apreciação do erro àquilo que ele se deve” (MÜLLER, 1867, p. 472-473). Desta forma, tanto Adam Smith tem razão em dizer que a primeira caverna individual recebeu este nome e, posteriormente, foi estendido a todas as outras cavernas, quanto Leibniz está igualmente certo, quando, ao remontar para além da aparição de nomes tais como caverna, ele nos explica como os nomes puderam ser formados. Mas, a solução para a questão será buscada na etimologia: caverna vem do latim *antrum, cavea, spelunca*. *Antrum* tem a mesma significação de *internum* e significa originalmente aquilo que está dentro ou no interior seja da terra, seja de qualquer outra coisa:

É então evidente que este nome não pôde ser dado a uma caverna particular antes que o espírito do homem tenha concebido a idéia geral da existência dentro de alguma coisa. Uma vez esta idéia geral concebida pelo espírito e exprimida pela raiz pronominal *an* ou *antar*, a origem da denominação torna-se muito clara e muito inteligível (MÜLLER, 1867, p. 473-474, grifos no original).

Sustentar que ao encontrarmos a raiz primitiva de uma palavra nos será revelado o pensamento humano pressupõe uma correspondência entre linguagem e pensamento. Para Müller, baseado na palavra grega *logos* que é linguagem e também razão (1867, p. 485), “a linguagem e o pensamento não se podem separar. O pensamento sem as palavras não é nada; as palavras sem o pensamento são apenas meros barulhos. Pensar é falar baixo; falar é pensar alto. A palavra é o pensamento revestido de um corpo²⁵”.

Em Bergson, a temática da linguagem surge no contexto de uma discussão sobre a relação entre o espiritual e a ação na matéria. No prefácio da sétima edição de *Matéria*

²⁵ « Le langage et la pensée ne se peuvent séparer. La pensée sans les mots n'est rien ; les mots sans la pensée ne sont que de vains bruits. Penser, c'est parler tout bas ; parler, c'est penser tout haut. Le mot, c'est la pensée revêtue d'un corps”.

e *Memória*, o autor aborda o domínio da linguagem partindo da relação entre a alma e o corpo²⁶. Esta relação é desenvolvida no terceiro capítulo anteriormente à questão das ideias gerais, onde a ação presente é apresentada comprometida em ser, sobretudo, eficaz, o que inibe o passado, que permanece quase inteiramente oculto para nós e ligado à vida desinteressada do sonho (BERGSON, 1999, p. 176-182). A linguagem, estando essencialmente comprometida com a ação, caracterizando-se como um “instrumento útil” e uma “ferramenta prática” (CHERNIAVSKY, 2009, p.68), faz com que ela dependa do corpo e se desenvolva com a finalidade de aprimorar e estender a capacidade humana de agir.

É importante notar a ruptura que o pensamento de Bergson opera em relação à tese de Müller, que apresentava uma correspondência direta entre linguagem e pensamento, pois o ato de revestir a palavra de um corpo corrompe a natureza do pensamento, havendo entre eles uma diferença de natureza. Daí decorre o procedimento de não ser ao *dito* que nos devemos deter, mas sim, ao que é “efetivamente *pensado*, isto é, diretamente experimentado pela consciência” (PRADO JR., 1989, p. 50). Não é possível para a consciência experimentar outra coisa senão a realidade presente. Se podemos conduzir o pensamento da ausência em direção à presença, do vazio em direção ao pleno, isto se deve a uma operação do espírito, não à natureza do real e nem à ordem temporal em que aparecem na consciência. Assim, o conceito de “nada” constitui muito mais uma afecção do que propriamente um pensamento (BERGSON, 2005, p. 305), pois só há a percepção de ausência para um ser dotado de expectativa e memória. “Ele se lembrava de um objeto e esperava talvez encontrá-lo: encontra um outro e exprime a decepção de sua expectativa [...] dizendo que não encontra mais nada, que topa com o nada” (BERGSON, 2005, p. 305). Portanto, o conceito de nada é produzido por um ser que tem desejos e sente falta, ou seja, ele só tem lugar dentro da dimensão humana, vital e social. A linguagem também pertence a este âmbito. Ela realiza com excelência o ato de fazer referências ao que não é experimentado diretamente pela consciência. A própria possibilidade de negação é fundada na possibilidade de substituição do conteúdo mental pela expressão de um desejo não realizado. Generalizando esta característica, podemos dizer que “o falar em geral postula o Nada como horizonte do Ser” (PRADO JR, 1989, p. 50). Primeiramente comprometida com a

²⁶ “Para aquele que aborda sem ideia preconcebida, no terreno dos fatos, o antigo problema das relações da alma e do corpo, esse problema logo parece restringir-se em torno da questão da memória, e até mais particularmente da memória das palavras; é daí, sem dúvida nenhuma, que deverá partir a luz capaz de esclarecer os lados mais obscuros do problema” (BERGSON, 1999, p. 6).

ação em geral, a inteligência possui como caráter essencial o distanciamento do objeto, a sua apreensão descontínua e a inserção de intervalos na experiência efetiva, que é fluida. Na introdução de *A evolução criadora*, Bergson (2005, p. IX) – tendo em vista a história da evolução da vida – apresenta a inteligência como um anexo da *faculdade de ação*. Ela é “uma adaptação cada vez mais precisa, cada vez mais complexa e flexível, da consciência dos seres vivos às condições de existência que lhe são impostas”. Enquanto destinada a assegurar a inserção do organismo vivo em seu meio, a inteligência se vincula ao âmbito da matéria, constituindo a partir desta última sua lógica. Lógica esta que triunfa no campo da geometria, mas, no que diz respeito à compreensão da significação do movimento evolutivo, é incapaz de representar a verdadeira natureza da vida. Quando ela procura se exprimir a respeito desta última, nada mais faz do que traduzir sua experiência heterogênea na linguagem homogênea e simplificada dos objetos inertes. E ao tentar responder às questões especulativas, acaba por projetar o vazio sobre o pleno, criando a miragem do nada. Portanto, nas palavras de Bento Prado Júnior (1989, p. 62), a essência da inteligência consiste “em tecer a positividade sobre a tela de um Nada originário. É a miragem da Ausência uma miragem que prolonga suas raízes na própria estrutura do entendimento e que se objetiva como a sua vocação essencial”.

Sob a nomenclatura “miragem da Ausência” e “Presença”, Bento Prado concebe o distanciamento desta última como obra da linguagem²⁷, pois ela é o meio onde positividade e negatividade se apresentam similarmente por preposições, formadas de *palavras*, as quais dão origem a *conceitos*:

É só no interior da linguagem que a negação se apresenta como simétrica da afirmação. Mas todas essas simetrias, todos esses dualismos inscritos na estrutura da linguagem, esse arsenal da inteligência, limitam-se a ela e não traduzem a pulsação do real: elas são, antes de mais nada, significativas do abismo que existe entre o que *é dito* e o que *é*. Ao retornar a uma experiência silenciosa ou pré-predicativa de coincidência com o Ser, a consciência descobre a inadequação nativa da linguagem (PRADO JR., 1989, p. 63, grifos no original).

A referência à “miragem da Ausência” presente na base da atividade intelectual está ligada ao fato da negação só ter existência na linguagem e não no mundo empírico. Neste sentido, a questão da negação em Bergson é abordada aqui, na medida em que a

²⁷“para Bergson o movimento que oculta e recobre a experiência imediata – o “esquecimento” da Presença – é já obra da própria linguagem” (PRADO JR., 1989, p. 62).

origem da negação tem por trás dela uma "esfera puramente lógica, isto é, anterior a qualquer referência ao mundo dos objetos" (PRADO JR., 1989, p. 58), o que resultará na consolidação de *conhecimentos puramente verbais*, ou seja, possíveis em um âmbito lógico, mas sem correspondência com o real²⁸. Já a referência à “Presença”, faz-se em uma “experiência silenciosa” ou “pré-predicativa”, onde a palavra usada para designar a apreensão do Ser é a “coincidência”, ou seja, uma supressão do intermédio da linguagem. No entanto, não é possível operarmos tal supressão em sua plenitude, pois é nos limites da linguagem que o domínio da experiência humana opera e, neste sentido, a filosofia de Bergson se polariza ao redor da linguagem: ora aquém, no instinto; ora além, na intuição. Serão estes os dois pólos ideais da reflexão, os quais consistem em uma “preparação dialética para a experiência direta do Ser: não há um demonstrar, há uma introdução ao *mostrar*” (PRADO JR., 1989, p. 63, grifo no original). Por isso, para haver uma teoria da “Presença”, é necessária uma dissociação entre linguagem e pensamento. O que dá à sua teoria a possibilidade de exprimir o ser sem cair na tentação do nada é a busca por atender para o âmbito *pré-predicativo*, onde a dialética ainda não o dividiu nem o cristalizou.

É pressupondo este horizonte negativo disposto na linguagem que Bergson trata a questão das ideias gerais expressa na disputa entre conceitualismo e nominalismo. Esta disputa nos permite apreender a necessidade de estendermos a discussão para o âmbito pré-predicativo (regrado pelas necessidades fisiológicas do homem), pois se permanecemos no domínio da dialética, esta questão compõe um círculo vicioso: “a generalização só pode ser feita por uma extração de qualidades comuns; mas as qualidades, para serem comuns, deverão já ter sofrido um trabalho de generalização” (BERGSON, 1999, p.185).

As teorias nominalista e conceitualista são respostas à questão dos universais. Tal questão esteve presente em vários momentos da história da filosofia, sobretudo, depois de Platão e Aristóteles, mas foi na Idade Média que ela foi mais intensamente debatida. Segundo José Ferrater Mora (2001, 2949), esta questão reviveu a partir do momento em que se considerou como capital o problema levantado na tradução que

²⁸Segundo Bergson (2005, p. 318), não haveria o conceito de vazio se nos ativésemos exclusivamente à experiência. Quando emitimos uma negação ocorre uma substituição em nossa percepção: ao invés de nos atermos ao objeto observado, julgamos um juízo prévio que fazemos do objeto: “Quando digo: “esta mesa é preta”, é propriamente da mesa que falo: eu a vi preta e meu juízo traduz o que vi. Mas se digo: “esta mesa não é branca”, seguramente não exprimo algo que tenha percebido, pois vi preto, e não uma ausência de branco. No fundo, portanto, não é sobre a própria mesa que emito esse juízo, mas antes sobre o juízo que a declararia branca. Julgo um juízo e não a mesa” (BERGSON, 2005, p. 311).

Boécio fez da *Isagoge* de Porfírio (I, 1-16). Em determinado trecho, este último escreveu o seguinte:

Não tentarei enunciar se os gêneros e as espécies existem por si mesmos ou em sua compreensão, nem, no caso de subsistir, se são corporais ou incorporais, nem se existem separados dos objetos sensíveis ou nestes objetos, fazendo parte dos mesmos. Este problema é excessivo e requeria indagações mais amplas.

Observa-se a presença de uma questão capital a respeito do aspecto ontológico dos chamados “universais”. A fim de compreendermos a natureza destes últimos, tomemos os seguintes exemplos: a palavra “Marcel” é um nome próprio e evoca uma pessoa determinada, singular e concreta. Desta entidade concreta chamada “Marcel” podemos dizer que é um homem, que é escritor e que é francês. Os termos “homem”, “escritor” e “francês” são usados para qualificar “Marcel”. São nomes comuns usados não para nomear uma entidade singular, mas de um modo universal. Assim, “homem”, “escritor” e “francês” são nomes chamados de “universais”. Como principais posições sustentadas durante a Idade Média, podemos destacar o realismo e o nominalismo. O primeiro defendia a existência real dos universais, prévia e anteriormente às coisas; o segundo não admite os universais como seres reais, sendo, com efeito, abstraídos pela inteligência humana posteriormente ao contato com as coisas por meio da linguagem, sob a forma de nomes. O conceitualismo, também citado por Bergson, pode ser entendido como uma variante do nominalismo, ao sustentar que os universais têm existência em nossa mente enquanto conceitos gerais.

Segundo a análise de Bergson, os nominalistas vêm na ideia geral apenas uma soma de objetos individuais. Nós primeiro percebemos uma coisa, depois adicionamos uma palavra a ela e na medida em que encontramos novos objetos idênticos, pela soma com os antigos, concebemos uma ideia geral deste objeto. É o caso dos filósofos apontados por Müller: Locke, Adam Smith e Condillac. Neste sentido, a linguagem daria condições de representarmos um objeto em nossa mente e por meio da *extensão* da atribuição desta palavra a outros objetos no espaço, teríamos a operação da generalização.

Já os conceitualistas vêm no indivíduo uma unidade superficial, na medida em que ele guarda em si uma multiplicidade de gêneros. Assim, as qualidades individuais, como a cor branca, por exemplo, tornam-se gêneros que, somados, irão compor o indivíduo. Para Bergson (1999, p. 184), apesar de isolarem as qualidades individuais, ainda assim, para instituí-las em gêneros, falta um esforço de generalização, o que

resulta no fato dos conceitualistas – assim como os nominalistas – não partirem realmente do geral:

Se aprofundássemos agora essas duas teorias adversas, descobriríamos nelas um postulado comum: ambas supõem que partimos da percepção de objetos individuais. A primeira compõe o gênero através da enumeração; a segunda o obtém através de uma análise; mas é sobre indivíduos, considerados como realidades dadas à intuição imediata, que se aplicam a análise e a enumeração (BERGSON, 1999, p. 185).

A percepção dos objetos individuais se torna um luxo da percepção, assim como a representação clara de uma ideia geral só existe a partir de um refinamento da inteligência. Mas, a reflexão sem a qual a individualidade dos objetos nos escaparia, “supõe uma faculdade de observar as diferenças (...) Parece portanto que não começamos nem pela percepção do indivíduo nem pela concepção do gênero, mas por um conhecimento intermediário, por um sentimento confuso de *qualidade marcante* ou de semelhança” (BERGSON, 1999, p. 185).

Enfatizando o que dissemos mais acima, temos que a escolha do confronto entre as teses do nominalismo e conceitualismo para analisar a questão das ideias gerais deve-se ao fato da própria insuficiência de ambas para explicar como a operação da generalização se forma no espírito. O resultado é a demonstração de que o corpo é o responsável por esta operação. Por mais que procuremos explicá-la, enquanto a enquadrarmos em uma operação de natureza intelectual, não obteremos sucesso. Assim, uma das operações mais importantes para o pensamento intelectual, que dá condições para pensar o universal, tem sua origem na disposição corporal de se relacionar com o ambiente externo.

Reportando-se às origens utilitárias de nossa percepção das coisas, Bergson apresenta esta última como resposta a uma necessidade prática do organismo vivo. É desta forma que a percepção dos animais se limita ao discernimento²⁹ do útil. “É o capim em geral que atrai o herbívoro: a cor e o odor do capim, sentidos e experimentados como forças (não chegamos ao ponto de dizer: pensamos como qualidades ou gêneros), são os únicos dados imediatos de sua percepção exterior” (BERGSON, 1999, p. 186). Estamos, portanto, diante de outra espécie de semelhança, anterior ainda ao conceito e que *age objetivamente* como uma força. Com ela, a ideia geral é sentida e experimentada antes de ser representada. Cabe apenas acrescentar que

²⁹ Procuramos desenvolvemos em que sentido opera este discernimento do útil mais adiante, a partir da página 30.

quando empregamos aqui a palavra *força*, queremos evocar seu sentido metafísico e que difere da concepção comumente empregada pela física moderna. Esta diferenciação foi feita pelo próprio autor no capítulo final de *Matéria e Memória*, por ocasião da questão do caráter absoluto do movimento.

[...] convém que nos entendamos quanto ao sentido desta última palavra [força]. Nas ciências da natureza, a força não é mais que uma função da massa e da velocidade; ela é calculada pela aceleração; só a conhecemos, só a avaliamos pelos movimentos que ela supostamente produz no espaço. Solidária a esses movimentos, ela participa de sua relatividade. Desse modo, os físicos que buscam o princípio do movimento absoluto na força assim definida são reconduzidos, pela lógica de seu sistema, à hipótese de um espaço absoluto que desejavam evitar de início. Será preciso portanto retornar ao sentido metafísico da palavra, e apoiar o movimento percebido no espaço em causas profundas, análogas às que nossa consciência acredita perceber no sentimento do esforço. Mas o sentimento do esforço é efetivamente o de uma causa profunda? E análises decisivas não mostraram que não há nada mais, nesse sentimento, do que a consciência dos movimentos já efetuados ou começados na periferia do corpo? É portanto em vão que gostaríamos de fundar a realidade do movimento sobre uma causa que se distingue dele: a análise nos leva sempre de volta ao próprio movimento (BERGSON, 1999, p. 229).

Ao empregarmos a palavra “força” devemos atentar para os dois sentidos que ela possui. O sentido empregado pela física, sobretudo em Newton, e que se traduz em termos de deslocamento no espaço, sendo caracterizada como “função da massa e da velocidade” e “calculada pela aceleração”. Esta concepção de força só confere realidade absoluta ao próprio espaço. E, o sentido circunscrito por Bergson como metafísico, o qual vem preencher a lacuna deixada pelo primeiro sentido no que diz respeito à existência das “causas profundas” daquilo que desencadearia a execução da força, o próprio movimento. A analogia com o esforço procura exemplificar a dificuldade que levou os físicos a definirem o movimento em função do espaço: só temos consciência do esforço/movimento já executado. Apesar desta impossibilidade de se apreender o movimento, ele possui realidade absoluta, sendo a causa de si próprio, pois a análise nos faz retornar sempre a ele. Do outro lado da analogia, a noção de força também deve ser entendida como uma realidade absoluta, capaz de gerar movimento.

Apresentando as considerações finais a respeito da comparação entre os dois autores, podemos dizer que buscamos trazer esta obra de Max Müller para melhor situarmos a reflexão de Bergson a respeito da linguagem, pois assim como o primeiro, ele defende um verdadeiro salto do animal para o homem. Mas seu projeto não se limita a buscar uma origem comum dos radicais nas línguas, ao modo de Darwin. Bergson

dará continuidade ao tratamento da linguagem sob o ponto de vista biológico iniciado por Müller, considerando-a um instrumento em favor da vida social. E irá além do filólogo alemão ao levar esta afirmação às suas últimas consequências, o que resulta na busca pelas influências do corpo no processo de significação. Para fins meramente ilustrativos, acrescentamos a seguinte tabela enfocando os pontos de ruptura entre ambos:

	MÜLLER	BERGSON
Natureza da linguagem	Ling./razão = Pensamento (Logos)	Linguagem/razão ≠ Pensamento (Natureza fragmentária da linguagem)
Questão das ideias gerais	Geral > Individual	Geral > Individual
Origem da significação	Utilidade prática	Utilidade prática e fisiologia do corpo
Método	Busca pelas raízes das palavras (filologia comparada)	Busca pela coincidência com a “Presença” (análise psicanalítica)

No polo oposto, procuramos aproximar a filosofia de Bergson à obra de Müller, *Sources du langage* em duas frentes: 1) A importância da vida prática e sua influência nas questões especulativas; 2) O processo de naturalização da linguagem, seu caráter instintivo.

A comparação das duas análises sobre a ideia geral nos auxiliou a compreender o ponto em que Bergson difere de Müller, ao apresentar uma solução que exige a criação de um novo método, o qual pressupõe a dissociação entre pensamento e linguagem, na medida em que esta última possui uma forte ligação com a ideia de Nada, contrária à natureza do Ser. Enquanto Müller elege as raízes das palavras, Bergson procura *na fisiologia do corpo* um mecanismo unificado produtor de significação. Se as raízes exprimem o pensamento humano desde seus primórdios com pureza, é o comprometimento do corpo com a sobrevivência que regula o pensamento em um nível pré-predicativo.

1.3) O corpo e sua influência no processo de significação

A biologia tem grande destaque na obra de Bergson. Ela ocupa, muitas vezes, o estatuto de “fio condutor” de sua reflexão, dando privilégio para a significação vital nas grandes questões filosóficas. Nas palavras do autor:

no labirinto dos atos, estados e faculdades do espírito, o fio que não deveríamos largar nunca é aquele fornecido pela biologia. *Primum*

vivere. Memória, imaginação, concepção e percepção, generalização, por fim, não estão aí “por nada, pelo prazer” (BERGSON, 2006, p. 57).

Deste modo, sua obra procura nas exigências fundamentais da vida a explicação para a presença das funções psicológicas e se opõe diretamente à concepção demasiado teórica de que o homem se caracteriza como um ser racional por excelência. De fato, o homem possui faculdades que cabem unicamente a ele, como a memória e a linguagem, mas há o estabelecimento de sua analogia com o restante dos animais e mesmo com as plantas. Esta analogia permite a busca por uma significação vital inclusive para estas faculdades mais desenvolvidas no homem. No caso da linguagem, além de seu sentido estar ligado com a dimensão social de comunicação entre os indivíduos em prol da cooperação e manutenção da espécie, está também ligado à concepção e possibilidade das ideias gerais: “basta dizer que se convencionou chamar ideia geral uma representação que agrupa um número indefinido de coisas sob o mesmo nome: as palavras, na sua maior parte, corresponderão assim a uma ideia geral” (BERGSON, 2006, p. 56). Isto significa que para compreendermos a natureza da linguagem de modo a evitar o discurso que tem o “nada” como horizonte e agrupar as palavras de acordo com a estrutura do real, devemos procurar a motivação biológica por detrás das ideias gerais. Assim, é no âmbito do comprometimento do corpo com a vida que devemos buscar tal significação:

todo ser vivo, talvez mesmo todo órgão, todo tecido de um ser vivo generaliza, quer dizer, classifica, uma vez que sabe colher no meio em que está, nas substâncias ou nos objetos mais diversos, as partes ou os elementos que poderão satisfazer tal ou tal de duas necessidades; negligencia o resto. Isola, portanto, a característica que lhe interessa, vai direto para uma propriedade comum; em outros termos, classifica e, por conseguinte, abstrai e generaliza (BERGSON, 2006, p. 58).

A citação coloca a generalização e a abstração – faculdades ligadas comumente ao raciocínio – claramente no âmbito comum a todos os seres vivos, podendo ser inclusive apresentadas como uma característica própria do vivo ao serem encontradas também fora dos indivíduos, nos órgãos e nos tecidos. Este âmbito comum sugere um novo domínio para estas faculdades: ao invés de serem pensadas, elas são vividas, ou seja, naturalmente desempenhadas pelo corpo. Desta forma, os mais diferentes objetos podem ser agrupados segundo as necessidades instintivas do homem, criando uma ideia geral a partir desta classificação desempenhada.

A semelhança entre coisas ou estados, que declaramos perceber, é antes de tudo a propriedade, comum a esses estados ou a essas coisas, de obter de nosso corpo a mesma reação, de fazê-lo esboçar a mesma atitude de começar os mesmos movimentos. O corpo extrai do meio material ou moral aquilo que conseguiu influenciá-lo, aquilo que o interessa: é a identidade de reação a ações diferentes que, ricocheteando nelas, nelas introduz a semelhança, ou delas a extrai (BERGSON, 2006, p. 59).

É então explicitado o critério de toda classificação e generalização vividas: a reação do corpo, o desempenho de um movimento em vista de determinada ação. Tudo aquilo que não condiz com esta reação desejada será posto de lado, não será nem ao menos percebido. Neste ponto, relembramos a vertente crítica da filosofia bergsoniana, que apresentamos no início do texto recaindo sobre a psicologia nascente e sobre a metafísica tradicional que seguiu as articulações da linguagem em detrimento do real para se constituir. Este retorno se faz necessário, pois agora o aspecto crítico da filosofia de Bergson se liga diretamente ao esforço de transformar em objeto filosófico aquilo que é instintivamente rejeitado pelo corpo.

É bem conhecida a crítica bergsoniana com relação ao apagamento do tempo na filosofia e a relação que este ocultamento tem com o método conceitual. Bergson (2006, p.5) aponta na *Introdução de O pensamento e o movente* que nada o impressionou tanto como ver que o tempo real escapa à matemática. “A linha que medimos é imóvel, o tempo é mobilidade. A linha é algo já feito, o tempo, aquilo que se faz”. Assim, a ideia de tempo se coloca para Bergson desde o início de sua reflexão, sendo justamente a denúncia do caráter simbólico que esta ideia adquire na tradição que marca sua crítica à história da filosofia:

Um Platão, um Aristóteles adotam o recorte da realidade que encontram já pronto na linguagem: ‘dialética’, que se prende a *dialegein, dialegestai*, significa ao mesmo tempo ‘diálogo’ e ‘distribuição’; uma dialética como a de Platão era ao mesmo tempo uma conversação na qual se procurava estabelecer um acordo sobre o sentido de uma palavra e uma repartição das coisas segundo as indicações da linguagem (BERGSON, 2006, p. 91, grifos no original).

A partir dessa crítica, podemos dizer que a metafísica tradicional *parte da própria estrutura da linguagem para constituir seu método*³⁰. Nas palavras de Franklin

³⁰Este aspecto pode ser também apreendido na seguinte passagem da primeira introdução de *O pensamento e o movente*: “simplesmente, desviou-se o olhar da duração real. Por quê? A ciência tem suas razões para fazê-lo; mas a metafísica, que precedeu a ciência, já operava desse modo e não possuía as mesmas razões. Examinando as doutrinas, pareceu-nos que a linguagem havia desempenhado aqui um papel importante. A duração exprime-se sempre em extensão. Os termos que designam o tempo são

Leopoldo e Silva (1994, p. 12, grifo no original), ao comentar o trecho anterior: “isto [a busca em superar a mobilidade dos significados] determina a *forma* do discurso filosófico e ao mesmo tempo institui o culto da Forma como característica do pensamento filosófico”.

O mesmo sentido apontado por Franklin Leopoldo e Silva é também esboçado por Axel Cherniavski (2009, p.28). Segundo este último, ao perguntarmos o que é a duração, partimos do princípio de que a duração é alguma coisa, um quê, um objeto. E a duração tem a especificidade de não ser um objeto, mas um processo, não uma coisa, mas uma ação (ela aparece “quando nosso eu se deixa viver”). Citando Cherniavski (2009, p. 28, grifo nosso): “Toda questão começando por *o que é* é no fundo uma questão platônica naquilo que assinala a Ideia, uma realidade imutável e eterna”. Assim, como consequência deste procedimento platônico (o qual vimos acima recortar a realidade segundo um molde já pronto na linguagem), a tradição filosófica predeterminou a verdade – que constituiu a finalidade da filosofia – a ser fixa, ou seja, toda mobilidade deve ser superada, pois é a fixação do significado ao conceito que garante a validade deste.

Podemos então concluir que, seja inerente à tradição filosófica, seja em consequência do movimento negativo natural à inteligência, a característica do real que escapa mais fundamentalmente à linguagem é a mudança, o que impossibilita a utilização da linguagem em uma análise fiel da interioridade, que é descrita em correspondência com a duração. “A duração totalmente pura é a forma que a sucessão de nossos estados de consciência adquire *quando nosso eu se deixa viver*, quando não estabelece uma separação entre o estado presente e os anteriores” (BERGSON, 1988, p. 72, grifo nosso). Sucessão, ausência de separação – o que podemos chamar de continuidade –, constituição de um todo individual: são as palavras frequentemente empregadas por Bergson para se referir ao conteúdo da ideia de duração.

No entanto, a fim de circunscrever o interesse de nosso presente trabalho, cabe precisar como esta crítica à tradição é operada em *Matéria e memória*, obra que nos apresenta um dos elementos mais fundamentais para estabelecer os limites existentes entre raciocínio e intuição. Bergson explicita a origem intuitiva por detrás das teses filosóficas. Mais precisamente, ele apresenta o conteúdo de uma teoria que é tomado tradicionalmente como produto direto do raciocínio, como possuindo primeiramente,

tomados de empréstimo à língua do espaço. Quando evocamos o tempo, é o espaço que responde a nosso chamado. A metafísica precisou conformar-se aos hábitos da linguagem” (BERGSON, 2006, p. 7).

uma raiz intuitiva que, apenas posteriormente, por intermédio das palavras, é apreendido por nós – de maneira ilusória – como tendo sua origem no raciocínio. Tal operação se dá de forma retrospectiva e pressupõe o ato de revestir o que era um movimento original e indissociável com contornos nítidos, apagando seus traços no tempo. A título de exemplo, vejamos a análise das teses.

Já no primeiro capítulo de *Matéria e memória*, temos a caracterização do cérebro como centro de ação, ao invés de órgão voltado unicamente para a especulação ao criar primordialmente representações, duplicando assim os objetos e separando o sujeito do mundo material. Esta tese envolvendo o cérebro como órgão de ação coloca-se como proposta de teoria do conhecimento contra uma série de prejuízos gerados pela concepção de sujeito e de matéria imanentes à “teoria da sensação” (WORMS, 1997, p. 76-77). Ao se eleger as sensações como característica elementar de nossa consciência, todo o trabalho desta teoria estará ligado ao esforço em compor, a partir delas, uma percepção única, o que resulta em uma separação intransponível entre percepção e real. Além disso, a destinação destas sensações elementares permanece “misteriosa”, pois nada explica a motivação do caráter elementar da percepção. A partir destas críticas, veremos o esforço de Bergson no sentido de provar a unidade da percepção com o objeto, sendo da mesma natureza deste último, o que irá revestir as sensações de um caráter de “necessidade”, existindo em função da ação.

No terceiro capítulo, esta tese receberá uma complementação. A tradição concebe que a percepção parte de objetos individuais. Bergson mostrará que é ainda na totalidade que percebemos os objetos e apenas posteriormente os separamos um a um, obedecendo ao critério de utilidade para manutenção da vida.

Desta análise resulta que o próprio raciocínio, tomado pela tradição como essencial e primeiro na ordem causal, nasce da intuição. Esta contraposição é expressa por Bergson (2006, p. 209, grifo nosso) no ensaio “Introdução à metafísica” nos termos análise/intuição. Relembra-la, permite-nos estabelecer uma nuance na noção de intuição empregada aqui³¹:

a análise opera sobre o imóvel, ao passo que a intuição se instala na *mobilidade* ou, o que dá no mesmo, na *duração*. Aí está a linha de demarcação bem nítida entre a intuição e a análise. Reconhece-se o

³¹Nota-se que a dificuldade de definição da intuição e sua pluralidade de acepções foram previstas pelo próprio Bergson (2006, p. 31) e fazem parte de suas implicações conceituais: “que nos peçam, então, uma definição simples e geométrica da intuição. Será por demais fácil mostrar que tomamos a palavra em acepções que não se deduzem matematicamente umas das outras. Um eminente filósofo danês [Harald Höffding] assinalou quatro delas. Nós, de nossa parte, encontraríamos um número maior”.

real, o vivido, o concreto, pelo fato de que ele é a própria *variabilidade*. Reconhece-se o elemento pelo fato de que ele é invariável. E é invariável por definição, sendo um esquema, uma reconstrução simplificada, freqüentemente um mero símbolo, em todo caso uma vista tomada da realidade que flui.

A intuição é algo simples e sempre contraposto à análise (fruto do raciocínio). No entanto, ela adquire na obra de Bergson uma complexidade que leva à identificação de duas acepções da palavra. Isto se dá em decorrência das duas dimensões temporais que o discurso comporta. Tendo em vista uma melhor compreensão do papel desempenhado pela percepção, o primeiro capítulo de *Matéria e Memória* foi redigido de modo a transpor a análise para um plano ideal, onde é abstraída a condição humana real em que a percepção nunca se dá sem memória. Se adotarmos o mesmo recurso deste capítulo e o aplicarmos à intuição, podemos dizer que ela é base de toda a experiência, pois natureza e espírito constituem uma totalidade e deveriam ser apreendidos em sua forma original, essencialmente temporal. No entanto, o homem só experimenta o tempo enquanto mistura, pois, enquanto ser vivo, compromete a maior parte de sua constituição com a necessária manutenção do organismo. Sendo assim, a intuição efetiva, não contemplando o real em sua totalidade, mas a única intuição possível ao homem, aparece em forma de projeto filosófico de apreensão da temporalidade. Por isso, ela se caracteriza como uma imagem evanescente e “intermediária entre a simplicidade da intuição concreta e a complexidade das abstrações que a traduzem” (BERGSON, 2006, p. 125). Neste sentido, ela também está sujeita a uma disposição esquemática, mas que “se não é a própria intuição, dela se aproxima bem mais que a expressão conceitual, necessariamente simbólica, à qual a intuição deve recorrer para fornecer ‘explicações’” (BERGSON, 2006, p. 126). A análise será sempre uma reconstrução simplificada da realidade que flui e a intuição sempre um esforço em reconstruir a temporalidade do real. Quando dizemos que o raciocínio nasce da intuição, trata-se de especificar que antes de apreendermos algo como imóvel e invariável, partimos de algo “real”, “vivido”, “concreto” e foi necessário um exercício do espírito para transformar este contexto de variabilidade em “elemento”. Assim, no terceiro capítulo de *Matéria e memória*, o raciocínio “supõe uma faculdade de observar as diferenças, e por isso mesmo uma memória das imagens, que é certamente o privilégio do homem e dos animais superiores” (BERGSON, 1999, p.185). Supõe igualmente um “sentimento confuso de qualidade marcante ou de semelhança”. O que fez com que Bergson se ocupe em mostrar a filiação do conceito de semelhança a um movimento

intuitivo do corpo animal.

Vimos mais acima que a semelhança não é um esforço de natureza psicológica (raciocínio), mas sim, “esta semelhança age objetivamente como uma força, e provoca reações idênticas em virtude da lei inteiramente física que obriga os mesmos efeitos de conjunto a seguirem as mesmas causas profundas” (BERGSON, 1999, p. 186). “É o capim *em geral* que atrai o herbívoro”.

Agora, após o surgimento desta primeira forma de semelhança, a semelhança enquanto força e que foi mecanicamente esboçada pelo hábito, estendemos sua análise para o domínio propriamente humano e teremos uma segunda forma: o conceito de semelhança, gerado a partir de um esforço de reflexão. Mas, de modo algum esta última poderia surgir sem o apoio da anterior. Estamos aqui diante de duas espécies de semelhanças, no entanto, o modo como elas operam no sujeito será o mesmo, com apenas uma única diferença. No primeiro caso, ela funciona por meio do aparelho-motor, no segundo, é a palavra que irá operar como um aparelho-motor:

o entendimento, imitando o trabalho da natureza, montou, ele também, aparelhos-motores, desta vez artificiais, para fazê-los responder, em número limitado, a uma quantidade ilimitada de objetos individuais: o conjunto desses mecanismos é a palavra articulada (BERGSON, 1999, p. 189).

A noção de aparelho-motor é fundamental para nosso trabalho, pois a identificamos com as noções apresentadas por Bento Prado Júnior (1989, p. 63) do domínio “pré-predicativo” ou “pensamento de contato”, no qual a filosofia de Bergson estaria inserida e que foram descobertos a partir da inadequação da linguagem para exprimir o Ser. A citação acima nos apresenta um caminho para uma análise da linguagem que resultaria em uma teoria da cognição muito particular, pois, se tomarmos os aparelhos-motores – os quais pretendemos aprofundar no capítulo seguinte – como movimentos corporais aquém da linguagem, comprometidos essencialmente com a resposta motora à variedade dos estímulos externos, a palavra articulada sendo uma cópia deste procedimento, resultaria que o funcionamento da linguagem é também sensório-motor e está sujeita a uma parcela significativa de automatismo:

Esta inteligência inteiramente automática se estende mais longe do que se imagina. A conversação corrente se compõe em grande parte de respostas prontas a questões banais, a resposta sucedendo à questão sem que a inteligência se interesse pelo sentido de uma ou de outra. É assim que os dementes sustentam uma conversa razoavelmente coerente sobre um assunto simples, mesmo eles não sabendo o que dizem. Já ressaltamos inúmeras vezes: nós podemos ligar palavras a palavras nos regrado pela compatibilidade ou incompatibilidade

musicais de sons entre si, e compor assim frases que se sustentam, sem que a inteligência propriamente dita se envolva. Nestes exemplos, a interpretação das sensações se faz imediatamente por movimentos. O espírito permanece, como nós dizíamos, sob um único e mesmo “plano de consciência” (BERGSON, 2001, p.942).³²

O que tornaria particular uma teoria da cognição provinda das considerações a respeito da linguagem enquanto cópia de um procedimento sensório-motor está na inversão das teorias tradicionais, segundo as quais o sentido seria uma produção da leitura ou audição. Estando a linguagem comprometida com a ação sobre os objetos, ela não pode deixar a interpretação para um momento posterior ao contato, pois seria ineficaz. O sentido deve ser realizado previamente em um contexto pré-predicativo, de modo que o processo da leitura/audição é antecedido de uma hipótese que vai se confirmando ou desconstruindo na medida em que fluem³³. Para haver superação de um único “plano de consciência”, que define o automatismo, faz-se necessário um esforço intelectual, veículo de uma transição entre os vários planos de consciência que vão da atenção ao sonho.

³²« Cette intellection tout automatique s'étend d'ailleurs beaucoup plus loin qu'on ne se l'imagine. La conversation courante se compose en grande partie de réponses toutes faites à des questions banales, la réponse succédant à la question sans que l'intelligence s'intéresse au sens de l'une ou de l'autre. C'est ainsi que des déments soutiendront une conversation à peu près cohérente sur un sujet simple, quoiqu'ils ne sachent plus ce qu'ils disent. On l'a fait remarquer bien des fois : nous pouvons lier des mots à des mots en nous réglant sur la compatibilité ou l'incompatibilité pour ainsi dire musicales des sons entre eux, et composer ainsi des phrases qui se tiennent, sans que l'intelligence proprement dite s'en mêle. Dans ces exemples, l'interprétation des sensations se fait tout de suite par des mouvements. L'esprit reste, comme nous le disions, sur un seul et même « plan de conscience » ».

³³« il faut bien que ce soit le sens, avant tout, qui nous guide dans la reconstitution des formes et des sons. Ce que nous voyons de la phrase lue, ce que nous entendons de la phrase prononcée, est tout juste ce qui est nécessaire pour nous placer dans l'ordre d'idées correspondant : alors, partant des idées, c'est-à-dire des relations abstraites, nous les matérialisons imaginativement en mots hypothétiques qui essaient de se poser sur ce que nous voyons et entendons. L'interprétation est donc en réalité une reconstruction. Un premier contact avec l'image imprime à la pensée abstraite sa direction. Celle-ci se développe en suite en images représentées qui prennent contact à leur tour avec les images perçues, les suivent à la trace, s'efforcent de les recouvrir. Là où la superposition est parfaite, la perception est complètement interprétée” (BERGSON, O esforço intelectual).

CAPÍTULO 2

A NOÇÃO DE *APARELHO MOTOR*: A BASE CORPORAL DO RECONHECIMENTO

Antes de a linguagem operar uma divisão na natureza inextensa do pensamento num âmbito teórico, a própria percepção já opera uma outra num âmbito prático. O ato mesmo de viver impõe uma limitação ao ser vivo de só perceber aquilo que esteja relacionado diretamente com sua manutenção³⁴. Isto resulta em que tanto imagens quanto palavras tornem possível apenas um conhecimento análogo, mas nunca revelem a verdade metafísica do ser de maneira absoluta. É devido a esta disposição natural da inteligência que a intuição bergsoniana procura se projetar para fora do interesse prático, estabelecendo outra maneira de conhecer as coisas. Com o auxílio recorrente das metáforas do “dentro” – um conhecimento que é apresentado de maneira absoluta, sem fazer relação com elementos externos – e do “fora” – um conhecimento relativo que exige o intermédio de outros elementos –, Bergson procura estabelecer a intuição como uma distinção da percepção natural limitada. Tal preocupação se exprime de maneira exemplar no curso ministrado em dezembro de 1902, intitulado “Histoire de l'idée de temps”, onde a diferenciação entre conhecimento relativo e absoluto adquire uma pluralidade de exemplos. Entre eles, destacamos o do aprendizado da pronúncia de uma língua:

Conhecer relativamente é conhecer de fora, é estar de fora daquilo que se aprende; conhecer relativamente a pronúncia do inglês é a conhecer estando fora da Inglaterra, estando na França e permanecendo Francês; é conhecer o inglês em função de elementos da pronúncia francesa. Ao contrário, conhecer absolutamente esta pronúncia é conhecê-la, não de fora, mas de dentro. Para conhecer esta pronúncia absolutamente, é necessário que eu saia de minha residência, é necessário que eu vá até a Inglaterra; eu conheço, então, a pronúncia não mais a partir dos meus conhecimentos, mas nela mesma, em si, como dizem os filósofos³⁵ (BERGSON, 2002, p. 28)

³⁴“uma lei rigorosa vincula a extensão da percepção consciente à intensidade de ação de que o ser vivo dispõe” (BERGSON, 1999, p. 28); “A percepção, tal como a entendemos, mede nossa ação possível sobre as coisas e por isso, inversamente, a ação possível das coisas sobre nós. Quanto maior a capacidade de agir do corpo (simbolizada por uma complicação superior do sistema nervoso), mais vasto o campo que a percepção abrange” (BERGSON, 1999, p. 58).

³⁵ “Connaître relativement c’est connaître du dehors, c’est être en dehors de ce qu’on apprend; connaître relativement la prononciation de l’anglais, c’est la connaître étant hors de l’Angleterre, étant en France et restant Français; c’est connaître l’anglais en fonction d’éléments de prononciation française. Au contraire, connaître absolument cette prononciation, c’est la connaître pas du dehors, mais du dedans. Pour connaître cette prononciation absolument, il ne faut pas que je reste chez moi, il faut que j’aïlle em

O conhecimento relativo é algo natural ao ser vivo, no entanto, tomar esta abstração como o caráter próprio do intelectual, é o resultado de uma má interpretação dos fatos imediatos de nossa consciência e das funções do corpo vivo, pois ignora a influência que este último exerce sobre o ato da abstração, atribuindo ao pensamento uma função puramente intelectual. Portanto, antes de partirmos para o estudo da linguagem em Bergson, cabe estudarmos a gênese do pensamento abstrato, cujo contexto envolve seu contraponto e distanciamento de uma preocupação exclusivamente prática, tendo seu funcionamento expresso na noção de “aparelho motor”.

Esta busca pela gênese do pensamento abstrato está diretamente ligada à crítica do pensamento tradicional, o que comporá uma nova configuração do ser psicológico, a qual será analisada na obra *Matéria e memória* através das noções de “atenção à vida” e “lógica do corpo”. Esta primeira é tida por Bergson como uma das ideias diretrizes e ponto de partida desta segunda obra. Uma das ideias diretrizes uma vez que esta obra procura desenvolver a tese do *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* – que afirmava a interferência dos desígnios da práxis no pensamento especulativo³⁶ –, por meio da afirmação de que há uma solidariedade que liga a vida psicológica a seu concomitante motor. Ponto de partida, pois, desde o primeiro capítulo, há uma reorganização das funções perceptivas e corporais em favor da ação. Esta base motora da percepção se funda no fato de que a partir exclusivamente da ação do corpo é deduzida sua relação com os objetos exteriores. De modo que o poder do corpo de agir se traduz em possibilidades objetivas, as quais são exteriorizadas no mundo real. Segundo Frédéric Worms (p. 31, grifos no original), as ações possíveis do corpo “não são abstratas, elas estão relacionadas à ação, ou seja, à vida e à necessidade, e não a uma escolha pura. É necessário, então, reportar o *sensível* ao *útil*. O útil é para a ação aquilo que o possível é para o real”, ou seja, uma força ordenadora. Assim, a variedade de ações possíveis do corpo segue a ordem da *utilidade* e, segundo esta ordem, a possibilidade da ação ordena *a priori* os objetos.

Angleterre; je connais alors la prononciation non plus de chez moi, mais chez elle, en soi, comme disent les philosophes”.

³⁶“só nos apercebemos com a condição de estarmos prevenidos e de então nos interrogarmos escrupulosamente a nós mesmos. A razão está em que a nossa vida exterior e, por assim dizer, social tem para nós mais importância prática do que a nossa existência interior e individual. Tendemos instintivamente a solidificar as nossas impressões, para as exprimir mediante a linguagem. Daqui confundirmos o próprio sentimento, que está em perpétua mudança, com o seu objeto exterior permanente e, sobretudo, com a palavra que exprime este objeto” (BERGSON, 1988, p. 91).

Ao defender esta tese, Bergson teve de lidar com o desafio de desenvolvê-la sem interferir em um dos principais ganhos do *Ensaio*, a liberdade. Após afastar o determinismo cientificista que comprometia o curso do pensamento com as condições do meio material, seria possível estabelecer um vínculo entre o pensamento e as funções biológicas do corpo garantindo ainda assim a liberdade?

Para tornar a resposta positiva, Bergson teve de rejeitar a tese tradicional da filosofia que afirmava a predisposição humana ao conhecimento puro, aliando o pensamento à linguagem nítida e de contornos precisos. Desde o *Ensaio*, Bergson já trouxera considerações que colocavam em questão o método da filosofia, principalmente relacionadas à lei da causalidade. A mera admissão do vínculo da causalidade com um princípio matemático – aplicável apenas aos objetos enquanto abstrações lógicas da realidade –, seria suficiente para tornar a ideia da liberdade uma consequência natural da não aplicação desta lei ao domínio da consciência. Tendo isto em vista, a atribuição de graduação à liberdade foi imprescindível para a compreensão da coexistência da ação livre com algum automatismo. Esta coexistência é possível em decorrência de uma nova concepção do eu:

O eu, enquanto percebe um espaço homogêneo, apresenta uma certa superfície, e nela poder-se-ão formar e flutuar vegetações independentes. Assim, uma sugestão recebida no estado de hipnotismo não se incorporará à massa dos factos de consciência; mas dotada de uma vitalidade própria, substituir-se-á à pessoa, quando tiver soado a sua hora (BERGSON, 1988, p. 116).

Esta nova concepção nos diz que, variadas as condições, um indivíduo pode apresentar respostas diversas de ação. Mas, é sobretudo em *Matéria e memória* que tal concepção ganha novas forças no sentido de uma explicação ordenada da natureza gradativa da consciência ao ser expressa na noção de “atenção à vida”. Ao pressupor tons diferentes da vida mental, ora mais próxima da ação, ora mais próxima do sonho, há uma subordinação desta à força do objeto enquanto possibilidade de ação.

Inserir o automatismo na vida psicológica não impossibilita a liberdade, mas rearranja o funcionamento da escolha, chegando ao aparente paradoxo segundo o qual quanto mais mecanismos motores tiverem sido montados, mais livre se é:

Mas o que percebo muito bem é que estas células das diversas regiões ditas sensoriais do córtex, células interpostas entre as arborizações terminais das fibras centrípetas e as células motoras do sulco de Rolando, permitem ao estímulo recebido atingir à *vontade* este ou aquele mecanismo motor da medula espinhal e *escolher* assim seu efeito. Quanto mais se multiplicam estas células interpostas, mais elas emitirão prolongamentos amebóides capazes de se aproximarem

diversamente, mais numerosas e variadas serão também as vias capazes de se abriem ante um mesmo estímulo vindo da periferia, e, conseqüentemente, haverá mais sistemas de movimentos que uma mesma excitação deixará à escolha (BERGSON, 1999, p. 26).

Será precisamente esta a definição de Bergson para a função do cérebro. Comparando-o com uma central telefônica, seu papel é fazer a comunicação entre a excitação exterior e o órgão escolhido para reagir, não acrescentando nenhum novo aspecto à excitação experimentada, apenas conduzindo o movimento ou o fazendo esperar.

É importante notar que esta concepção da função cerebral se opõe diretamente à concepção comumente empregada pelas teorias tradicionais da percepção herdadas pela metafísica do século XVII e assumidas pela ciência do século XIX, a saber, realismo e idealismo. Ambas as teorias tratam a análise da realidade sob um mesmo postulado: há um interesse inteiramente especulativo na percepção. Bergson irá analisar a questão denunciando a presença de um dualismo e mostrando como isto traz dificuldades teóricas que tornam a questão da relação psicofisiológica insolúvel. Voltaremos a esta questão no capítulo seguinte, onde nos deteremos no procedimento adotado por Bergson para solucionar os problemas filosóficos, a partir do desenvolvimento da noção de imagem.

Por hora nos concentramos em destacar que será em oposição a esta concepção de percepção sinônima de conhecimento que Bergson definirá o sistema nervoso:

o sistema nervoso nada tem de um aparelho que serviria para fabricar ou mesmo preparar representações. Ele tem por função receber excitações, montar aparelhos motores e apresentar o maior número possível desses aparelhos a uma excitação dada. Quanto mais ele se desenvolve, mais numerosos e distantes tornam-se os pontos do espaço que ele põe em relação com mecanismos motores cada vez mais complexos: deste modo aumenta a latitude que ele deixa à nossa ação, e nisso justamente consiste sua perfeição crescente (BERGSON, 1999 p. 27).

Como Frédéric Worms comenta no livro *Introduction à matière et mémoire de Bergson*, o que liga os mecanismos motores do cérebro aos pontos objetivos da percepção exterior não é uma relação *causal* como a defendida pela tradição, mas sim uma relação *simbólica*. Entre o cérebro e a percepção não há relação de produção, trata-se de uma relação externa onde a percepção não está *contida* no cérebro, o qual possui o mesmo estatuto de imagem percebida, assim como o restante dos objetos. Trata-se de uma relação de exterioridade, pois, a percepção não necessita mais de um lugar

específico no cérebro, ela corresponde, no universo, a certos movimentos e a certas ações do corpo. A partir da concepção dos seres vivos como “centros de indeterminação” em relação ao restante do universo, a simples presença de um deles equivale à supressão de todas as partes dos objetos nas quais suas funções biológicas não estejam “interessadas”. Para explicar a natureza da percepção, Bergson se vale de uma analogia com o fenômeno de reflexão da luz: ao passar do mundo material à percepção, aquilo que é percebido pelo ser vivo retorna desenhando os contornos do objeto que os envia. Neste sentido, os objetos abandonariam algo de sua ação real para figurar a ação virtual do ser vivo sobre eles. Em linhas gerais, podemos dizer que “nossa representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa nossas necessidades e, de maneira mais geral, nossas funções” (BERGSON, 1999, p. 35). Será precisamente sobre este caráter utilitário dos objetos percebidos que se localiza a simbolização identificada por Worms (2007, p. 31, grifos no original):

Ela [a utilidade] é deduzida como um “desenho” na superfície de um objeto que deve *se distinguer* dos outros por ser um objeto de ação, por oposição àqueles que não o são. A significação tomada pelo objeto é um “mais” do ponto de vista do sujeito, o objeto se enriquece de um sentido para ele, mas é um “menos” do ponto de vista do objeto ele mesmo ou da imagem, que não é mais compreendida sob a totalidade de suas interações objetivas, mas percebida sob um aspecto necessariamente parcial³⁷.

Tendo-se em vista que o objeto é acrescido de uma significação por parte do sujeito, sem a qual a ação seria ineficaz, identificamos aqui uma antecipação do papel ativo do corpo na construção do sentido, que será desenvolvido na elaboração da teoria da linguagem, apresentada no segundo capítulo e que pretendemos abordar mais adiante. Por hora, destacamos que é a partir da contraposição entre objeto material e ser vivo, que Bergson esboça uma gênese da consciência. Enquanto o objeto material percebe todas as influências de todos os corpos em sua integralidade, perceber para um ser de ação significa escolher. A consciência é, assim, caracterizada como um *discernimento prático*.

³⁷ “Elle est déduite comme un ‘dessin’ à la surface d’un objet qui doit bien *se distinguer* des autres pour être un objet d’action, par opposition à ceux qui n’en sont pas. La signification prise par l’objet est donc un ‘plus’ du point de vue du sujet, l’objet s’enrichit d’un sens pour lui, mais c’est un ‘moins’ du point de vue de l’objet lui-même ou de l’image, qui n’est plus compris sous la totalité de ses interactions objectives, mais aperçu sous un aspect nécessairement partiel”.

Se concebermos que cada percepção diversa que recebo do mesmo objeto simboliza uma direção de minha atividade e certa necessidade, temos como resultado que nossa percepção dos objetos é naturalmente *descontínua*. Sendo assim, a imagem completa do objeto me aparece em um momento posterior das percepções operadas por meus diversos sentidos – as quais permanecem separadas por intervalos que representam vazios de “desinteresse” em minhas necessidades –, exigindo um trabalho de reconstrução por parte de meu espírito. Segundo Bergson (1999, p. 49):

é para preencher tais intervalos que uma educação dos sentidos é necessária. Essa educação tem por finalidade harmonizar meus sentidos entre si, restabelecer entre seus dados uma continuidade que foi rompida pela própria descontinuidade das necessidades de meu corpo, enfim reconstruir aproximadamente a totalidade do objeto material.

A necessidade de educação dos sentidos com a qual nos deparamos na infância é apresentada aqui como verificação da hipótese do caráter extensivo da percepção. De modo algum a percepção do objeto parte de um centro onde seriam formadas as impressões. Os únicos conteúdos do cérebro são as conexões nervosas, assim como o único conteúdo da consciência é a superfície que ela recorta na extensão material que a envolve, sendo que a relação entre ambos é feita pela *ação*. Assim, podemos nos reportar à explicação de Worms (2007, p. 59, grifos no original):

Certamente (como para Espinosa ou Leibniz), trata-se de evitar pensar em uma relação de produção *causal* entre dois domínios *heterogêneos* do real, e de substituí-la por uma correspondência *simbólica*. Mas, trata-se aqui, de uma correspondência *entre duas seções do universo material*: conexões nervosas e objetos exteriores percebidos, entre os quais haja uma diferença não de natureza, mas de significação. Assim, a correspondência é assegurada não por uma relação vertical de “tradução” ou de expressão, mas por uma relação horizontal ou lateral que é *a ação nela mesma*, que religa os dois domínios, inserindo um, o corpo, no outro, o universo³⁸.

Para fazer esta relação horizontal ou lateral e religar os domínios do corpo e do universo, Bergson apresenta a noção de *aparelho motor*, da qual procuraremos esboçar uma primeira definição. Trata-se de um movimento de reação do corpo vivo frente ao universo material que o envolve. Se tomássemos a ação de maneira fragmentada, ele

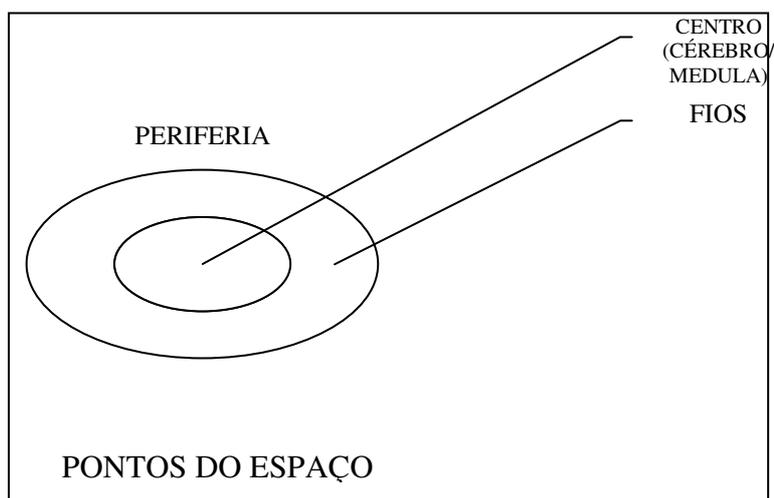
³⁸ “Certes (comme pour Spinoza ou Leibniz), il s’agit d’éviter de penser un rapport de production *causale* entre deux domaines *hétérogènes* du réel, et de le remplacer par une correspondance *symbolique*. Mais il s’agit ici d’une correspondance *entre deux sections de l’univers matériel lui-même*: connexions nerveuses et objets extérieurs perçus, entre lesquels vaut une différence non pas de nature, mais de signification. Ainsi la correspondance est assurée non pas par un rapport vertical de “traduction” ou d’expression, mais par le rapport horizontal ou lateral qu’est *action elle-même*, qui relie ces deux domaines, en insérant l’un, le corps, dans l’autre, l’univers”.

seria a parte pela qual o sujeito é responsável. No entanto, o que faz esta noção diferente das teorias tradicionais da percepção é justamente a impossibilidade de sua dissociação do processo de ação em sua totalidade, de modo que, caso houver o rompimento de qualquer parte da cadeia, a percepção como um todo será comprometida. Como podemos depreender do seguinte trecho, onde é descrito o processo de percepção de um ponto luminoso por um animal:

Seccione-se o nervo óptico de um animal; o estímulo partido do ponto luminoso não se transmite mais ao cérebro e daí aos nervos motores; o fio que ligava o objeto exterior aos mecanismos motores do animal, englobando o nervo óptico, é rompido: a percepção visual tornou-se portanto impotente, e nessa impotência consiste precisamente a inconsciência. (BERGSON, 1999, p. 30).

A descrição está pontuada de um vocabulário técnico envolvendo o sistema nervoso animal, onde “mecanismos motores” aparece ao lado de outras concepções como “nervo óptico” e “nervos motores”. Diante desta diversificação, poderíamos nos perguntar pelos motivos que levaram à definição destes termos, o que nos conduz a uma breve consideração sobre o sistema nervoso animal.

O sistema nervoso é por excelência o mecanismo do corpo interposto aos objetos exteriores. Nas palavras de Bergson (1999, p. 44), ele “desempenha o papel de um simples condutor, que transmite, distribui ou inibe movimento”. Seu esquema básico pode ser disposto contrapondo *periferia* e *centro*.



Os fios que realizam o movimento da periferia ao centro são denominados *nervos sensitivos* e estão diretamente ligados aos pontos do espaço que solicitam a vontade e a *atividade motora*, que por sua vez, caracteriza os fios cujo movimento vai do centro em direção à periferia. A nomenclatura *aparelho motor* designa o conjunto

dos dois movimentos e nasce justamente da necessidade de integrá-los em função da ação, pois Bergson (1999, p. 44) afirma que “o detalhe da percepção molda-se exatamente sobre os nervos ditos sensitivos, mas que a percepção, em seu conjunto, tem sua verdadeira razão de ser na tendência do corpo a se mover”.

É importante insistir no caráter de *meio para um determinado fim* que Bergson (2005, p. 120) atribui ao sistema nervoso, pois posteriormente, em *A evolução criadora*, este sistema será um mero intensificador da atividade voluntária do organismo vivo:

A verdade é que o sistema nervoso nasceu, como os outros sistemas, de uma divisão do trabalho. Ele não cria a função, apenas a eleva a um grau mais alto de intensidade e de precisão, dando-lhe a dupla forma da atividade reflexa e da atividade voluntária.

Portanto, a percepção deixa de ser causada pelo sistema nervoso, como bem analisa Worms no trecho citado anteriormente. Mais que isso, a relação entre sistema nervoso e a exterioridade não pode mais ser colocada em termos causais, pois quando Bergson propõe olhar o processo perceptivo como um todo, não podemos mais destacar nenhum elemento de sua totalidade original³⁹, sob pena de ignorar a característica mesma de *processo* da atividade perceptiva. Tomando a questão por outro aspecto, estaríamos diante de uma hipertrofia da causalidade, pois seria verdadeiro tanto dizer que o sistema nervoso causa a percepção, quanto que os objetos exteriores a causam. Pensar, como Worms, a relação em termos de símbolos é deixar de lado a atribuição de uma hierarquia dentro do processo perceptivo, apreendendo as diversas etapas apresentadas naturalmente por nossa consciência enquanto um processo indivisível. Procedendo desta maneira, a significação da percepção será derivada da observação direta dos organismos vivos em geral e das soluções que eles apresentam às adversidades do ambiente exterior. Para fazer filosofia não se pode abstrair deste fato, que nos mostra justamente a vida como fonte de significação. É desta maneira que, para encontrar a significação do sistema nervoso, Bergson (1999, p.24-25) se volta para uma comparação dos dispositivos nervosos dos organismos em geral:

Acompanhe-se, com efeito, passo a passo, o progresso da percepção externa desde a monera até os vertebrados superiores. Descobrimos que no estado de simples massa protoplásmica a matéria viva já é irritável e contrátil, que ela sofre a influência dos estímulos exteriores,

³⁹Como podemos notar através da crítica à psicologia vigente: “Vemos claramente aqui o erro daqueles que fazem nascer a percepção do estímulo sensorial propriamente dito, e não de uma espécie de questão colocada à nossa atividade motora. Eles separam essa atividade motora do processo perceptivo, e, como ela parece sobreviver à abolição da percepção, concluem que a percepção está localizada nos elementos nervosos ditos sensoriais. Mas a verdade é que ela está tanto nos centros sensoriais quanto nos centros motores; ela mede a complexidade de suas relações, e existe onde aparece” (BERGSON, 1999, p. 45-46).

que ela responde a eles através de reações mecânicas, físicas e químicas. À medida que avançamos na série dos organismos, vemos o trabalho fisiológico dividir-se. Células nervosas aparecem, diversificam-se, tendem a agrupar-se em sistema. Ao mesmo tempo, o animal reage por movimentos mais variados à excitação exterior. Mas, ainda que o estímulo recebido não se prolongue imediatamente em movimento realizado, ele parece simplesmente aguardar a ocasião disso, e a mesma impressão que transmite ao organismo as modificações ambientais determina ou prepara sua adaptação a elas. Entre os vertebrados superiores, sem dúvida torna-se radical a distinção entre o automatismo puro, sediado sobretudo na medula, e a atividade voluntária, que exige a intervenção do cérebro.

Através desta comparação entre os organismos, Bergson apreende um aperfeiçoamento do sistema nervoso em direção à ação voluntária, portanto será em função desta última que ele interpretará o funcionamento da percepção. Para chegar a esta relação simbólica entre o organismo vivo e a exterioridade foi necessária uma inversão do modo habitual de operação da consciência, regida pelos limites que a percepção opera no mundo. “Perceber conscientemente significa escolher, e a consciência consiste antes de tudo nesse discernimento prático” (BERGSON, 1999, p. 49), pois “consciência significa ação possível” (BERGSON, 1999, p. 50) e neste sentido, funciona como um filtro que nos liga diretamente às demandas biológicas. A fim de exemplificar este procedimento da consciência de privilegiar o que traz vantagens para o corpo e do qual apresentamos o contexto da gênese mais acima, lembramos aqui as considerações sobre a *distância* (BERGSON, 1999, p. 15). Os objetos se modificam conforme nosso corpo se aproxima ou se afasta deles, vão adquirindo mais ou menos detalhes, mudam de cor e de forma, tornam-se mais nítidos ou mais difusos, os odores e os sons se intensificam ou diminuem. Enfim, a ação imediata do corpo possui uma relação direta com a distância apreendida entre os objetos:

À medida que meu horizonte se alarga, as imagens que me cercam parecem desenhar-se sobre um fundo mais uniforme e tornar-se indiferentes para mim. Quanto mais contraio esse horizonte, tanto mais os objetos que ele circunscreve se escalonam distintamente de acordo com a maior ou menor facilidade de meu corpo para tocá-los e movê-los. Eles devolvem portanto a meu corpo, como faria um espelho, sua influência eventual; ordenam-se conforme os poderes crescentes ou decrescentes de meu corpo.

Para melhor compreender este exemplo, cabe ressaltarmos que, no primeiro capítulo de *Matéria e Memória*, a análise bergsoniana da percepção procura abstrair do

papel da memória, a fim de se deter na influência exercida unicamente pelo corpo atual no processo perceptivo. Sendo que uma das conseqüências mais importantes desta abstração está no fato da percepção em seu estado puro partir da totalidade, interligando todos os outros corpos, para apenas posteriormente, por meio de uma educação dos sentidos, limitar-se ao corpo próprio como individual e centro da percepção. “Minha percepção, em estado puro e isolado de minha memória, não vai de meu corpo aos outros corpos: ela está no conjunto dos corpos em primeiro lugar, depois aos poucos se limita, e adota meu corpo por centro” (BERGSON, 1999, p. 63). Atribuir um caráter de resultado final à individualidade pressupõe um campo perceptivo totalizante em sua origem. Será justamente o que irá recolocar todo o problema perceptivo discutido pela tradição – que oscila entre realismo e idealismo – sob nova base. Ao mesmo tempo, modifica o sentido do esforço de Bergson para relacionar sua crítica ao raciocínio com o método nascente da intuição.

Não se trata mais de entender como é possível a uma filosofia crítica do raciocínio erigir um novo método que se pretende intuitivo ainda se valendo de elementos inerentes ao raciocínio e à linguagem (como apontado por A. Levi em citação de nosso capítulo anterior), mas sim, de entender, a partir do que foi feito na filosofia tradicional, quais foram os meios que propiciaram o apagamento da intuição. Neste sentido, *Matéria e memória* procura estabelecer os limites existentes entre raciocínio e intuição, mostrando que por detrás do próprio raciocínio há em sua origem a presença da intuição, cujo conteúdo foi revestido, através de um esforço conceitual, com contornos nítidos.

Deste primeiro capítulo de *Matéria e memória*, procuramos apresentar a caracterização do cérebro como centro de ação, ao invés de órgão voltado unicamente para a especulação ao criar essencialmente representações, duplicando assim os objetos e separando o sujeito do mundo material. Sujeito este separado não somente do objeto material, mas cuja individualidade já está formada, dada com sua origem. A noção de “aparelho motor” é fundamental para explicitar o esforço de Bergson no sentido de provar a unidade da percepção com o objeto, destacando sua natureza de processo psicológico, que transforma o problema da percepção em uma questão sensório-motora.

Assim, apresentamos as considerações de Bergson (1999, p. 72-73) a respeito dos ganhos mais diretos de seu primeiro capítulo, o que ilustra tanto esta inversão de base conceitual em direção à intuição, quanto introduz o segundo capítulo, distinguindo a percepção pura da lembrança:

Restabeleçamos, ao contrário, o caráter verdadeiro da percepção; mostremos, na percepção pura, um sistema de ações nascentes que penetra no real por suas raízes profundas: esta percepção se distinguirá radicalmente da lembrança; a realidade das coisas já não será construída ou reconstruída, mas tocada, penetrada, vivida; e o problema pendente entre o realismo e o idealismo, em vez de perpetuar-se em discussões metafísicas, deverá ser resolvido pela intuição.

A fim de concluir a primeira tentativa de definição da noção de aparelho motor, a qual se deve a uma abstração especial (efetivada ao longo do primeiro capítulo da obra) que foi capaz de suprimir a memória da teoria da percepção, podemos elencar as seguintes consequências :

- Os aparelhos motores são criados a partir da reação do corpo diante da percepção dos objetos. Esta reação, ao se repetir, cria um mecanismo que consiste em um hábito, determinando as atitudes que seguem automaticamente nossa percepção das coisas⁴⁰. Assim, podemos dizer que os aparelhos motores desempenham a função do sistema nervoso de adaptação ao meio ;
- Em razão da definição de corpo como “centro de ação”, a noção de “aparelho motor” descreve o funcionamento da transmissão dos movimentos , « mecanismos estes determinados, se a ação é reflexa, escolhidos, se a ação é voluntária » (BERGSON, 1999, 83). Neste sentido, nossa ação no mundo material terá sempre um aparelho motor como intermediário;
- Sendo o centro responsável pela caracterização de uma ação como reflexa ou voluntária, um aparelho motor é um movimento neutro e invariável, pronto para ser acionado pelo estímulo exterior ou pelo cérebro;

⁴⁰Segundo Bergson (p.58-59, francês), os aparelhos motores são criados a partir dos objetos do meio em que vivemos: «notre existence s'écoule au milieu d'objets en nombre restreint, qui repassent plus ou moins souvent devant nous: chacun d'eux, en même temps qu'il est perçu, provoque de notre part des mouvements au moins naissants par lesquels nous nous y adaptons. Ces mouvements, en se répétant, se créent un mécanisme, passent à l'état d'habitude, et déterminent chez nous des attitudes qui suivent automatiquement notre perception des choses. Notre système nerveux ne serait guère destiné, disions-nous, à un autre usage. Les nerfs afférents apportent au cerveau une excitation qui, après avoir choisi intelligemment sa voie, se transmet à des mécanismes moteurs créés par la répétition. Ainsi se produit la réaction appropriée, l'équilibre avec le milieu, l'adaptation, en un mot, qui est la fin générale de la vie ».

- A repetição encontra-se na própria essência do aparelho motor, mas sua natureza e seu número dependem diretamente da experiência.

Será partindo desta última consequência que passaremos à elaboração da segunda definição de aparelho motor, estendendo agora nossa análise ao segundo capítulo de *Matéria e memória*. Como novo aspecto em relação à definição anterior, temos o seu papel de armazenador da ação passada, o que, mais adiante, resulta na substituição desta nomenclatura por *esquema motor* :

Suas reações [do corpo] são mais ou menos complexas, mais ou menos variadas, conforme o número e a natureza dos aparelhos que a experiência montou no interior de sua substância. É portanto na forma de dispositivos motores, e de dispositivos motores somente, que ele pode armazenar a ação do passado (BERGSON, 1999, p. 84).

É justamente o caráter de repetição que torna a noção de aparelho motor útil à vida prática, enquanto armazenador da ação passada em função de sua utilização para a ação presente e futura. Este funcionamento comporá o primeiro sentido das duas memórias apresentadas por Bergson no início do segundo capítulo de *Matéria e Memória* e não apresenta nenhuma diferença de função em relação ao papel do corpo definido no primeiro capítulo. A outra forma de sobrevivência do passado são as “lembranças independentes” (BERGSON, p. 84), as quais serão tratadas em nosso capítulo seguinte em virtude de estarmos buscando exclusivamente neste primeiro momento uma definição de “aparelho motor”.

Ocorre que este segundo capítulo apresenta um caráter de verificação do primeiro e, como comenta Worms (2007, p.97), ao destacar que ele fora anteriormente publicado como artigo independente, “há, então, dois caminhos que levam ao mesmo resultado. Se o estudo empírico da memória, como um primeiro exemplo, conduz a hipóteses que confirmam aquelas do primeiro capítulo, o inverso também é verdadeiro”⁴¹. Serão as lesões provocadas no cérebro o ponto de partida sob o qual recairá a possibilidade de uma verificação empírica da tese do corpo como “centro de ação”, como bem afirma Rosalia Cavalieri (2001, p.108) em seu artigo “Langage et tons mentaux. La théorie bergsonienne de la conscience”:

As lesões, afetando todo gênero de memória verbal (em particular, a afasia sensorial ou problema de reconhecimento auditivo, causado por algum problema dos hábitos motores), revelam o cérebro enquanto órgão de ação e não mais de representação. Os “movimentos

⁴¹ « il y a donc deux chemins, pour arriver au même résultat. Si l'étude empirique de la mémoire, sur un premier exemple, conduit à des hypothèses qui confirment celles du premier chapitre, l'inverse est vrai ».

nascentes” (MM, 255; AC, 848) que ele prepara esboçam as ações implícitas em todos os estados de consciência, fornecendo a primeira estrutura à atividade de representação e à linguagem⁴².

O fato de a lesão cerebral influir nas lembranças também será verificado empiricamente. Se nos ativermos aos procedimentos desta tese, veremos a influência direta dos aparelhos motores sob a forma de “movimentos”, donde podemos estender a verificação empírica também a eles. Desta forma, a tese da sobrevivência das lembranças se mostra a responsável pela formulação da noção de “aparelho motor”. Esboçemos, portanto, esta tese, a terceira, que aparece no início do segundo capítulo sob a forma de três hipóteses para as quais Bergson irá buscar fundamentação empírica⁴³: “*Passa-se, por graus insensíveis, das lembranças dispostas ao longo do tempo aos movimentos que desenham sua ação nascente ou possível no espaço. As lesões do cérebro podem atingir tais movimentos, mas não tais lembranças*” (BERGSON, 1999, p. 85, grifos no original).

Neste trecho, é flagrante a presença dos conceitos bergsonianos, apresentados em sua primeira obra, de tempo e espaço. As lembranças aparecem ligadas diretamente ao tempo, enquanto a ação concreta ou possível se encontra no domínio do espaço. Neste sentido, o ato de rememoração das lembranças não condiz com a natureza temporal destas últimas. Como, então, as lembranças são evocadas pela percepção? Há nesta terceira tese a necessidade da análise da relação entre a percepção e a memória. A noção de “aparelho motor”, expressa aqui como “movimentos”, faz a ligação das lembranças à ação percorrendo “graus insensíveis”. Os primeiros ressaltam o caráter de processo psicológico das lembranças, e os segundos, explicitam a concepção da percepção como um “circuito” que liga o objeto ao sujeito.

⁴² “Les lésions, affectant tout genre de mémoire verbale (en particulier, l’aphasie sensorielle ou trouble de la reconnaissance auditive, causée par un trouble des habitudes motrices), révèlent le cerveau en tant qu’organe d’action et non pas de représentation. Les « mouvements naissants » (MM, 255; AC, 848) qu’il prépare esquissent les actions implicites dans tous nos états de conscience, en fournissant la première structure à l’activité de représentation et au langage”.

⁴³ Lembrando que a primeira hipótese propunha a distinção da memória: “O passado sobrevive sob duas formas distintas: 1) em mecanismos motores; 2) em lembranças independentes” (BERGSON, 1999, p. 84); a segunda hipótese, a qual não abordaremos no momento devido ao caráter de complementariedade que o terceiro capítulo tem com ela: “o reconhecimento de um objeto presente se faz por movimentos quando procede do objeto, por representações quando emana do sujeito” (BERGSON, 1999, p. 84). Aqui mais uma vez podemos observar a ligação dos aparelhos motores com a ação. Mesmo sob a forma de representações, para que haja a influência destas últimas sob o real, é necessário que terminem como movimentos cerebrais. Voltaremos a esta hipótese mais adiante quando caracterizarmos o presente como algo essencialmente sensório-motor.

A fim de estabelecer esta relação entre percepção e memória, questão central do capítulo, Bergson busca nos fatos conhecidos de localização cerebral uma verificação para sua dupla hipótese para o reconhecimento, qual seja, 1) a presença de um processo motor semi-automático e 2) uma projeção ativa de lembranças que se inserem nas atitudes correspondentes (BERGSON, 1999, p. 123). Cabe lembrar a repetição que estas teses compõem em relação ao primeiro capítulo, onde foi apresentada a mesma estrutura para o funcionamento da percepção pura: 1) solidariedade extensiva da percepção coloca o corpo em contato direto com o objeto 2) a necessidade biológica projeta uma significação no objeto (BERGSON, 1999, p. 49; WORMS, 2007, p. 31). A recorrência desta estrutura, apresentada nos dois casos sob a forma de hipótese, leva-nos à pergunta por sua origem. Baseado em que observação Bergson sustenta estes dois processos tanto na percepção pura, quanto no reconhecimento? A resposta à questão é desenvolvida sob a forma de verificação empírica no exemplo preciso do reconhecimento auditivo da palavra articulada. Mais uma vez, esta estrutura reaparece. Reconhecer uma palavra falada implica: 1) um processo automático sensório-motor e, 2) uma projeção ativa e (...) excêntrica das palavras (BERGSON, 1999, p. 124). Procuraremos, mais adiante, mostrar como esta estrutura se relaciona com a elaboração de uma teoria da linguagem. Tendo este fim como objetivo, passemos a análise de sua segunda aparição na obra.

A hipótese de um processo motor semi-automático é descrita da seguinte maneira, referindo-se ao processo de propagação dos estímulos da percepção:

o movimento só pode produzir movimento, (...) o papel do estímulo perceptivo é simplesmente imprimir no corpo uma certa atitude na qual as lembranças vêm inserir-se, então, todo o efeito dos estímulos materiais tendo-se esgotado nesse trabalho de adaptação motora, seria preciso buscar a lembrança em outra parte.

Primeiramente, é necessário nos atermos ao fato desta hipótese procurar abranger uma análise da interação entre percepção (aspecto objetivo do reconhecimento) e memória (aspecto subjetivo do reconhecimento). Em segundo lugar, às implicações conceituais que esta hipótese acarreta para uma concepção da natureza das lembranças. Caso nos ativermos a esta tese, temos de admitir que nenhum dano cerebral possa destruir as lembranças, pois elas não ocupam a região lesada e não podem ser destruídas. O que impossibilitaria a memória seria a influência da lesão na ação nascente ou possível do corpo frente ao objeto, impedindo uma atualização da lembrança.

A fim de mostrar a inserção de uma lembrança em um movimento como uma tese verificável empiricamente, Bergson apresenta uma análise psicológica da *atenção*. Segundo Frédéric Worms (2007, p. 119), esta escolha se deve ao fato da atenção revelar tanto a divergência, quanto a convergência das duas formas da memória descritas anteriormente no início do capítulo:

O objetivo de Bergson é, então, mostrar que a atenção não é nem uma atividade puramente intelectual (ela permanece centrada sobre o objeto e depende de mecanismos corporais), nem uma pura função biológica (ela faz intervir conhecimentos, e mesmo representações)⁴⁴ (WORMS, 2007, p. 120).

Com esta particularidade da atenção, Bergson pode, ao descrever seu funcionamento, apresentar a unidade necessária entre uma função biológica do corpo, que se comporta já como uma função cognitiva. Comumente descrita como uma intensificação do estado intelectual com a função de deixar uma percepção mais intensa, a concepção de atenção recebe aqui uma definição em correspondência com o corpo. Se fora muitas vezes tomada como uma atitude da consciência, há agora uma inversão, passando a ser muito mais a “consciência de uma atitude” (BERGSON, 1999, p. 114). A atenção implica um esforço do espírito, que “renuncia a perseguir o resultado útil da percepção presente” (BERGSON, 1999, p. 114), revestindo os contornos do objeto percebido com lembranças. Assim, ao invés de intensificar uma percepção abrindo-se ao objeto externo, a atenção opera, de início, uma inibição dos movimentos que se desenham em vista da ação e, em seguida, “nossa memória dirige à percepção recebida as antigas imagens que se assemelham a ela e cujo esboço já foi traçado por nossos movimentos” (BERGSON, 1999, p. 115). Mas, se ocorre desta maneira, há também a necessidade de que nosso espírito possa reconstruir a percepção exterior por um esforço de síntese. Tal percepção sintetizada seria evocada no momento da percepção atual, sob a forma de uma série de hipóteses lançadas e que nossa memória escolheria conforma sua tendência se aproximasse desta nova percepção. Estas considerações implicam uma nova descrição do mecanismo da percepção, tanto usual, quanto descrita no primeiro capítulo da obra. A percepção não é mais o recolhimento de impressões do objeto pelo espírito, isto se daria apenas teoricamente se isolássemos as operações naturais da memória. Neste sentido, “toda percepção atenta supõe de fato, no sentido etimológico

⁴⁴ “Le but de Bergson est donc de montrer que l’attention n’est ni une pure activité intellectuelle (elle reste centrée sur l’objet et dépend de mécanismes corporels), ni une pure fonction biologique (elle fait intervenir des connaissances, et même des représentations)”.

da palavra, uma *reflexão*, ou seja, a projeção exterior de uma imagem ativamente criada, idêntica ou semelhante ao objeto, e que vem moldar-se em seus contornos” (BERGSON, 1999, p. 116).

Uma possível ilustração para esta hipótese é encontrada no mecanismo da leitura, elaborado a partir das experiências de Goldscheider e Müller contra a tese de Grashey, que defendia a leitura das palavras letra por letra. Para os primeiros, o ato da leitura se assemelha a um trabalho de adivinhação, onde o caráter do objeto apreendido por nosso espírito não passa de alguns traços, que reconhecemos como letras ao preencher todo intervalo não experimentado com nossas lembranças-imagens sintetizadas de experiências passadas. Tal exemplo será retomado no artigo “O esforço intelectual” e será esclarecido melhor mais adiante, quando é discutido o caráter ativo das lembranças no ato do reconhecimento da palavra ouvida.

Por ora, cabe destacar que é em oposição a uma concepção de percepção como uma marcha em linha reta, onde o espírito se distanciaria cada vez mais do objeto, passando das sensações às ideias – como é o caso da concepção de Grashey –, que Bergson apresenta seu funcionamento como o de um *circuito*, derivando uma hipótese psicológica da teoria da atenção. Através da comparação da percepção com uma corrente elétrica, é esboçada a concepção da vida mental como uma relação de solidariedade entre sujeito e objeto, onde há uma diferenciação de expansão intelectual em que o virtual possui também um peso no conhecimento do objeto ao apresentar sistemas cada vez mais vastos aos quais ele pode se associar. À medida que o espírito atinge uma maior expansão da memória, atinge camadas cada vez mais profundas da realidade.

Neste procedimento, destaca-se o elemento motor da memória, que está presente no fato das lembranças serem selecionadas conforme se aproximem da percepção exterior. Segundo Bergson (1999, p. 121),

um apelo é lançado à nossa atividade no momento preciso em que nossa percepção é decomposta automaticamente em movimentos de imitação: um esboço então nos é fornecido, do qual recriamos o detalhe e a cor projetando nele lembranças mais ou menos longínquas.

Neste trecho podemos observar o papel ativo das lembranças ao se projetarem nos movimentos apreendidos, o que corresponde à segunda tese da estrutura apresentada em diferentes momentos da obra, como vimos mais acima.

Passemos, então, para a verificação destas teses através de uma análise dos distúrbios da linguagem. Ela terá consistência se as lesões do reconhecimento não destruírem as lembranças do cérebro, pois elas não ocupariam a região lesada, mas sim, caso houver um impedimento de nosso corpo tomar automaticamente a atitude de seleção das lembranças, consistindo em um distúrbio do processo psicológico. Deste modo, o estudo das patologias da linguagem é apresentado na tentativa de confirmar esta previsão, o que resulta em uma teoria da linguagem, na qual nos deteremos agora.

2.1) A teoria da linguagem

A delimitação da noção de “aparelho-motor” apresentada anteriormente nos foi de fundamental importância para o estabelecimento do que seria uma teoria da linguagem em Bergson, pois ela – enquanto função global – antecipa a *estrutura* presente nos processos psicológicos supostos no ato de reconhecimento, opondo-se à concepção de “centros” que conteriam as representações já distintas. Assim, o ponto de partida será um estudo psicológico da compreensão da linguagem, que conduz:

justamente ao fato de que a compreensão supõe antes de tudo *processos* psicológicos, ou seja, não conteúdos mentais, mas atos ou atividades, não a intervenção da lembrança dos sons ou do sentido como objetos determinados, mas de uma *estruturação* sucessivamente fonológica e semântica⁴⁵ (WORMS, p. 126).

Pressuposta esta estrutura, há uma distinção de dois processos, que são uma dissociação das funções que nós misturamos automaticamente – e justamente por essa mistura, funções inconscientes – na compreensão de um discurso. Estes processos distintos, apesar de serem apresentados de início, são posteriormente verificados por meio do estudo das lesões cerebrais, procedimento privilegiado para o estudo da linguagem devido ao fato de apresentar dissociados os processos que se misturam naturalmente sem que saibamos ou notemos. Opondo-se à concepção do cérebro como “reservatório” de lembranças, o dano cerebral incide no mecanismo nervoso e o torna ineficaz, não havendo o apagamento da lembrança.

⁴⁵ “justement au fait que celle-ci suppose avant tout des *processus* psychologiques, c’est-à-dire non pas tant des contenus mentaux que des actes ou des activités, non pas l’intervention du souvenir des sons ou du sens, comme objets déterminés, mais d’une *structuration* tour à tour phonologique et sémantique”.

As considerações de Bergson sobre a teoria da linguagem possuem em *Matéria e memória* a função de apresentar – por meio da análise das patologias – a autonomia das diferentes dimensões (e os elementos nelas compreendidos) que a atenção coloca em relação, resultante da concepção da percepção como um “circuito” e da teoria dos planos de consciência. Estas considerações aparecem no contexto da relação entre percepção e memória, servindo de exemplo preciso para a confirmação do mecanismo acionado pela atenção que destaca o elemento motor da memória. Se o estudo psicológico da atenção apresenta a interação entre as duas memórias e as patologias expõem a dissociação, o conhecimento de uma língua configura-se como um caso onde se evidenciará o aspecto motor da lembrança.

A escolha da percepção auditiva é apresentada por Bergson devido à maior facilidade de compreensão da mudança de ordem que ela sofre, indo de um trabalho puramente perceptivo à distinção do som e do sentido:

Ouvir a palavra falada, com efeito, é primeiramente reconhecer seu som, em seguida identificar seu sentido e finalmente buscar, mais ou menos longe, sua interpretação: em suma, é passar por todos os graus da atenção e exercer várias capacidades sucessivas da memória (BERGSON, 1999, p. 124).

Assim, a compreensão da palavra é apresentada em três etapas envolvendo capacidades distintas da memória e, a fim de se deter na primeira, a simples percepção de uma cadeia sonora, Bergson apresenta o exemplo da conversa apreendida em língua estrangeira desconhecida. O aspecto objetivo do som chega por vibrações sonoras tanto aos ouvidos dos interlocutores da conversa quanto ao meu, no entanto, onde eles reconhecem consoantes, vogais e sílabas que os conduzem ao sentido da conversa, eu percebo apenas um ruído confuso. Este exemplo mostra a necessidade de que haja, entre o som e o sentido, algo que ligue as duas dimensões efetivas do discurso. O que o estrangeiro que atribui sentido aos sons acrescenta à percepção sonora? Qual é a natureza do conhecimento da língua? Tais questões são analisadas em uma primeira parte do reconhecimento auditivo das palavras, denominado “processo automático sensorio-motor” (BERGSON, 1999, p. 124). Mas, antes de desenvolvê-la, vale notar que a resposta a estas perguntas não são suficientes para uma teoria da linguagem. Além do discernimento dos sons, falta nos reportarmos à compreensão do sentido que abrange as duas etapas restantes da citação acima. Tomando ainda o exemplo da conversa, mas agora como interlocutor que toma parte no sentido, a percepção *efetiva* dos sons lhe aparece sob a forma de uma descontinuidade. Como ele reconstitui o sentido, algo

unitário, a partir dos sons efetivamente percebidos? O sentido é construído a partir dos sons percebidos ou busca fora da percepção mesma um trabalho do espírito que se juntaria a ela? Estas novas perguntas são analisadas pelo estudo da o segundo momento constitutivo do processo de reconhecimento das palavras, nomeado “projeção ativa e (...) excêntrica de lembranças-imagens” (BERGSON, 1999, p. 124).

2.2) Processo automático sensório-motor

Neste processo inicial da compreensão das palavras, Bergson toma a natureza do conhecimento de uma língua como um processo psicológico, que coordena “as tendências motoras dos músculos da voz às impressões do ouvido” (BERGSON, 1999, p.126). Aprender uma língua não implica uma modificação do som percebido e nem o acréscimo de uma lembrança, trata-se de “aperfeiçoar o acompanhamento motor”, ou, mais precisamente, trata-se de fazer com que o corpo “compreenda” o movimento executado.

Já está presente neste primeiro momento a ideia de uma recepção ativa do corpo, que é denominada “lógica do corpo” (BERGSON, 1999, p. 128). As impressões auditivas são recebidas com movimentos automáticos nascentes, que escandem a frase ouvida e marcam suas principais articulações. Através da repetição destas impressões forma-se um esquema motor contendo as “linhas gerais e direções principais” dos movimentos da pessoa que fala (BERGSON. 1999. p. 126). Este esquema é motor, pois aparece sob a forma de sensações musculares nascentes. Daí a presença de um descompasso entre a compreensão do sentido naquilo que o distingue e a execução da fala. Como o caso da percepção imediata da entonação de um inglês falando alemão não implicar a entonação correta por parte do sujeito que o corrige internamente. Isto se deve ao fato do acompanhamento motor não consistir em uma mera repetição simultânea da fala, mas sim, uma *escansão* da palavra marcando apenas seus contornos principais. Para estender este procedimento ativo do corpo às impressões visuais, Bergson apresenta o exemplo do aprendizado de um exercício físico. Ao tentar imitar um movimento, partimos de uma imagem do todo e tentamos reconstruir esta imagem composta de uma infinidade de contrações e tensões musculares:

O movimento confuso que imita a imagem já contém portanto sua decomposição virtual; ele traz em si, por assim dizer, o meio de se analisar. O progresso que resultará da repetição e do exercício consistirá simplesmente em desembaraçar o que estava inicialmente

enredado, em dar a cada um dos movimentos elementares essa *autonomia* que garante a precisão, embora conservando-lhe a *solidariedade* com os outros, sem a qual se tornaria inútil (BERGSON, 1999, p. 127, grifos no original).

Temos, portanto, que a imitação seguindo a lógica do corpo não é um mero processo de repetição. Ela decompõe o som ou a imagem para os recompor em seguida, fazendo com que, a cada nova tentativa, a atenção recaia em um novo detalhe do movimento, permitindo a fixação de sua estrutura interior com a formação de um esquema motor.

Para comprovar a existência deste automatismo inicial, é apresentada uma análise de dois tipos de casos patológicos de afasias:

- 1) 4ª forma de Lichtheim: caso onde a linguagem só é possível por mera repetição automática dos sons ouvidos, havendo a ausência de fala espontânea;
- 2) 6ª forma de Lichtheim: caso onde há fala espontânea, mas não há compreensão do que é dito ao paciente. Ainda assim, ele pode repetir o que é dito.

Estes dois casos mostram a existência de uma “tendência das impressões verbais auditivas a se propagarem em movimentos de articulação” (BERGSON, 1999, p. 130). O que é expresso no momento efetivo da fala não pode ser um conteúdo com um sentido pronto, visto que o sujeito do segundo caso não compreende o que ouve; nem pode ser a evocação de uma lembrança, visto que ambos podem reproduzir o que escutam. Assim, temos que a repetição ocorre unicamente por um movimento ativo do corpo. Bergson (1999, p. 168) observa esta tendência ao automatismo da linguagem na fala corrente:

A conversação corrente compõe-se em grande parte de respostas estereotipadas para perguntas banais, com a resposta sucedendo-se à pergunta sem que a inteligência se interesse pelo sentido de uma ou da outra. É assim que pessoas dementes manterão uma conversa mais ou menos coerente sobre um assunto simples, embora já não saibam o que estão dizendo. Isso foi observado muitas vezes: podemos ligar palavras com palavras pautando-nos pela compatibilidade ou incompatibilidade musicais, por assim dizer, dos sons entre si, e compor dessa forma frases que se ajustam, sem que a inteligência propriamente dita interfira.

Assim, neste primeiro processo foi permitida a distinção de um reconhecimento apenas no âmbito do corpo. Longe de operar uma repetição interior integral da palavra ouvida, este reconhecimento consiste antes em uma tendência motora para desarticular

os sons, estabelecendo seu *esquema*. Sem passar para o âmbito do intelecto, operações como decomposição e reorganização dos sons e das imagens são operadas, não havendo ainda compreensão do sentido. Para dar conta desta questão, Bergson apresenta o segundo processo envolvido no reconhecimento das palavras.

2.3) Projeção ativa e excêntrica de lembranças-imagens

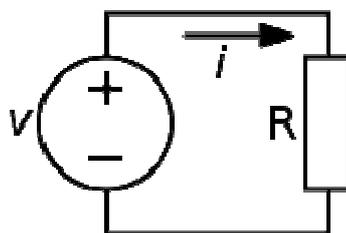
Nesta segunda parte do processo, Bergson engloba as lembranças, que haviam sido abstraídas da primeira parte, a fim de destacar o papel ativo do corpo na formação do sentido, deslocando este último do âmbito exclusivamente intelectual ao abordá-lo como movimentos de articulação envolvendo o som e a ação. Ao acrescentar as lembranças no processo do reconhecimento, o autor se aproxima do funcionamento pleno deste processo, pois a vida consciente é um misto de percepção e memória, mistura que se expressa na concepção da percepção efetiva como um *circuito*: “o objeto exterior nos entrega partes cada vez mais profundas de si mesmo à medida que nossa memória, simetricamente colocada, adquire uma tensão mais alta para projetar nele suas lembranças” (BERGSON, 1999, p. 133).

Para compreendermos esta teoria da percepção enquanto “circuito”, cabe elucidarmos de início que ela se opõe diretamente à teoria associacionista, que representa a percepção como um processo em linha reta, partindo do objeto, passando pelas sensações e resultando nas ideias. Segundo esta concepção, o objeto atua apenas como o desencadeador de toda a cadeia perceptiva e ao qual não se é necessário retornar, pois a vida intelectual se desdobraria a partir dele em sensações e ideias. É, portanto, em oposição a este trajeto de mão única que Bergson apresenta a percepção como um circuito, pois nela:

todos os elementos, inclusive o próprio objeto percebido, mantêm-se em estado de tensão mútua como num circuito elétrico, de sorte que nenhum estímulo partido do objeto é capaz de deter sua marcha nas profundezas do espírito: *deve sempre retornar ao próprio objeto* (BERGSON, 1999, p. 118-119, grifo nosso).

Aqui, o uso da comparação com um “circuito elétrico” recai sobre a impossibilidade de se dissociar o objeto dos movimentos do espírito. Assim como em um circuito elétrico simples (a ligação de uma lâmpada em uma pilha) a exigência fundamental, sem a qual ele não comporia uma corrente elétrica, é a formação de um

caminho fechado, onde a corrente parte do gerador (V) em direção ao resistor (R) e retorne do resistor (R) para o gerador (V), completando o circuito.



Enquanto para a teoria associacionista a ordem é mecânica, acidental e por meio de adições sucessivas – resultante da eleição de um esquema simplificado da realidade para descrever o funcionamento desta última –, a teoria de Bergson acrescenta o papel que a temporalidade opera na percepção, admitindo que:

um ato de atenção implica uma tal solidariedade entre o espírito e seu objeto, é um circuito tão bem fechado, que não se poderia passar a estados de concentração superior sem criar circuitos completamente novos envolvendo o primeiro, e que teriam em comum apenas o objeto percebido (BERGSON, 1999, p. 119).

Isso equivale a dizer que, ao longo de uma percepção atual, elementos novos podem surgir de uma região mais profunda do espírito, que – retornando ao objeto – provoque uma transformação geral do sistema.

Transpondo esta concepção para o problema do sentido na fala de outrem – o qual possui o papel em *Matéria e Memória* de confirmar empiricamente a teoria da percepção como circuito –, o objeto é o interlocutor portador de ideias sob a forma de representações auditivas, posteriormente materializadas em palavras pronunciadas. Se a percepção funciona como um circuito, a construção do sentido emana de sua corrente elétrica. E, como na corrente elétrica, é necessário que o caminho esteja fechado sobre si mesmo. Assim, só há sentido se o ouvinte se colocar frente à conversação já com ideias correspondentes às do interlocutor. Nas palavras de Bergson:

Será preciso [para haver sentido], *que o ouvinte se coloque de saída entre ideias correspondentes*, e as desenvolva como representações auditivas que irão recobrir os sons brutos percebidos, encaixando-se elas mesmas no esquema motor. Acompanhar um cálculo é refazê-lo por conta própria. Compreender a fala de outrem consistiria do mesmo modo em reconstituir inteligentemente, isto é, partindo das ideias, a continuidade dos sons que o ouvido percebe (BERGSON, 1999, p. 134, grifos no original).

Assim como no cálculo matemático, não basta sabermos o resultado da operação para compreendê-la, sendo necessário que, por nós mesmos, refaçamos todos os passos em direção à sua solução, também em uma conversa, se não refizermos todo o percurso que resultou na ideia que está sendo expressa, não apreenderemos o sentido da fala. O ouvinte se coloca de saída em um determinado tom da vida mental, afinado com o que está sugerido pelo acompanhamento motor dos sons recebidos. Colocando-se nesse tom, que é uma dimensão de seu próprio passado, o ouvinte passa a reconstruir o sentido pela inserção ou projeção de lembranças num esquema corporalmente constituído. Cabe notar que este funcionamento da produção do sentido recebe o nome de *esquema motor*, sendo retomado pelo autor em 1902, no artigo “O esforço intelectual”, três anos após a publicação de *Matéria e Memória*.

Neste artigo, o autor pergunta pela característica intelectual do esforço intelectual. Haveria alguma diferença nas relações dos elementos intelectuais quando o esforço está presente na consciência? A resposta a esta questão é elaborada a partir da análise do esforço em três planos diferentes:

1. Esforço de memória: caracteriza-se pela mera repetição;
2. Esforço de intelecção: exige a reconstrução do caminho empregado por outrem;
3. Esforço de invenção: possibilita a criação e também a compreensão do novo.

Em seguida, procuraremos desenvolver os dois primeiros tópicos. O terceiro compõe a reflexão de nosso terceiro e último capítulo.

- 1) Para haver rememoração é necessário que o indivíduo elabore uma “visão esquemática do conjunto” (BERGSON, 2009, p. 160). Trata-se de uma série de técnicas, as mais variadas, que têm em comum uma aptidão para converter uma pluralidade de palavras, imagens ou ideias, num único ponto, em uma unidade que possa evocar novamente toda a pluralidade inicial ao ser vislumbrada. É justamente neste contexto que o autor nos apresenta a nomenclatura “esquema”. Segundo ele, ao escolher esta palavra, foi levado em conta o fato de que “tal representação contém menos as imagens propriamente ditas do que a indicação do que é preciso fazer para reconstruí-las” (BERGSON, 2009, p. 161). A natureza intelectual do esquema é constituída de tal maneira que não compõe um resumo empobrecido das imagens, nem reproduz a soma delas sob a forma de uma representação abstrata. No esquema, as imagens ainda não compõem partes exteriores umas das outras. Mas, este último comporta em si um estado de implicação recíproca, que possibilita o desenvolvimento da imagem revivida,

pois ele é esta potência de reviver imagens, exteriorizando em partes as imagens que ele havia sintetizado. O essencial na representação esquemática é

essa implicação recíproca, e conseqüentemente essa complicação interna, é algo tão necessário (...), que, se a imagem a evocar for simples, o esquema poderá ser muito menos simples que ela (BERGSON, 2009, p. 164).

Na seqüência, Bergson nos apresenta um exemplo pessoal da possibilidade da complicação do esquema frente à imagem. Ao escrever o presente artigo, o autor pretendia citar o nome de Prendergast, autor de um método intuitivo para o aprendizado de línguas, onde o aluno tomaria contato com frases na língua estrangeira, nas quais seriam variados os nomes e os verbos, mas cuja tradução em sua língua materna nunca fosse revelada, nem lhe fosse permitido tomar contato com palavras isoladas, sempre frases inteiras (BERGSON, 2009, p. 158). Um lapso de memória impedia Bergson de se lembrar do nome do autor que fizera estas considerações e também a obra em que o vira citado. No entanto, uma impressão de estranheza lhe tomava o espírito todas as vezes que se esforçava para rememorá-lo. Segundo o autor, “havia como que uma nota dominante de barbárie, de rapina, o sentimento que poderia ter-[lhe] causado uma ave de rapina caindo sobre sua presa, comprimindo-a com as garras, levando-a consigo” (BERGSON, 2009, p. 164). Passado algum tempo, foi-lhe possível associar este sentimento com a palavra francesa “prendre”, que dentre seus sentidos, significa pegar, agarrar e que constituem as duas primeiras sílabas do nome procurado. Mas, não era só esta semelhança com o verbo que lhe causava a sensação de estranheza. Apenas após ter se lembrado do nome Prendergast é que o autor se deu conta do quanto este nome o faz evocar o nome “Arbogaste”. Este último, estando ligado à história romana, evoca memórias vagas de imagens de barbárie. De toda esta análise, a conclusão de Bergson foi a de que o nome Prendergast era uma fusão em seu espírito das ideias gerais do verbo “prendre” com o nome de Arbogaste.

Mas, o que devemos notar neste exemplo particular é a revelação da natureza do esquema. O que o espírito experimentava enquanto não se lembrava não compunha uma imagem motora plena que revelaria o nome através de uma imagem ou som, mas sim, dividia o resultado procurado em impressões que Bergson tinha diante do nome em questão. Assim, estas últimas, “apresentavam-se sobretudo como indicando uma certa *direção de esforço* a seguir para chegar

à articulação do nome procurado” (BERGSON, 2009, p. 165, grifos no original).

A própria ordem em que elas aparecem, parecem indicar um caminho.

- 2) Passando ao esforço de intelecção, que, ao contrário do que comumente se pensa – sobretudo a teoria de concepção associacionista –, não parte do concreto para o abstrato, ou seja, das imagens para remontar à sua significação, mas trata-se do inverso:

Quer se trate de acompanhar uma demonstração, de ler um livro, de ouvir um discurso, sempre são percepções ou imagens que são apresentadas à inteligência para que as traduza em relações, como se ela devesse ir do concreto para o abstrato. Mas isso é apenas uma aparência, e é fácil ver que na realidade o espírito faz o inverso no trabalho de interpretação (BERGSON, 2009, p. 169).

Se o ato de compreender consistisse – em um primeiro momento – em interpretar percepções ou imagens, não haveria ação eficaz e o homem não teria de se preocupar em viver, apenas em pensar. É possível pensar de maneira interpretativa, mas apenas em um momento posterior, onde o processo de interpretação vai do todo virtual e espiritual à parte atual e material. Vimos mais acima a sugestão desta inversão pelo exemplo da compreensão das operações matemáticas. Assim como a resposta de uma equação matemática não exclui o caminho que temos que percorrer para nos certificarmos da resolução,

as frases que lemos ou ouvimos só têm para nós um sentido completo quando somos capazes de reencontrá-las por nós mesmos, de criá-las novamente [montando um aparelho motor], por assim dizer, tirando de nosso próprio fundo a expressão da verdade matemática que elas ensinam (BERGSON, 2009, p. 169).

Tomamos, assim, contato com uma nova concepção do trabalho de interpretação. Nela, operações como a leitura e a audição deixam de ser o passo inicial do processo de formação do sentido. É apresentando o trabalho dos teóricos James McKeen Cattell, Rudolf Goldscheid, Müller, Pillsbury e Bagley, que Bergson resume sua concepção:

Em primeiro lugar, o que vemos de uma palavra na leitura corrente reduz-se a pouquíssima coisa: algumas letras – menos que isso, algumas hastes ou traços característicos. As experiências [dos teóricos citados acima] (...) parecem conclusivas sobre esse ponto. (...) [Também com relação à audição da fala]: elas estabelecem com precisão que ouvimos apenas uma parte das palavras pronunciadas. Mas, independentemente de qualquer experiência científica, todos já pudemos constatar que é impossível perceber distintamente as palavras de uma língua que não conhecemos. A verdade é que, nesse caso, a visão e a audição brutas se limitam a fornecer-nos pontos de

referência, ou melhor, a traçar-nos uma moldura, que preenchamos com nossas lembranças. Seria enganar-se extremamente aqui sobre o mecanismo do reconhecimento acreditar que começamos por ver e ouvir e que em seguida, uma vez constituída a percepção, aproximamo-la de uma lembrança semelhante para reconhecê-la (BERGSON, 2009, p. 170).

Ao invés da palavra (ou a audição) ser o primeiro passo da interpretação, é a lembrança que antecede toda a cadeia que liga o sujeito ao objeto. De certa forma, é a lembrança que possibilita a visão, a audição e a leitura, pois a percepção, por si só, é insuficiente para produzir a ação eficaz. Em um momento de sua segunda introdução a *O Pensamento e o Movente*, Bergson (2006, p. 65) nos exemplifica ficcionalmente como perceberíamos o real caso as lembranças não intervissem. A mesa sobre a qual eu escrevo neste momento seria observada através de uma ordem de grandeza totalmente diversa, nela observaria todos os acontecimentos constitutivos de sua materialidade, todo movimento subatômico. Neste universo imenso, toda a ação seria dissolvida, pois a percepção estaria tomada, no curto instante em que a olhamos, pela imensidão movente. Perceber a mesa como um retângulo, imóvel e sólido, implica a potência do sujeito de agir sobre ela.

É justamente levando em conta este comprometimento do homem com a ação, que o autor prioriza a antecedência do *sentido* no contato com os objetos:

é preciso que seja o *sentido*, antes de tudo, que nos guie na reconstituição das formas e dos sons. O que vemos da frase lida, o que ouvimos da frase pronunciada é tão somente o necessário para colocar-nos na ordem de ideias correspondente; então, partindo das ideias, ou seja, das relações abstratas, materializamo-las imaginativamente em palavras hipotéticas que procuram colocar-se sobre o que vemos e ouvimos. Portanto a interpretação é na realidade uma reconstrução. Um primeiro contato com a imagem imprime ao pensamento abstrato sua direção. Em seguida ele se desenvolve em imagens representadas, que por sua vez tomam contato com as imagens percebidas, seguem-lhes o rastro, esforçam-se por recobri-las. Quando a superposição fica perfeita, a percepção é completamente interpretada (BERGSON, 2009, p. 170-171, grifo no original).

Em posse desta nova concepção de Bergson para a interpretação, podemos nos colocar em um momento privilegiado da análise da noção chave (estando, inclusive, presente no título de todos os capítulos da obra) de *Matéria e Memória*, a de *imagem*. Pois, a escolha desta noção leva em conta o fato do homem olhar o novo com hipóteses já elaboradas anteriormente a partir do passado. Como vimos acima com o desenvolvimento da teoria da linguagem, o

ponto de apoio para a interpretação é definido como conjuntos de estímulos que provocam reações motoras organizadas (aparelho motor), ou seja, a base sensível fornecida pelo corpo. Apesar disto, a experiência imediata da consciência não se apresenta de modo a apreendermos a relação direta das palavras com a práxis, tendo em vista que se trata de um estado misto, contemplando também o âmbito das ideias. O processo de interpretação implica que o sujeito se situe entre as ideias ou lembranças, as quais se projetarão sobre a base material e buscarão encarnar-se no movimento do corpo (esquemas motores). Assim, o passado é determinante na compreensão do que se ouve, as lembranças têm um papel ativo no processo de compreensão – uma teoria do conhecimento que o descreve como reconhecimento. Essa teoria tem conseqüências para a abertura ao novo. No entanto, trata-se de uma abertura que relativiza a interpretação dos fatos, vinculando-os ao conhecimento adquirido – daí a preocupação de Bergson em encontrar um modo de voltar à base intuitiva despido de prejuízos. Toda a questão então se converte na busca por evitar as impurezas que o próprio funcionamento da linguagem impõe ao contato com o real, à experiência direta ou aos dados imediatos de nossa experiência. Mais especificamente em *Matéria e Memória*, ao tratar do problema da união entre a alma e o corpo, ele tem que encontrar uma maneira de evitar as armadilhas do conhecimento sedimentado, aqui concentrado nas teses realista e idealista. A noção de imagem surge então para reposicionar o problema filosófico de modo a seguir os dados intuitivos sem interpretá-los à luz de conceitos previamente depositados na linguagem. Despir-se de toda interpretação, é esta a proposta do autor com a noção de *imagem*. Ao menos em um momento inicial, a filosofia passa da busca pelo sentido em direção ao apagamento dos sentidos atribuídos inconscientemente à realidade pelo homem. Com isto, cabe nos determos agora na análise desta noção, que aparece já nas primeiras páginas da obra.

CAPÍTULO 3

A POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DA ORDEM TEMPORAL: AS *IMAGENS* E AS *CINCO FIGURAS* COMO HORIZONTE DA SIGNIFICAÇÃO

Nosso trabalho partiu da pergunta pela solução da dificuldade intrínseca ao método intuitivo que não consistisse num mero retorno à abstração lógica. Deparamo-nos com a crítica bergsoniana à linguagem na medida em que seu uso traz em si uma escolha metafísica em favor do associacionismo. Encontramos em *Matéria e Memória* a tentativa de superação deste emprego habitual da linguagem com a reformulação da teoria do conhecimento, o que permitiu reinserir o sujeito no interior da cadeia vital e apresentar uma alternativa ao associacionismo: a noção de tensão da consciência segundo a atenção à vida. A teoria centrada na noção de tensão da consciência desloca o papel da noção de representação do âmbito da teoria do conhecimento, substituindo-a, de certa forma, pela noção de aparelho motor. Tal substituição implica considerar o trabalho do corpo não mais como o de duplicar intelectualmente a realidade, mas sim, coordenar, em um âmbito unicamente corporal, automatismos que auxiliem a economia geral da ação.

Para haver a possibilidade do conhecimento desinteressado – a especulação própria à filosofia –, sabendo-se que a causalidade nos apresenta a articulação do real com a ação útil, é preciso transcender este modo de relação em direção a uma apreensão simbólica⁴⁶ do real, sendo primordial para se compreender a significação não a palavra, mas como há contato eficaz do corpo com as coisas mesmas, a *relação* instaurada entre palavra e contexto sob o ponto de vista do útil para o corpo. Devido à multiplicidade da utilidade ao longo do tempo, o homem vê-se em face de múltiplos sentidos, que reproduzem a tendência significativa do corpo, para o qual atribuir sentido prévio constitui uma necessidade, mas que, no entanto, a tradição filosófica vinha tomando como tarefa sua ao afirmar a gratuidade da atividade intelectual. A teoria que incorpora

⁴⁶ Referimo-nos à concepção de simbólico de Frédéric Worms (2007, p.31), que apresenta este termo para se opor ao conhecimento de causalidade lógica. Segundo ele, o que liga os mecanismos motores do cérebro aos pontos objetivos da percepção exterior não é uma relação *causal* como a defendida pela tradição, mas sim uma relação *simbólica*. Mais algumas considerações sobre este termo podem ser encontradas na página 42 do presente trabalho.

a noção de causalidade desvinculada de sua origem vital e corpórea é o associacionismo, que apresenta explicações tradicionais para a relação entre cérebro e consciência, corpo e alma, matéria e espírito, etc., ajustando a experiência às regras de funcionamento da linguagem.

Diante destas considerações, Bergson emprega dois recursos em vista da superação do associacionismo: o uso da noção de imagem e de cinco figuras dispostas ao longo do segundo e terceiro capítulos da obra. A noção de imagem permite descrever adequadamente os fenômenos sem a necessidade de empregar o termo “representação”, como configurado pelas vertentes realista e idealista. A exposição de Bergson apresenta uma recusa em descrever conceitualmente o fenômeno que designa, tendo em vista justamente o comprometimento metafísico em favor de uma teoria que esta descrição representaria ao ser posta de início. Assim, esta recusa conduz a uma procura por definir a maneira pela qual uma *palavra* pode constituir uma *relação* com *aquilo* que designa. As imagens são o ponto mais próximo que se pode chegar do real por meio da linguagem verbal.

Elas não têm realidade efetiva, apenas a função de mera referência à transcendência do não verbal. Também neste sentido, reforçando o fato de a linguagem necessitar de uma referência externa a ela mesma, ou seja, não-verbal, Bergson apresenta uma série com cinco figuras, com as quais pretende assegurar a compreensão de sua teoria da união da alma com o corpo como alternativa à concepção associacionista. Elas aparecem em momentos do texto justamente onde Bergson pretende romper com a linearidade do associacionismo e propor uma nova concepção da atenção (BERGSON, 1999, p. 118, figura 1), da percepção (BERGSON, 1999, p. 155, figura 2), afirmar a virtualidade das lembranças (BERGSON, 1999, p. 167, figura 3), explicar a inserção das lembranças na percepção atual (BERGSON, 1999, p. 178, figura 4) e os diferentes planos da consciência (BERGSON, 1999, p. 190, Figura 5). A síntese necessária para a compreensão destas figuras garante uma espécie de desprendimento do texto escrito, possibilitando uma segunda alternativa independente da linguagem para se compreender a novidade da concepção bergsoniana em relação ao associacionismo.

Desta forma, o presente capítulo procura esclarecer, em um primeiro momento, de que maneira as imagens pretendem e constituem uma solução para a questão de uma teoria do conhecimento com base no vital e; em um momento posterior, como os esquemas visuais presentes na obra garantem a superação da tendência associacionista

intrínseca à linguagem verbal. Feito isto, cabe a realização de um levantamento do resultado de toda a crítica ao associacionismo através da aplicação da nova concepção de linguagem com sua origem vital. Trata-se de uma esquematização dos dois pólos conquistados por Bergson devido à admissão de diferentes graus presentes na consciência: a *atenção* e o *relaxamento*. A flexibilidade inerente a estas duas possibilidades de atividade intelectual regem a interação do passado com o presente, garantindo a substituição da ordem subordinada aos interesses imediatos e parciais pela ordem intrínseca ao real, a temporalidade.

3.1) A noção de *imagem*

De modo paralelo à análise da noção de "simplicidade" (dois princípios de abstração possível) no terceiro capítulo do *Ensaio*, utilizada para colocar em diálogo as teorias opostas dos dinamistas e mecanicistas, as "imagens" são concebidas a fim de estabelecer um ponto de contato entre as teorias do realismo e do idealismo. No prefácio da sétima edição de *Matéria e Memória*, Bergson (1999, p. 9) explicita o procedimento comum a estas duas obras:

Não teríamos acreditado, no início de nossas pesquisas, que pudesse haver qualquer conexão entre (...) as questões que se agitam entre realistas e idealistas, ou entre mecanicistas e dinamistas (...). No entanto, essa conexão é real: ela é inclusive íntima; e, se levarmos isso em consideração, um problema metafísico capital vê-se transportado para o terreno da observação, onde poderá ser resolvido progressivamente, em vez de alimentar indefinidamente as disputas entre escolas no campo cerrado da dialética pura.

Ao citar dois debates tradicionais da filosofia, Bergson apresenta a ideia de que há uma conexão entre teorias discordantes. Para estabelecer esta conexão é necessária atenção literal aos termos em que são colocadas as teorias filosóficas a fim de um aprofundamento na significação que cada um destes termos desempenha no contexto geral onde são empregados. O pólo a ser evitado é o "campo cerrado da dialética pura", que deve ser preterido em função de seu extremo oposto, o "terreno da observação". Nota-se que, ao ser operada esta mudança de direção na análise, reconectando o pensamento puramente lógico às exigências da ação, a resolução da questão será apresentada "progressivamente". Esta natureza progressiva sugere a importância da inversão do modo em se conceber a filosofia – que não pode abstrair da perspectiva limitada do sujeito –, muito mais do que apresentar soluções imediatas a questões. A

fim de melhor compreender a tentativa de Bergson de ligar o abstrato às ações concretas que lhe deram origem, procuraremos nos deter no modo como apresenta a noção de imagem.

As imagens são, antes de qualquer coisa, um ponto de partida, que tem como resultado fazer aparecer a especificidade do corpo e, assim, uma via para atribuir significação aos objetos, seguindo o critério da ação dos seres vivos sobre a matéria. Assim, desde o início sabe-se em função do que esta noção foi criada, em função do estabelecimento de um ponto comum às teorias da percepção (realismo e idealismo). Uma das diferenças da noção de imagem em relação ao conceito de representação, a partir do qual é colocada a questão por estas duas teorias, está na explicitação de seu caráter abstrato e de seu comprometimento com a resolução do problema da representação da matéria a partir de um duplo registro, o da percepção e o do Ser, pela via da ordem vital. Enquanto no emprego do termo representação, fica oculto o caráter primeiramente metafórico que ele assume. Pois, é da natureza dos termos terem em seu passado um compromisso com a *práxis*. A partir da concepção de metáfora como a transferência de uma palavra de seu próprio domínio para outro, Ernesto Grassi (1978, p. 192, grifo no original), afirma que o primeiro “‘significado real’ de uma palavra é constituído (...) por seu sentido *empírico*. Este, por sua vez, representa uma primeira forma de *metaphérein*; pois no momento em que se confere uma significação a um ruído, este se transforma em som significativo”. Quando se passa ao plano filosófico, “os tipos, aqueles que anagógicamente (isto é, por redução da pluralidade à unidade) são consumados no culminante processo do saber filosófico, em sua essência e função, só podem ser expressos metaforicamente” (GRASSI, 1978, p. 195). Assim, enquanto Bergson procura explicitar a origem empírica do termo imagem, o termo representação é apresentado já consolidadamente em sua forma abstrata.

Segundo Camille Riquier (2009, p. 124), o pensamento não necessita de uma linguagem verbal para se tornar evidente. Assim, “um pensamento sem linguagem não permanece menos encarnado. É das nossas próprias mãos que vem a luz das nossas primeiras certezas”⁴⁷. É a manipulação no nível corporal que nos proporciona a clareza. Bergson só trabalha com as metáforas na medida em que a metafísica se apóia inconspicidamente sobre elas (RIQUIER, 2009, p. 129). Todo pensamento tem sua base em uma situação de contato. Todo conceito é metafórico. O fio condutor para o

⁴⁷“une pensée sans langage n'en reste pas moins incarnée. C'est même de nos mains que vient la lumière de nos premières certitudes”.

remanejamento dos conceitos, tendo em vista assegurar o acesso à verdade, será a elucidação da natureza metafórica destes últimos e a restituição de sua natureza concreta. Será neste sentido que as imagens compõem o grau zero do conceito. Elas constituem o material a partir do qual serão apresentados os conceitos e ao qual todo ato verbal faz referência. O esclarecimento da questão do realismo/idealismo será feito a partir de um passo atrás na discussão teórica, reportando a um momento em que ainda não há conceito, nem sentido prévio. Isto é possível pela instituição do "tocar" como paradigma do saber. Com esta crítica, Bergson segue sua denúncia da natureza metafórica de todo conceito e de como realistas e idealistas fogem da referência primeira de nosso cérebro à ação, concebendo-o como um órgão comprometido puramente com o conhecimento.

É por um esforço de vontade que a imagem é tomada no "sentido mais vago possível", constituindo o limite da referência ao real através de um signo lingüístico. Como explicita Frédéric Worms (2007, p. 20):

ela parece deixar face a face sujeito e objetos, sentidos e coisas sentidas, seu único efeito tangível estando em não *nommer* as coisas "coisas", nem "objetos", nem além disso "impressões", "fenômenos" ou "aparências", mas "*images*", como se uma escolha teórica aparentemente radical não conduzisse senão à adoção de um termo deliberadamente "*o mais vago*" possível!⁴⁸

Sua presença na obra enquanto termo não deixa de ser uma escolha teórica, ainda que radical. A justificativa de seu emprego se compromete fundamentalmente com a intenção do autor de incluir a vagueza como alternativa a um comprometimento teórico inicial, que inclui no termo a possibilidade de se representar *também* aquilo que não é percebido pelo sujeito, deixando a definição "em aberto" enquanto não se tem elementos suficientes para apreender o sentido de todo o processo perceptivo. Como foi visto nos capítulos anteriores, por razões de ordem fisiológica – pelo comprometimento primeiro do corpo para com as atividades práticas –, apreendemos o sentido antes do contato com as coisas, por isto, parte da resolução dos problemas está na abstração de toda interpretação prévia. Nas palavras de Alexis Philonenko (1994, p. 26), "a linguagem pensa antes do pensamento. Na linguagem, função de adaptação prática, todo um sistema de orientações objetivas já está depositado; existe, por assim dizer, uma

⁴⁸ "elle paraît laisser face à face un sujet et des objets, des sens et des choses senties, son Seul effet tangible étant de ne pas *nommer* ces choses des "choses", ni des "objets", ni d'ailleurs des "impressions", des "phénomènes" ou des "apparences", mais des "*images*", comme si um choix théorique apparemment radical ne conduisait qu'à l'adoption d'un terme, délibérément "*le plus vague*" possible!".

filosofia que desdobra, sem reflexão, o pretensão saber filosófico”⁴⁹. Tendo isto em vista, quando se trata de apresentar a relação entre percepção e matéria, primeiramente, há a necessidade de evidenciar os pressupostos operados inconscientemente pela tradição filosófica ao tratar da questão. A busca pela natureza metafórica dos termos em que é colocada a questão, tanto por realistas quanto por idealistas, conduz ao paralelismo cartesiano. Por trás de cada uma destas teorias acabadas repousa o dualismo entre espírito e matéria, o que significa que a decisão metafísica já fora tomada de início e a teoria se compõe a partir do desenvolvimento de seus efeitos de inacessibilidade da natureza material pela espiritual, necessidade de duplicação da percepção em representações, etc. Se Descartes identificava o corte das articulações do real dividindo o espiritual do material, a partir desta denúncia, “o primeiro capítulo [de *Matéria e Memória*] se dava assim como tarefa deslocar o corte praticado até aqui pelo dualismo, situando-o não mais entre ‘matéria e percepção’, mas entre ‘matéria e memória’”⁵⁰ (RIQUIER, 2009, p. 321).

O caminho que conduz a esta reformulação no corte das articulações do real parte ainda das teorias do idealismo e realismo, as quais cabe analisar nos termos em que são colocadas. Esta dimensão da análise dos problemas fica evidenciada com a noção de imagem:

Perguntar se o universo existe apenas em nosso pensamento ou fora dele é (...) enunciar o problema em termos insolúveis, supondo-se que sejam inteligíveis; é condenar-se a uma discussão estéril, em que os termos pensamento, existência, universo serão necessariamente tomados, por uma parte e por outro, em sentidos completamente distintos. Para solucionar o debate, é preciso encontrar primeiro um terreno comum onde se trava a luta, e visto que, tanto para uns como para outros, só apreendemos as coisas sob forma de imagens, é em função de imagens, e somente de imagens, que devemos colocar o problema (BERGSON, 1999, p. 21, grifo nosso).

Vale notar que ambas as teorias já colocavam a questão em termos de imagem, sendo que a novidade da proposta de Bergson não está em apresentar um novo conceito, mas sim, em observar que o uso do mesmo termo leva a duas atitudes distintas quanto à relação entre *consciência* e *ciência*. Esta última garante um sentido absoluto às imagens, enquanto o mundo da consciência precisa que todas as imagens sejam reguladas por

⁴⁹“le langage pense avant la pensée. Dans le langage, fonction d'adaptation pratique, tout un système d'orientations objectives est déjà déposé; il y a, pour ainsi dire, une philosophie que se déverse, sans réflexion, le prétendu savoir philosophique”.

⁵⁰“le premier chapitre se donnait ainsi pour tâche de déplacer la coupure pratiquée jusqu'ici par le dualisme, en la situant non plus entre 'matière et perception', mais entre 'matière et mémoire”.

uma imagem central, o corpo (BERGSON, 1999, p. 21). É o ponto de partida e a hierarquia entre estes dois termos que geram dois sistemas distintos, ambos sustentáveis. O elo ausente entre os dois sistemas é que tornava a disputa estéril. "Como explicar que esses dois sistemas coexistam, e que as mesmas imagens sejam relativamente invariáveis no universo, infinitamente variáveis na percepção?" (BERGSON, 1999, p. 20). A necessidade de um "terreno comum onde se trava a luta" é assim solucionada com a eleição do termo em que ambas as teorias apresentam a questão, "em função de imagens", na medida em que as imagens não têm realidade interpretativa, mas sim, auto-evidente e que fazem referência a algo experimentado pelo corpo anteriormente a qualquer teorização. Trata-se do ponto de contato entre algo abstrato, a teoria, com algo concreto, a matéria em seus traços mais imediatos e irreduzíveis à análise.

As primeiras palavras do primeiro capítulo desta obra vão neste sentido: "Iremos *fingir* por um instante que não conhecemos *nada* das teorias da matéria e das teorias do espírito, *nada* das discussões sobre a realidade ou a idealidade do exterior" (BERGSON, 1999, p. 11, grifos nossos). A necessidade do "fingir" evidencia a idealidade do exercício proposto. Não se pode dizer que exista concretamente a experiência de se colocar o mundo "entre parênteses" (PRADO JR, 1989, p. 140), pois a consciência apresenta-se sempre como um misto e visa sempre à ação, atribuindo sentido prévio a todo novo contato. Pode-se apenas, por aproximação, como veremos mais adiante na análise da figura do cone, a partir do emprego alternado da atenção com o desinteresse prático, aproximar-se gradualmente da ponta do cone, em direção a uma compreensão cada vez maior da matéria. Em decorrência desta idealidade que envolve a noção de imagem, retrocedendo o campo da análise para um momento anterior ao pensamento, seu emprego na obra bergsoniana se restringe a *Matéria e Memória*, não sendo retomado em nenhum outro trabalho. A despeito disto, esta noção é de fundamental importância para a coesão da totalidade da obra, pois além de possibilitar uma aproximação entre as teorias do realismo e do idealismo, ela permite a redefinição da relação entre sujeito e mundo, retirando o peso da incompatibilidade de um acesso epistemológico entre estes dois últimos, marcados pela tradição sob os léxicos "coisa" e "representação".

Nestas condições, o corpo e o cérebro não serão mais caracterizados de modo a explicar a construção de representações, o que advinha do pressuposto quanto ao interesse especulativo da percepção. A natureza do corpo será reinserida no restante da

cadeia de seres vivos, que regram seus movimentos pelo toque em função da ação a ser desempenhada. Esta reinserção consiste na afirmação de que a medula possui estrutura idêntica à do sistema nervoso na série animal, a qual reage aos estímulos exteriores através de interações mecânicas, físicas e químicas. Conforme vamos avançando na série dos organismos, percebemos uma tendência das células nervosas em se agruparem em sistema. Com isso, seu sistema de resposta aos estímulos exteriores se torna mais variado. Nos vertebrados superiores, há uma distinção radical entre automatismo e atividade voluntária com o aparecimento do cérebro. Mas, esta distinção é radical apenas quanto à possibilidade do ato livre, não havendo descontinuidade de função com relação à medula. Na ação reflexa há contração muscular imediata a partir da excitação exterior, o que é realizado por intermédio das células nervosas da medula. Já no sistema cerebral, ao invés do estímulo se propagar diretamente para a medula, ele remonta primeiro ao encéfalo antes de descer para as células motoras. Portanto, podemos dizer que o cérebro permite escolher em que posição da medula o estímulo se imprimirá. Bergson (1999, p. 26) utiliza a metáfora da central telefônica: ele não acrescenta nada àquilo que recebe, faz simplesmente a comunicação ou a faz aguardar, dando lugar à escolha. A função do cérebro é montar aparelhos motores, apresentando o maior número possível desses aparelhos a uma excitação dada (BERGSON, 1999, p. 27).

Mas, esta reinserção do corpo e do cérebro na cadeia dos seres vivos, o cérebro como mero aparelho de transmitir ou redirecionar o movimento recebido, só é possível na medida em que Bergson coloca o problema da matéria em novos termos. Colocando-o em termos de imagem, o cérebro é mais uma imagem dentre as outras, e uma imagem não pode ser responsável pela síntese e nem conter a totalidade das outras. Assim como a imagem do corpo prevalece sobre as demais, pois o conhecemos também de dentro, mediante afecções, o que permite estabelecer uma hierarquia que leva ao esclarecimento da organização da percepção em função da ação. O corpo faz parte do mundo material e é uma imagem como as outras, mas no ato de receber e devolver movimento, o corpo parece escolher a maneira de devolver o que recebe. A caracterização do corpo é relacionada com o ato de mover objetos (centro de ação), o que afasta a função comumente atribuída pelos idealistas de fazer nascerem representações. Os objetos que circundam o corpo exercem sua influência de acordo com a ação possível deste último sobre eles. Para Bergson (1999, p. 17), a matéria é “o conjunto das imagens” e a percepção da matéria são “essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo”. A medula espinhal difere apenas em grau do

cérebro: a matéria nervosa conduz, compõe ou inibe movimentos. Não podemos vincular nossas percepções somente aos movimentos moleculares da massa cerebral, pois estão ligados ao resto do mundo material. Apesar de haver subordinação do que percebemos à ação, a percepção não se reduz a um fenômeno cerebral e as imagens são mais do que percebemos. A extensão da percepção consciente é proporcional à intensidade de ação de que o ser vivo dispõe: “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo” (BERGSON, 1999, p. 29). Este caráter proporcional entre percepção e ação leva às perguntas pela identificação desta percepção com a consciência e pelos motivos da ilusão quanto ao nascimento dos movimentos da consciência provirem do interior da substância cerebral.

Não há percepção que não esteja impregnada de lembranças, mas a hipótese de Bergson defende uma percepção impessoal onde estas lembranças estão enxertadas e que é a base do conhecimento das coisas. É por não fazer esta distinção que se tende a afirmar a subjetividade da percepção. Uma imagem pode existir sem ser percebida e para passar da presença à representação é necessária a operação de uma diminuição. A imagem é solidária à totalidade das outras imagens, “para transformar sua existência pura e simples em representação, bastaria suprimir de uma só vez o que a segue, o que a precede, e também o que preenche, não conservando mais do que sua crosta exterior, sua película superficial” (BERGSON, 1999, p. 33). Opera-se uma transformação no objeto, de coisa ele passa a quadro. Os seres vivos constituem no universo “centros de indeterminação”, que estão de acordo com o número e com a elevação de suas funções. Desta forma, sua presença equivale à supressão de todas as partes dos objetos nas quais suas funções não estão interessadas. Os objetos abandonam algo de sua ação real para figurar a ação virtual do ser vivo sobre eles. “Isso equivale a dizer que há para as imagens uma simples diferença de grau, e não de natureza, entre ser e ser conscientemente percebidas” (BERGSON, 1999, p. 35).

Assim, Bergson garante acesso ao Ser, eliminando o corte operado pela tradição cartesiana entre percepção e matéria. Se o pensamento lógico levou ao estabelecimento desta barreira entre percepção e mundo material, a noção de imagem identifica a diferença de natureza marcadamente entre a atitude retrospectiva da memória e a simultaneidade da matéria. Será justamente esta diferença de natureza da matéria com relação à memória que deriva em uma dificuldade e uma aparente pluralidade de acepções da noção de imagem, que podem ser observadas, por exemplo, na leitura que Sartre (1964, p. 40) faz delas:

Como pode a imagem transformar-se em imagem-lembrança? A imagem é, em suma, uma *coisa* isolada pelo corpo e à qual seu isolamento confere uma qualidade nova: a de ser representada. Mas como, quando a ação do corpo cessa, pode a imagem permanecer isolada e conservar seu caráter de representação?

Em sua crítica, Sartre (1964, p. 41) acusa Bergson de jogar "com o duplo sentido da palavra 'imagem'", ora a apresentando como inteiramente plena de existência, ora como possuindo caráter de representação clássica. Trata-se da passagem do primeiro capítulo, em que há uma análise ideal da imagem (que compõe a teoria do conhecimento), em direção ao segundo capítulo, escrito anteriormente ao primeiro e publicado como artigo independente, o qual propõe debater a questão da conservação das lembranças. É importante ressaltar, como faz Camille Riquier (2009, p.329), que neste último foi alterada a palavra imagem por *lembrança* (52 vezes), *lembrança-imagem* (12 vezes) ou *lembrança pura* (uma vez). Esta substituição indica que houve uma reformulação da concepção de imagem pelo autor, o qual optou pela distinção entre a natureza ideal da imagem e sua forma interiorizada no indivíduo enquanto passado. No entanto, apenas este esclarecimento não basta para desfazer a dúvida de Sartre quanto ao caráter representativo que as imagens adquirem enquanto lembranças-imagens, o que equivaleria a uma redução das imagens aos quadros representativos da consciência. Neste capítulo, o primeiro escrito, Bergson ainda não havia tematizado a tese da irredutibilidade do passado em imagens e a elaboração do funcionamento do reconhecimento por meio de aparelhos e esquemas motores. O quarto capítulo também foi escrito nesta mesma época e publicado separadamente de modo similar ao segundo, onde a concepção de imagem não constitui uma imagem em si (RIQUIER, 2009, p. 337). Apenas no primeiro capítulo, o autor cogita a concepção da imagem como realidade em si, mas não passa de uma idealidade. Foi apenas um termo estabelecido para unir espírito e matéria em sua espessura temporal (RIQUIER, 2009, p. 341).

Apesar da dúvida de Sartre ser legitimamente advinda desta diferença cronológica da escrita de *Matéria e Memória*, os termos em que ele a coloca desconsideram toda a novidade da noção de imagem apresentada por Bergson. Os termos "coisa" e "representação" são justamente o que a colocação da imagem procura evitar. Trata-se de algo anterior a uma coisa e que dispensa o intermédio de qualquer representação, na medida em que apresenta um recorte do real sem necessidade de sair da realidade material. Há, de fato, um isolamento segundo o imperativo da ação, mas não necessariamente na forma de "coisa" a ser representada. Este funcionamento é

posterior à apreensão das imagens, exigindo um exercício do espírito e pressupondo a educação dos sentidos em função da síntese. Primeiramente, o que é percebido é uma totalidade indivisível e é a ela que Bergson quer retornar propondo a noção de imagem. Assim, a resposta para a questão suscitada por Sartre requer um esclarecimento quanto à necessidade de se apreender o objeto não como coisa, mas como "quadro". Nas palavras de Frédéric Worms (2007, p. 54, grifos no original):

Seria necessário, para que um “objeto” fosse percebido como tal, que, “*ao invés de permanecer envolto em contornos como uma coisa, ele se destacasse como um quadro*” (sublinhado por Bergson). Mas, uma tal operação não tem nada de misterioso ou miraculoso. Não se trata de uma transformação *qualitativa* da imagem, que lhe *acrescentaria* uma propriedade nova, mas sim, uma simples operação *quantitativa*, por subtração ou por *diminuição* de algumas de suas conexões com as outras imagens. O destacamento objetivo ou espacial não é senão uma diminuição física ou quantitativa da troca de forças que caracteriza o universo⁵¹.

A diferença da lembrança enquanto “quadro” para “coisa” está no registro em que sua construção é operada. Uma coisa pressupõe uma natureza destacada no sujeito, com propriedades novas em relação ao real e que adquire um caráter definitivo, enquanto um quadro dependente da realidade exterior da qual ele tem acesso direto, ainda que subtraia ou diminua algumas conexões entre imagens para se constituir enquanto lembrança, está sempre “por se fazer”, “por se completar”. Quando se fala em coisa, o objeto tem necessidade de existir no interior do sujeito, estar contido como um conteúdo em um continente. Um quadro dispensa a colocação da questão nestes termos, pois ele se coloca na exterioridade juntamente com o objeto. Complementando o trecho acima de Frédéric Worms (2007, p. 62, grifos no original) e, com isso, finalizando a resposta a Sartre, pode-se dizer que:

não há necessidade de se supor o desdobramento interior do objeto. A representação é exterior, assim como a ação que a precedeu. A única coisa que “vem” de nós é sua forma espacial. O objeto, em sua totalidade, como causa e como conteúdo da representação, está *fora*; (...) a percepção pura não é somente representação de e na exterioridade, mas *participação* na exterioridade real das coisas⁵².

⁵¹ “Il faudrait, pourqu'un ‘objet’ soit perçu comme tel, que, “*au lieu de demeurer emboîté dans l’entourage comme une chose, Il s’en détache comme un tableau*” (souligné par Bergson). Mais une telle opération n'a rien d'un mystère ou d'un miracle. Il ne s'agit pas d'une transformation *qualitative* de l'image, qui lui *ajouterait* une propriété nouvelle, mais d'une simple opération *quantitative*, par soustraction ou par *diminution* de certaines de ses connexions avec les autres images. Le détachement objectif ou spatial n'est qu'une diminution physique ou quantitative, dans l'échange de forces qui caractérise l'univers”.

⁵² “il n'y aurait pas besoin de supposer de dédoublement intérieur de l'objet. La représentation est extérieure comme l'action, qui l'a précédée. La seule chose qui “vienne” de nous est sa forme spatiale

É em função desta anterioridade das imagens com relação às “coisas”, que Bento Prado as identifica com um campo transcendental (condição de possibilidade do acesso à Presença). Assim, o mundo das imagens não é composto por estruturas “reais”, mas sim, pela reunião das condições necessárias para se pensar a realidade (PRADO JR, 1989, p. 139). Bento Prado (1989, p. 134) demonstra de que modo “o ‘campo das imagens’ [funciona] como fundo transcendental na constituição da subjetividade (ao mesmo tempo que da objetividade)”. Vale notar que não se trata de justificar o surgimento da subjetividade nem de descrever a gênese do real, estas necessidades advêm, respectivamente, apenas da teoria realista e da teoria idealista. Trata-se apenas de fornecer o esquema da inteligibilidade do real.

Tal concepção será criticada por Camille Riquier (2009, p. 323-324, grifo nosso):

o erro de Bento Prado foi ter colocado *um campo de imanência tanto a-subjetivo quanto pré-objetivo*, a partir do qual deveriam, em seguida, poder ser constituídos simultaneamente o subjetivo e o objetivo. Mas, o plano das imagens é neutro ao ponto de dever se apagar em favor de uma perfeita reversibilidade dos pontos de vista que nele se enunciam. Em nenhuma hipótese é necessário afirmar a existência das imagens em si – as quais precederiam de fato, senão de direito, o sujeito como campo de imanência suposto anterior, ou, ainda mais, fundamental, que os deduziria *um do outro* de modo recíproco⁵³.

As imagens seriam caracterizadas por uma neutralidade que sustentaria apenas a possibilidade de se acessar a realidade ora por uma via objetiva, ora subjetiva e a reversibilidade de um caminho ao outro. Segundo Riquier (2009, p. 322), Bergson intencionou com esta noção “criar os termos com os quais o problema poderia ser colocado de outro modo”⁵⁴. Desta forma, elas serviriam apenas para formular o problema, não para resolvê-lo. Nota-se a presença de duas partes que compõem esta crítica, as quais serão desenvolvidas em seguida: 1) a afirmação de que o campo de imanência é a-subjetivo e pré-objetivo e; 2) o subjetivo e o objetivo são constituídos pelo campo de imanência das imagens. Estas duas afirmações seriam substituídas por

comme telle. L'objet tout entier, comme cause et comme contenu de la représentation, est *dehors*; (...) la perception pure n'est pas seulement représentation de et dans l'extériorité, mais *participation* à l'extériorité réelle des choses”.

⁵³ “l’erreur de Bento Prado a été de poser *un champ d’immanence aussi bien asubjectif que préobjectif*, à partir duquel devant se constituer simultanément le subjectif et l’objectif. Mais le plan des images est neutre au point de devoir s’effacer au profit d’une parfaite réversibilité des points de vue qui s’énoncent en lui. En aucun cas il n’est besoin d’affirmer l’existence d’images en soi – qui précéderait en fait, sinon en droit, le sujet comme champ d’immanence supposé antérieur, voire fondamental, qu’il ne les déduit *l’un de l’autre*, et réciproquement”.

⁵⁴ “créer les termes dans lesquels le problème peut se poser autrement”.

uma neutralidade fundamental, a qual também será desenvolvida abaixo.

De fato, Bento Prado identifica nas imagens um campo de imanência que é responsável pela subjetividade e pela objetividade, mas apenas na medida em que Bergson compõe seu primeiro capítulo tendo em vista o sujeito sob o ponto de vista da ação, enquanto corpo. Trata-se, assim, do campo de imanência do sujeito intelectual, não do sujeito enquanto corpo. Esta afirmação de que se trata da constituição do subjetivo diz respeito apenas ao sujeito intelectual e foi apontada por Bento Prado em decorrência da diferenciação destes dois pontos de vistas sob os quais Bergson apresenta o sujeito. Anteriormente à exposição do trecho criticado por Riquier, Bento Prado evidencia que a noção de campo transcendental não advém de uma análise lógica, mas é uma exigência da própria Presença, pois nesta perspectiva – do que é realmente encontrado no mundo –, há tomada de posição, como veremos mais abaixo.

Fazendo referência a Jean Hyppolite e à problemática da fenomenologia, a questão já havia sido posta nos seguintes termos: “O ‘eu transcendental’ conduz ao idealismo ou define um campo intermediário ou anterior à oposição entre idealismo e realismo?” (PRADO JR, 1989, p. 132). A solução de Hyppolite defende a possibilidade de uma formulação dentro da qual o próprio eu transcendental seria gerado a partir de um campo pré-objetivo e pré-subjetivo:

Mas a subjetividade da consciência – a práxis humana – não pode permanecer apenas oposta à objetividade do Ser. Pois é através de uma subjetividade que o Ser pode tornar-se presente. A Presença, em geral, só pode ser compreendida à luz de sua tripla determinação: ela supõe não apenas aquilo que se torna presente como tal. Mais ainda, a presença supõe, para além do “algo” e do “alguém”, um “lugar” onde algo se torna presente para alguém. Isto é, a Presença só se dá no interior de um *campo transcendental* que a torna possível (PRADO JR, 1989, p. 68).

Ocorre que o campo transcendental de Bento Prado constitui-se em ato, pressupondo três coisas: um conteúdo, uma subjetividade e um lugar. Desta forma, as imagens não tratam da questão em termos de objetividade ou subjetividade no mesmo plano em que eram empregadas pelos realistas e idealistas, mas sim, em um plano anterior, no qual fica evidenciada a correspondência simbólica dos termos. Trata-se da compreensão de que há um horizonte ordenado sob o fundo da totalidade das imagens segundo a ação do corpo e, ainda que esta ordem não seja a própria estrutura da Presença, ela é o acesso a esta última, por deixar entrever as condições em que é apresentada.

Este horizonte ordenado institui uma ausência de neutralidade. As imagens não tendo como finalidade colocar de outra forma, mas explicitar como o problema vem sendo colocado. A questão já era colocada em termos de imagens pelos dois sistemas, idealismo e realismo. Bergson apenas aproxima-os, mostrando que ambos tomavam como pressuposto uma posição metafísica em favor do caráter especulativo do cérebro, o que os impedia de operar plenamente com os próprios termos em que apresentavam a questão. Quando se explicita o que seria colocá-la efetivamente em termos de imagens, as duas teorias se reduzem uma à outra. Portanto, não se trata apenas de deduzir um sistema do outro, mas sim, de demonstrar a necessidade de uma análise psicanalítica⁵⁵, mostrando que já havia uma reversibilidade entre os dois sistemas, no entanto, da maneira como eram expostas as teorias, ela não estava evidenciada.

Enquanto as imagens reportarem-se exclusivamente a conteúdos não-verbais, elas coincidem com a Presença, mas enquanto são tratadas sob a forma da definição conceitual, elas deixam de desempenhar esta coincidência e passam a ser um conceito como os outros. Elas compõem o projeto de trazer a Presença para dentro do texto conceitual. Sob este ponto de vista, pode-se dizer juntamente com Bento Prado que as imagens compõem um campo transcendental, não sendo apenas condição de possibilidade da experiência possível em uma esfera lógica, mas herdando da própria realidade esta característica de subjetividade pressuposta em um campo transcendental. Pois, o acesso à Presença se dar através de uma perspectiva é intrínseco à estrutura do real. Isto não implica que o real seja produto do eu ou que não haja acesso direto. Todo campo transcendental pressupõe um sujeito, mas no caso de Bergson, trata-se de um campo sem “Eu transcendental”, pois é possível instaurá-lo a partir de um “sujeito mínimo”. Há um horizonte que ordena o real, mas este horizonte é aberto unicamente pela ação do corpo.

Segundo Frédéric Worms (2007, p. 33), ao dizer que os objetos refletem a ação possível do corpo vivo, “ainda não há ‘sujeito’ perceptivo ou consciência, mas já há um horizonte ou um campo: a ação do corpo recortou um ambiente ordenado sobre o fundo da totalidade das imagens”⁵⁶. Este campo consiste em um *campo objetivo exterior* que se mescla com uma função real do corpo atribuída a um sujeito sem a necessidade de

⁵⁵ Empregamos aqui a terminologia de Bento Prado Jr. segundo a qual uma “análise psicanalítica” significa uma análise que faz emergir pressupostos assumidos de forma não consciente, como havíamos expostos no presente trabalho nas páginas 9, 15 e 76.

⁵⁶ "Il n'y a pas encore de 'sujet' percevant ou de conscience, mais il y a déjà un horizon ou un champ: l'action du corps a découpé un environnement ordonné sur le fond de la totalité des images".

duplicar o real com uma realidade por detrás dela. Colocar as imagens é afirmar uma só espécie de realidade, substituindo a distinção operada pela tradição (realistas e idealistas) entre duas modalidades de ser (aparência e realidade, fenômeno e coisa, sujeito e objeto), mostrando que esta dualidade é operada posteriormente ao contato com o real em função de duas formas de ações distintas de se relacionar com ele. O estatuto ontológico das imagens não será interrogado, será, inclusive, preservado seu caráter vago e seu aspecto de *totalidade* indivisa.

Desta forma, a análise de Worms (2007, p. 35, grifos no original) permitiu a apresentação da questão em termos de significação:

O real não é duplicado, mas sua significação o é necessariamente, pois, as imagens adquirem, de um lado, um sentido *real*, como matéria, e uma forma ou um sentido *imaginário*, como percepção. Ainda assim, entre este real e este imaginário, mesmo havendo uma separação, não há acordo a ser produzido: nosso conhecimento apoiado sobre nossa ação terá sempre acesso às coisas mesmas⁵⁷.

A instauração das imagens compõe uma simplificação do real, mas implica uma dificuldade de apreensão do sentido, o qual se divide em sentido das coisas mesmas e sentido *exigido* pelo corpo. Por isto a necessidade, sempre presente na filosofia de Bergson, de voltar às coisas mesmas através de uma diminuição do sentido provisório atribuído automaticamente pelo corpo. A fim de evitar que esta dificuldade seja suprida por um desdobramento lógico, as imagens foram colocadas de modo a garantir a relação com aquilo que designam. Elas são o ponto mais próximo que se pode chegar do real por meio da linguagem verbal e *não têm realidade efetiva, apenas a função de mera referência à transcendência do não verbal*.

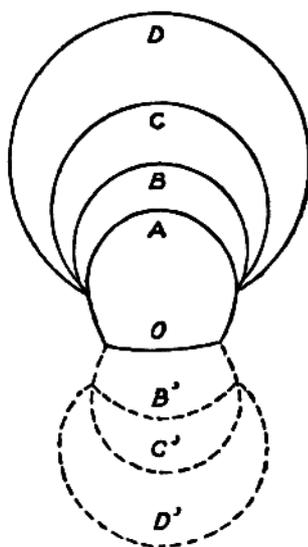
3.2) As cinco figuras

A presença de elementos visuais no corpo de *Matéria e Memória* não funciona apenas como mera ilustração do texto escrito, mas constitui parte argumentativa do texto. Cabe uma análise de cada uma delas a fim de demonstrar de que maneira elas participam da construção de uma teoria alternativa ao associacionismo.

A primeira figura ilustra a teoria da percepção atenta enquanto circuito. Ela se

⁵⁷ “Le réel n'est pas dédoublé, mais sa signification l'est nécessairement, car les images prennent d'un côté un sens *réel*, comme matière, et une forme ou un sens *imaginaire*, comme perception. Pourtant, entre ce réel et cet imaginaire, même s'il y a un écart, il n'y a pas d'accord à produire: notre connaissance appuyée sur notre action aura toujours une prise sur les choses mêmes”.

opõe diretamente à concepção da percepção como uma série de processos com trajeto único similar a uma linha reta: em um ponto estaria o objeto, o qual provocaria sensações, estas últimas fazendo surgir ideias. O problema apontado por Bergson nesta concepção está no distanciamento do objeto, o qual seria apenas um primeiro passo na cadeia, mas, logo criadas as ideias, ele seria posto de lado. A fim de instituir o objeto como horizonte da percepção, evitando desdobramentos puramente lógicos da reflexão, é apresentada a seguinte figura:

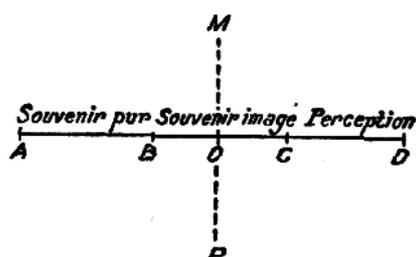


Com ela é possível conceber o trabalho intelectual de uma maneira radicalmente diferente. Os círculos em meia-lua (*B*, *C*, *D*) sugerem que, ao invés do primado da adição mecânica das lembranças, a cada nova lembrança, realiza-se uma transformação total do sistema. O fato destes círculos fechados se encontrarem e coincidirem com o círculo originário – único que compõe um círculo fechado nele mesmo, pondo em relação objeto (*O*) e a memória advinda da percepção mais imediata possível (*A*) –, apresenta a solidariedade fundamental existente entre o objeto e o espírito. Conforme se distancia da relação originária com o objeto e se expande a atividade intelectual por meio de esforço, o espírito se coloca em diferentes relações com o objeto. O fato dos círculos mais distantes conterem os anteriores se deve à mobilização crescente da memória, que está presente em sua totalidade em cada um deles, mas vai passando de seu estado inconsciente ao consciente conforme o relacionamento com o objeto se torna mais intenso. Até aqui, limitando-se à parte superior da figura, foi apresentada a participação do sujeito sob a forma de lembranças. A questão que a parte inferior da figura procura apresentar é a construção da própria objetividade e de como ela depende dos círculos de memória, na medida em que eles também compartilham da estrutura do

objeto. Além da reconstituição deste último, há a reconstituição das “condições cada vez mais longínquas com as quais [o objeto] forma um sistema” (BERGSON, 1999, p. 119-120). Assim, mais do que a percepção de um único objeto, a percepção atenta evidencia os sistemas cada vez mais vastos que estão virtualmente dados com ele (B' , C' , D') e aos quais ele pode se associar, compondo, aos poucos, a totalidade do real.

O propósito desta figura como um todo, ao prezar a simetria entre memória e realidade, é a afirmação de uma solidariedade da extensão da memória com a profundidade do real. O objeto está no centro e também virtualmente presente em todos os círculos, mas o mais importante a ser notado é de que modo o objeto percebido conduz para fora dele mesmo em direção ao real enquanto totalidade. *Perceber atentamente é reconstruir as condições com as quais o objeto forma um sistema.* Esta análise da percepção atenta leva à argumentação presente na segunda figura.

Apresentando esquematicamente uma reta com diversos elementos (A , B , O , C , D) que compõem o relacionamento das lembranças com a percepção, Bergson busca evidenciar que o associacionismo parte do princípio de que todo estado psicológico é um elemento simples que se justapõe a outros elementos simples.

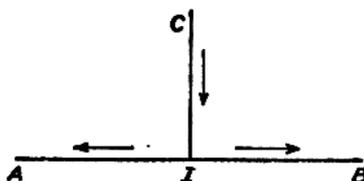


Fazendo frente a esta concepção, apesar de serem apresentados isolados os termos lembrança-pura, lembrança-imagem e percepção, Bergson considera que estes termos não são encontrados realmente isolados. A lembrança-pura manifesta-se na imagem colorida e viva que a revela. A lembrança-imagem participa tanto da lembrança-pura, materializando-a, quanto da percepção na qual se encarna. A percepção está sempre impregnada de lembranças-imagens que a completam. Resumindo, nosso pensamento descreve um movimento contínuo que vai de A a D , não sendo possível definir os limites onde um dos termos acaba ou começa o outro.

Para o associacionismo, onde houver percepção, não haverá lembrança-imagem nem lembrança-pura e assim reciprocamente. A continuidade do devir é substituída “por uma multiplicidade descontínua de elementos inertes e justapostos” (BERGSON, 1999, p. 157). Esta teoria corta ao meio (MP) a totalidade do progresso AD , a “vida psicológica resume-se então inteiramente nesses dois elementos, a sensação e a

imagem” (BERGSON 1999, p. 157). De *O* a *D*, vê apenas sensações aglomeradas e de *A* a *O*, vê apenas a imagem rememorada, concebida no estado de fraca percepção. Este estado de solidariedade entre os elementos que compõem a percepção nos conduz à terceira imagem, a qual apresenta de que maneira as lembranças se relacionam com a atualidade.

Contra a concepção de que o real é apenas aquilo que é atual na consciência, Bergson afirma a existência das percepções virtuais. A partir da disposição de duas linhas, uma horizontal *AB*, “que contém todos os objetos simultâneos no espaço” (BERGSON, 1999, p. 167), e outra vertical *CI*, “sobre a qual se dispõem nossas lembranças sucessivas escalonadas no tempo” (BERGSON, 1999, p. 167).

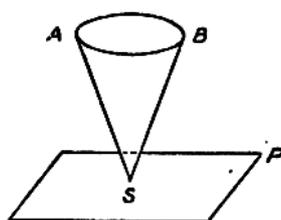


Na interseção das duas linhas, o ponto *I*, representando aquilo que é dado atualmente em nossa consciência. A linha *AB*, contendo a totalidade dos objetos dispostos no espaço, é facilmente assimilada, mesmo que os objetos não sejam percebidos atualmente, ninguém põe em dúvida o fato de existirem objetos fora do alcance da percepção atual. Mas, quanto à linha *CI*, tem-se dificuldade em afirmar uma realidade objetiva dos estados de consciência não-atuais, atribuindo ao tempo a propriedade de “destruir”, pouco a pouco, os estados que nele se sucedem.

A presença das duas setas, indicando um duplo sentido na linha *AB*, deve-se ao fato desta linha representar a nossos olhos o que percebemos e também o que iremos perceber no futuro. Já a linha *CI* contém apenas uma seta indicando para baixo devido a conter apenas aquilo que já foi percebido, a natureza temporal estando ligada à experiência vivida pelo sujeito. Tudo isto a fim de explicitar que o suposto caráter “destruidor” do tempo se deve a uma ilusão. O passado só tem interesse enquanto envolvido na ação presente ou possível, o que não significa que ele seja apagado, mas sim, que ele permanece em sua totalidade virtualmente existente. Já a parte não percebida do espaço, carregada de promessas e de ameaças, consiste constantemente em uma ação iminente, tendo “portanto para nós uma realidade que não podem nem devem ter os períodos atualmente não percebidos de nossa existência passada” (BERGSON, 1999, p. 168). Como os objetos no espaço estão dispostos fora de nós, sua atualização

não depende do sujeito e representa constante surpresa, daí a necessidade da maior parte do conteúdo da consciência consistir na linha AB .

Assim, é assegurada a explicação das ilusões nas quais o associacionismo se baseia para ignorar a realidade do tempo (aqui figurado pela memória), que além de atual, como os objetos no espaço, possui também realidade inconsciente (virtual). Obedecendo à necessidade de estabelecer o critério de atualização das lembranças em estado virtual, Bergson apresenta a quarta imagem representando o papel do corpo como veículo e sede dos fenômenos sensório-motores:



A ponta do cone representa um corte pronunciado em relação ao devir. Ela é composta justamente pelo corpo (S), o qual “não é nada mais que a parte invariavelmente presente, ou melhor, aquela que acaba a todo momento de passar” (BERGSON, 1999, p. 177). Por isso, o corpo (S) faz parte do plano (P), que é a representação atual e sempre móvel do universo. O cone (SAB) representa a totalidade das lembranças acumuladas na memória, cuja base AB , completamente no passado, permanece imóvel.

É explicitado então o acordo existente entre a memória e a reação motora. A memória corporal, composta por aparelhos sensório-motores montados pelo hábito, é um tipo de memória quase instantânea que tem sua base na memória do passado. No entanto, na prática, não há divisão entre duas memórias, pois a primeira é a ponta móvel do cone inserida pela segunda no plano móvel da experiência. É pelo critério da *utilidade* que a memória do passado apresenta aos mecanismos motores todas as lembranças capazes de orientá-los em sua tarefa atual. Também os aparelhos motores fornecem o meio das lembranças impotentes se materializarem, tornando-se presentes. Assim, a *ação* fica responsável pela atualização da memória pura, a qual reaparece na consciência conforme a possibilidade de participação no presente. Nas palavras de Bergson: “é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida” (BERGSON, 1999, p. 179).

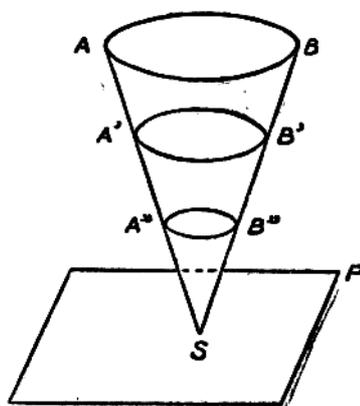
Passando da atividade mental que envolve o nível corporal para a atividade

intelectual, tem-se a quinta figura, a qual é composta de modo complementar à anterior. Mas, antes de apresentar a novidade da concepção de vida mental proposta por esta figura, cabe identificarmos a insuficiência da teoria corrente da associação. Todo mecanismo de associação necessita de um critério que garanta a coesão das ideias. O associacionismo apresenta como critérios a semelhança e a contigüidade. Identificar uma semelhança ou um ponto de contato entre duas ideias são operações que só podem ser realizadas retrospectivamente. Isto significa que, por mais distintas que sejam duas imagens, é sempre possível encontrar uma semelhança, remontando a um gênero comum ao qual elas pertencem e que lhes servirá de traço de união. Neste raciocínio, seria possível unir objetos profundamente distintos no real, como é o caso da folha de papel com um floco de neve. Estes dois objetos poderiam ser classificados como semelhantes se o critério evocado fosse a cor branca. Ou um pássaro-palito com uma seringa, caso o critério fosse ter sua extremidade pontiaguda. Quanto à contigüidade, ocorre algo similar. Sempre que se intencionar unir dois objetos ou ideias no espaço, por mais distantes que eles estejam no real, é sempre possível, pois uma percepção não evoca uma imagem sem passar por intermediários. Assim, pode-se dizer que os pingüins ligam-se às praias tropicais pelo fato de, enquanto seres vivos, dependerem do sol. Se à imagem “sol” estiver associada a de “praia tropical”, é o que basta para aproximar esta última dos pingüins. Portanto, ao se descobrir uma relação de semelhança ou contigüidade entre duas representações, ainda não está assegurada a correspondência desta união com a realidade efetiva. Além disso, dentre infinitas possibilidades de estabelecimento de semelhanças e contigüidade, não se explica por que uma evoca uma imagem em preterimento de todas as outras possíveis. Segundo Bergson (1999, p. 192, grifo no original), o erro do associacionismo está no fato desta teoria “*intelectualizar* demasiadamente as ideias, atribuir-lhes um papel inteiramente especulativo, acreditar que elas existem para si e não para nós, desconhecer sua relação com a atividade do querer”. Ao privilegiar uma visada intelectual, concebendo o objeto como entidade independente a própria tendência de “associar” permanece obscura. Se o objeto é colocado de início como uma unidade, por qual motivo ele procuraria agregar-se aos outros?

Mas, a verdade é que essa imagem independente é um produto artificial e tardio do espírito. Na realidade, percebemos as semelhanças antes dos indivíduos que se assemelham, e, num agregado de partes contíguas, o todo antes das partes. Vamos da semelhança aos objetos semelhantes, bordando sobre a semelhança, essa talagarça comum, a variedade das diferenças individuais. E

vamos também do todo às partes, por um trabalho de decomposição (...) que consiste em parcelar, para a maior comodidade da vida prática, a continuidade do real. A *associação* não é, portanto, o fato primitivo; é por *dissociação* que começamos, e a tendência de toda lembrança a se agregar a outras explica-se por um retorno natural do espírito à unidade indivisa da percepção (BERGSON, 1999, p. 193, grifos no original).

É, portanto, a partir da crítica à teoria associacionista, como apresentada acima, que Bergson elabora sua teoria dos diferentes tons da consciência e a noção reguladora, que falta ao associacionismo, a de atenção à vida. Retomando os pólos estabelecidos pela figura 4, da memória pura e ação, Bergson apresenta agora o funcionamento das ideias gerais como uma oscilação contínua entre o corpo (vértice *S*) e a memória pura (base *AB*):



Na perspectiva do cone (*ASB*), as ideias gerais oscilarão de *S*, onde “ela tomaria a forma bem nítida de uma atitude corporal ou de uma palavra pronunciada” (BERGSON, 1999, p. 189) a *AB*, onde “ela tomaria o aspecto, não menos nítido, dos milhares de imagens individuais nas quais viria se romper sua unidade frágil” (BERGSON, 1999, p. 189). Hipoteticamente, pode-se imaginar como seria a vida psicológica nas extremidades do cone. Em *S* – a maior simplificação possível da vida mental –, ela se reduz a funções sensório-motoras. Neste estado de pura prática, toda percepção se prolonga imediatamente em ação, a mais apropriada possível para cada situação, segundo a ordem dos aparelhos motores já montados anteriormente na experiência, os quais aguardavam a repetição do mesmo apelo para serem desencadeados. Em *AB* – a existência psicológica a mais afastada da ação possível –, cada detalhe da vida transcorrida é desenhado. Nesta existência sonhada não há regras para o encadeamento das lembranças, elas decorreriam ao acaso, sendo possíveis todas as formas de associação aleatórias. No entanto, o importante a ser apreendido nesta figura não são as paradas (*S*, *AB*, *A'B'*, *A''B''*), as quais correspondem a momentos

acabados, mas sim, na possibilidade mesma da ideia geral se apreender enquanto *progresso*, sua característica principal sendo a “dupla corrente que vai de uma [extremidade] à outra” (BERGSON, 1999, p. 190).

Tendo em vista as análises acima, pode-se dizer que é graças à possibilidade de desviar-se do presente em direção às lembranças, que a consciência é capaz de se posicionar de maneira diversa frente à atribuição prévia de sentido vivenciada pelo corpo. As cinco figuras apresentadas por Bergson demonstram o emprego do passado como fator essencial para a atividade intelectual, pois enquanto inativas em relação à situação atual, as lembranças são apenas significações esparsas ao alcance de ordenações múltiplas, podendo ser rearranjadas em função de um sentido desejado, assim como podendo revelar a arbitrariedade de qualquer ordenação artificial que não considere a ordem natural das coisas mesmas, a temporalidade.

3.3) A possibilidade de acesso ao real

Vimos nos dois capítulos iniciais que nosso sistema nervoso está disposto em vista da construção de aparelhos motores, ou seja, em vista da ligação dos centros motores às excitações sensíveis. É desta forma que é descrito o funcionamento habitual do corpo, o qual *desempenha* uma causalidade dos movimentos escolhidos, na medida em que, uma vez acionado, o movimento é invariável. No entanto, este mecanismo não exclui a liberdade tendo em vista que o sujeito escolhe no cérebro qual aparelho será acionado. Desta forma, quanto mais aparelhos motores e quanto mais variados se os têm montados no cérebro, mais livre o sujeito é. Isto se deve ao fato do número de conexões possíveis entre as impressões sensíveis e os movimentos correspondentes ser ilimitado devido à multiplicidade das ramificações nervosas capazes de se aproximarem de diversos modos. Assim, a montagem de novos aparelhos motores ganha devida importância. Ela se dá através da experiência, muitas vezes, com o auxílio da repetição (aprender a escrever, se vestir, dançar, etc.) e ocorre em um nível corporal.

Com isso, a questão da liberdade, garantida no *Ensaio*, não é afetada nesta segunda obra de Bergson. Ainda assim, nota-se que a caracterização do papel do corpo engajado à atividade prática apresenta uma dificuldade intrínseca à apreensão do novo, o que resulta no destaque para a faculdade da *atenção*, sobretudo naquilo que ela representa de um *esforço* para superar esta disposição primeira do corpo. Devido à primazia da ação, há uma acentuada diferença entre os aparelhos motores já eficazmente

construídos e os mecanismos em vias de construção sob o ponto de vista da consciência que o indivíduo tem deles. Segundo Bergson (1999, p. 106):

Algo distingue profundamente e manifesta claramente os sistemas de movimentos consolidados no organismo. É sobretudo esta, acreditamos, a dificuldade de modificar sua ordem. Daí também a pré-*formação* dos movimentos que seguem nos movimentos que precedem, pré-*formação* que faz com que a parte contenha virtualmente o todo, como acontece quando cada nota de uma melodia aprendida, por exemplo, permanece inclinada sobre a seguinte para vigiar sua execução.

Afirmar que a parte contém o todo virtualmente implica uma grande participação do reconhecimento desempenhado pelo corpo, o que significa que todo objeto exterior e toda palavra são apreendidos sob a perspectiva do passado. Não só há esta dificuldade frente toda novidade, mas também há uma "*pré-formação* dos movimentos que seguem nos movimentos que precedem", o que significa uma tendência presente no estado natural do corpo para antecipar a reação aos objetos e às palavras, mesmo antes do contato com qualquer coisa ou interlocutor. Vale lembrar que esta estrutura de significação é apresentada por Bergson (1999, p. 133) sob a caracterização da percepção como um circuito. Proporcionalmente a esta dificuldade de modificação da ordem de reação, está a de apreensão de um sentido ainda não desempenhado no passado, como vimos no final do capítulo anterior sobre a forma da antecipação do sentido. A natureza da consciência é de tal forma análoga a uma melodia desdobrada no tempo que comporta um aspecto negativo no que diz respeito a uma mudança de "ritmo". Apreender o novo significa interromper o movimento de se reportar inteiramente ao passado para obter efeitos úteis, o que acaba por afastar o indivíduo do objeto percebido. Será em oposição a este afastamento que o presente precisa ser reconquistado.

Por razões fisiológicas, foi visto acima que esta tendência em optar pelo já consolidado do ponto de vista corporal implica um esforço do organismo a fim de apreender o novo. Talvez este esforço fosse vão sem a existência de um contraponto também no âmbito fisiológico com disposição a inibir o automatismo. Será justamente esta a função do cérebro para Bergson. Frear a reação automática e possibilitar a escolha dentre vários aparelhos motores a serem acionados. Mesmo com este respaldo fisiológico que garante a liberdade, ainda estamos tratando a questão da escolha com base nos mecanismos motores consolidados, os quais podem ter sido montados a partir unicamente da repetição, por meio de uma educação alheia aos sentidos e aos

movimentos individuais. A perspectiva do novo ainda sobrevive enquanto questão e demanda uma disposição do organismo vivo em apreender o presente sob um olhar neutro de significação, o que não pode ser garantido unicamente pela função de seleção do cérebro.

Em favor da neutralidade da apreensão, além deste reconhecimento automático que ocorre no âmbito do corpo, Bergson apresenta um outro tipo, não-automático, denominado *reconhecimento atento*. Através deste último é possível uma recondução ao objeto, cujos contornos podem ser detalhadamente apreendidos e ultrapassados. Ele funciona de tal modo a que

os movimentos renunciam a seu fim próprio, e (...) a atividade motora, em vez de continuar a percepção através de reações úteis, volta atrás para desenhar seus traços principais: então as imagens análogas à percepção presente, imagens cuja forma já terá sido lançada por esses movimentos, virão regularmente e não mais acidentalmente fundir-se nesse molde (BERGSON, 1999, p. 111).

Pode-se observar neste trecho a possibilidade de uma inversão na natureza das reações aos objetos apreendidos. O enfoque na utilidade pode ser superado em favor de imagens – ainda ligadas à percepção presente –, mas não mais lançadas "acidentalmente", agora "regularmente" evocadas por um sujeito ativo. A partir deste segundo modo de abordagem do objeto fica esclarecido o papel das lembranças-imagens, as quais desempenharam até aqui uma natureza acessória, devido ao enfoque dado ao caráter pragmático da percepção.

O esforço já fora empregado no *Ensaio* na análise da intensidade e também para diferenciar o caráter não-corporal do eu profundo. Neste livro, o presente conceito é caracterizado a partir de citações de William James, Ribot e Fechner⁵⁸, o que aponta para sua proveniência da psicologia nascente. Seu traço marcante é o fato de apesar de não possuir natureza extensiva, o esforço ser sempre acompanhado de

uma sensação muscular e as próprias sensações ligam-se a certas condições físicas que verossimilmente entram para algo na apreciação da sua intensidade; são fenômenos que ocorrem à superfície da consciência, e que se associam sempre (...) à percepção de um movimento ou de um objeto exterior (BERGSON, 1988, p. 15).

Assim, desde seu primeiro emprego, o esforço é caracterizado como uma função do corpo (muscular), de modo a garantir sempre o contato da consciência com o objeto exterior. Vale lembrar que tecer considerações sobre este conceito é uma constante na

⁵⁸ William James, *le sentiment de l'effort*, 1880, t.ii; Ribot, *le mécanisme de l'attention*, alcan, 1888.

obra de Bergson, a própria definição de metafísica é apresentada como um esforço. Cabe apresentar aqui o desenvolvimento que este conceito sofre em *Matéria e Memória*, sendo privilegiadas as manifestações do esforço sob a forma da *atenção*.

A tese central que exprime o acesso do homem ao novo é apresentada no prefácio à sétima edição como a ideia diretriz e ponto de partida da obra nos seguintes termos: "Há portanto (...) tons diferentes de vida mental, e nossa vida psicológica pode se manifestar em alturas diferentes, ora mais perto, ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa *atenção à vida*" (BERGSON, 1999, p. 7, grifos no original). A concepção da vida mental como composta por "tons diferentes" é uma oposição direta à concepção associacionista, – como exposta a partir da análise das cinco figuras acima –, combatida já anteriormente no *Ensaio* e ratificada em *Matéria e Memória*:

Qual o erro capital do associacionismo? É o de ter posto todas as lembranças no mesmo plano, ter desconhecido a distância mais ou menos considerável que as separa do estado corporal presente, ou seja, da ação. (...) Vale dizer que o associacionismo misturou e confundiu todos os *planos de consciência* diferentes, obstinando-se em ver numa lembrança menos completa apenas uma lembrança menos complexa, quando em realidade trata-se de uma lembrança menos *sonhada*, isto é, mais próxima da ação e por isso mesmo mais banal, mais capaz de se modelar - como uma roupa de confecção - conforme a novidade da situação presente. (BERGSON, 1999, p. 282, grifos no original).

Colocar "todas as lembranças no mesmo plano" equivale a pretender que "todo estado psicológico seja uma espécie de átomo, um elemento simples" (BERGSON, 1999, p. 157). Deste modo, a teoria associacionista ignora que o estado puro é fruto de um exercício de abstração e impossível de ser constatado empiricamente. Além disto, este estado puro estabelece uma "distância" entre as "lembranças" e o "estado corporal presente", deixando uma série de questões importantes sem resposta: 1) Qual o critério que faz a lembrança aderir à percepção que a evoca? 2) Qual a razão da associação obedecer ao padrão da semelhança ou contigüidade e não alguma outra? 3) Qual o motivo de uma lembrança determinada ser eleita entre milhares de lembranças também semelhantes ou contíguas à percepção atual? Assim, o associacionismo é uma teoria incompleta, pois opera a partir dos critérios de simples e complexo, limitando-se a um plano estritamente lógico. Através da crítica ao caráter abstrato desta teoria, Bergson pode formular respostas as questões acima, o que foi feito a partir da elucidação da existência de uma estreita relação entre as ideias e a ação, como vimos mais acima com a análise das cinco figuras.

De modo paralelo, pode-se caracterizar a crítica bergsoniana à linguagem como

uma extensão da crítica à teoria associacionista:

Por mais que se disfarce a hipótese [ideias e lembranças como elementos simples] sob uma linguagem tomada de empréstimo à anatomia e à fisiologia, ela não é mais que a concepção associacionista da vida do espírito; leva em conta apenas a tendência constante da inteligência discursiva a separar todo progresso em *fases* e a solidificar em seguida essas fases em *coisas*; e, como ela nasceu, *a priori*, de uma espécie de preconceito metafísico, não consegue nem acompanhar o movimento da consciência nem simplificar a explicação dos fatos (BERGSON, 1999, p. 145, grifos no original).

O uso da linguagem verbal sempre toma parte de antemão à teoria associacionista no que diz respeito ao tratamento dispensado à natureza de seus objetos, ela irá sempre pressupor que se trata de “coisas” dispostas no espaço e que podem ser apreendidas por meio de “fases”. Por isto o emprego do termo “preconceito metafísico”, pelas escolhas inconscientes que seu uso acarreta. O “movimento da consciência” e a simplificação da “explicação dos fatos” serão assim alheios à linguagem, o que pode acarretar uma questão quanto à legitimidade em apreender a experiência a partir desta última. Nas palavras de Yves Thierry (1983, p. 208), temos uma boa formulação e atualização do problema:

Como manter e compreender a autonomia de uma experiência significativa sem ser submetido novamente à crítica que discerne um efeito de tensões lingüísticas sobre toda pretensão, da parte de um discurso, em produzir e manifestar um pensamento irreduzível à sua particularidade empírica de jogo de linguagem?⁵⁹

Todo discurso tem a pretensão de produzir e manifestar um pensamento que seja irreduzível a um simples jogo de linguagem. O trecho intenciona questionar a autonomia da experiência significativa. Mais precisamente, o autor faz referência a uma questão que emana da criação de uma ciência que toma a linguagem como um objeto. Segundo Ferdinand de Saussure (1995, p. 271), criador da lingüística, esta ciência “tem um único e verdadeiro objeto, a língua considerada em si mesma e por si mesma”, portanto, vai em direção ao estabelecimento de uma autonomia desta disciplina. No entanto, as considerações de Bergson a respeito da tendência associacionista presente na linguagem apontam para a necessidade de concebê-la *em relação* com os objetos a que faz referência. A filosofia sendo a constante busca por religar ao concreto a reflexão que a abstração desligou do agir. Portanto, observamos a partir das críticas à linguagem e a

⁵⁹ Comment maintenir et comprendre cette autonomie d'une expérience signifiante, sans être à nouveau soumis à la critique qui discerne un effet des contraintes linguistiques sur toute prétension, de la part d'un discours, à produire et manifester une pensée irréductible à sa particularité empirique de jeu de langage?

partir da própria feitura da filosofia de Bergson, alguns traços que indicariam a possibilidade de superação da natureza autônoma da linguagem. Pode-se destacar a noção de imagem e a presença das cinco figuras no corpo do texto de *Matéria e Memória*, que apresentamos acima. Advém então a necessidade de superação do dualismo significante/significado, a partir da inserção de um terceiro termo, a dimensão vital e criadora do sujeito.

Neste sentido, a filosofia deve ser feita a despeito da tendência associacionista da linguagem e para isto, Bergson precisou estabelecer um domínio no pensamento que capte, a partir das diferenças de natureza, as articulações do real. Mas, a condição humana é tal que se se vai neste outro sentido, se se abstém de agir para refletir, isto será feito ainda com vistas ao agir, mas agir diferentemente. Nas palavras de Camille Riquier (2009, p. 120), “perceber, e mesmo pensar em geral é abster-se de agir em vista de agir”⁶⁰. O caminho para este domínio exclui de início a linguagem e, como a visão também constitui um contato parcial com o real, na medida em que apresenta as possibilidades de ação, ele deverá ser feito a partir do "tocar", o qual se torna o paradigma do saber (RIQUIER, 2003, p. 121). Nosso corpo aparece como a única porção da extensão que é ao mesmo tempo percebida e sentida. Assim como nos organismos rudimentares o contato e a reação eram realizadas em um único ato. O fato de o tato estar presente já nestes organismos mostra o quanto o "tocar" é fundamental aos seres vivos.

Como toda atividade do espírito tem sua fonte em uma motivação concreta, e apenas posteriormente pode ser abstraída através da reflexão, esta última não é possível sem esforço intelectual ou atenção. Assim, toda atividade abstrata implica atenção ou esforço, termos sinônimos ainda no *Ensaio e Matéria e Memória*, mas que se diferenciaram no artigo "O esforço intelectual" (PANERO, 2003, p. 21) Neste artigo, Bergson fala na possibilidade de um esforço puramente intelectual, que não implicaria na execução imediata de uma ação. Trata-se de um esforço estritamente interno. Segundo Panero (2003, p. 22), esta concepção tem por base as reflexões sobre o esforço de Maine de Biran, na medida em que é puramente intelectual e interior. Mas, ainda no contexto das duas primeiras obras de Bergson, atenção e esforço implicam emprego do passado em vista de uma ação futura.

Fazendo frente à corrente de psicólogos de seu tempo (Marillier, Halmilton,

⁶⁰ "percevoir, et même penser en général, c'est s'abstenir d'agir en vue d'agir".

Wundt, Maudsley, e mesmo, William James) que definiam a atenção como uma atividade do espírito em direção a uma intensificação do estado intelectual, Bergson (1999, p. 113) a concebe, juntamente com Ribot, como "uma adaptação geral mais do corpo que do espírito". Adaptando esta concepção à sua teoria, tem-se que "a atenção implica uma volta para trás do espírito que renuncia a perseguir o resultado útil da percepção presente: haveria inicialmente uma inibição de movimento, uma ação de detenção" (BERGSON, 1999, p. 114). Após este trabalho negativo da atenção, que assegura a desaceleração do automatismo mental, há um trabalho positivo continuado pelas lembranças. Mais uma vez, Bergson compara uma função orgânica com uma ocupação humana, se a função do cérebro era aproximada a de uma central telefônica, agora, a atenção é comparada à do telegrafista, que recebe um telegrama importante, "torna a expedi-lo palavra por palavra ao lugar de origem para verificar sua exatidão" (BERGSON, 1999, p. 115). Trata-se da complementaridade que a lembrança exerce sobre a percepção atual, evocando as lembranças-imagens que se assemelham a ela e já foram consolidadas por nossos movimentos. Há, portanto, um esforço de síntese para reconstruir a imagem que recebemos da percepção:

A verdade é que essa análise se faz por uma série de tentativas de síntese, ou, o que vem a ser o mesmo, por uma série de hipóteses: nossa memória escolhe sucessivamente diversas imagens análogas que lança em direção da percepção nova. Mas essa escolha não se opera ao acaso. O que sugere as hipóteses, o que preside de longe à seleção, são os movimentos de imitação pelos quais a percepção prolonga-se, e que servirão de quadro comum à percepção e às imagens rememoradas (BERGSON, 1999, p. 115-116).

Seria como se a percepção apresentasse pontos desconectados no espaço, caberia à memória ligar estes pontos segundo as regras da analogia, estabelecendo um quadro comum. Conforme o grau de tensão que o espírito adota, a percepção desencadeará um número maior ou menor de lembranças-imagens, fazendo da atividade do espírito mais ou menos livre para apreender o novo. O alcance da analogia que realiza o ordenamento do real está subordinado a este grau de tensão, que se traduz nos dois limites extremos de atividade mental (as duas extremidades do cone): os movimentos de *contração* e de *expansão* pelos quais a consciência estreita ou alarga o desenvolvimento de seu conteúdo. É importante notar que "essa escolha não se opera ao acaso". Elas obedecem, em todos os momentos, às condições objetivas a que a consciência permanece ligada. Lembrando que a noção de inutilidade em Bergson não diz respeito a um desligamento com o caráter prático que liga todo o mundo humano, mas sim, significa a possibilidade

de se agir diferentemente. Ao invés da imediaticidade da reação, há um retardamento em vistas a uma ação futura. Portanto, o desinteresse da matéria em seu estado atual pressupõe um engajamento virtual mais profundo que permite um desempenho não-automático dos movimentos. Não só a elaboração das hipóteses, mas a própria disposição da estrutura da percepção ser polarizada em duas direções é significada por Bergson em função do engajamento vital.

Estes movimentos de tensão e expansão se deduzem das necessidades fundamentais da vida:

- 1) Tendência de todo organismo a vivenciar a generalidade. Dissolução da percepção em uma infinidade de lembranças igualmente possíveis, construindo gêneros. Tal movimento permitiria, por exemplo, o reconhecimento de locais seguros e de alimentos, sob uma perspectiva geral;
- 2) Tendência de todo organismo a extrair de uma situação dada o que ela tem de útil, o que resulta no discernimento de indivíduos. Já este outro movimento se mostra complementar ao anterior e permitiria, ocorrendo posteriormente ao anterior, um aprofundamento na experiência. Após o reconhecimento de um local habitualmente seguro, é preciso identificar possíveis adversidades que ameaçariam esta segurança, como por exemplo, a presença de um predador ou animal venenoso. Ou também, depois de encontrado o alimento, é preciso haver a possibilidade de a atenção identificar qualquer traço que comprometa seu caráter sadio, como a presença de fungos ou ovos de insetos, etc.;

Neste trabalho, a construção das hipóteses também recebe auxílio da imaginação, garantida aqui pela fluidez com que transita de uma extremidade a outra do cone, adquirindo estatuto de criação:

Nenhuma imagem substituirá a intuição da duração, mas muitas imagens diversas, tomadas de empréstimo a ordens de coisas muito diferentes, poderão, pela convergência de sua ação, dirigir a consciência para o ponto preciso no qual há uma certa intuição a apreender (BERGSON, 2006, p. 192).

Podemos assim concluir que a ação, funcionando como ponto de convergência na elaboração das hipóteses/imagens, rege o processo de criação destas últimas, o que pode ser realizado ainda no interior da linguagem. Mas, há uma operação primordial que subordina este processo em favor da relação com a significação interior à própria vida e que pressupõe um salto da linguagem em direção ao contato direto da consciência com o real.

CONCLUSÃO

A crítica à linguagem empregada por Bergson ao longo de toda sua obra é caracterizada, em *Matéria e Memória*, como proveniente do que ela apresenta de comum com a teoria associacionista do espírito (BERGSON, 1999, p. 145). Também nesta obra, o filósofo indica a possibilidade de superação desta concepção naturalmente empregada por nossa tradição e pela disposição prática de nossa consciência. O estabelecimento de graus de *atenção à vida* abriu, desta forma, a possibilidade de acesso ao Ser, freando a disposição natural do homem frente aos objetos. Com isto, nós vimos um deslocamento da crítica da linguagem verbal em direção ao estudo dos meios de garantir, a despeito dela, uma solidariedade do pensamento cada vez maior com a práxis e com a própria vida.

A articulação entre vida e linguagem é impossível de ser determinada em termos de racionalidade, pois se dá em um nível anterior a esta última, no plano do vivido pelo corpo. Será neste espírito, que Bergson procurará fora da linguagem, situações não-verbais com interesse vital, como o riso⁶¹, tema de seu próximo livro, e a gentileza⁶², tema de uma aula realizada no período de Clermont Ferrand. O primeiro em favor de punir o automatismo e o segundo em vista de uma integração a despeito de uma sociedade baseada na divisão de tarefas. Há um desvio entre a prática e sua expressão verbal, que apaga seus fundamentos metafóricos no real. A ordem vital define o próprio mundo segundo o qual a ação é sempre articulada à ideia, não à ideia pensada, mas, vivida, a qual garante ao homem estar economicamente engrenado ao exterior, estando em condição de agir sobre ele para transformá-lo. Este caráter regulador da vida faz com que ela desloque constantemente seu centro em função das novas necessidades de ação. Cabe ao homem reconhecer estas necessidades de mudança e suas reverberações nas práticas humanas. Apesar de conhecermos os problemas da linguagem que a impedem de expressar o Ser, não é possível reformá-la. O que pode ser feito é o aprimoramento da relação que ela mantém com o real, pois é próprio da linguagem não ter sua existência nela mesma, mas sim, existir pela relação a uma outra coisa

⁶¹ Trata-se da obra *Le Rire : essai sur la signification du comique*, publicada em Maio de 1900, a partir da reunião de três artigos publicados anteriormente na *Revue de Paris*.

⁶² Em 1885, com 25 anos, ainda jovem professor de liceu, Bergson tematiza a gentileza em uma de suas aulas, a qual pode ser encontrada integralmente na coleção *Mélanges*, a partir da página 312, ou em livro publicado em 2008 e prefaciado por Frédéric Worms: BERGSON, H. *La Politesse*. Paris: Éditions Rivages.

(THIERRY, 1983, p. 23), ou seja, pela relação com os elementos não-verbais. A ligação entre os dois âmbitos, representação e realidade, deve ser assegurada pela inserção de um terceiro termo (THIERRY, 1983, p. 19) na constituição fundada por Saussure de "significante/significado". É necessário para além destas duas dimensões um sujeito de ação que institua ou esclareça um sentido vinculado profundamente à práxis. Em uma situação como a da filosofia, onde a preocupação é com o sentido imanente às próprias coisas, trata-se de investigar os fenômenos aparentemente gratuitos em função de seu desempenho natural, captando as articulações do real.

Tendo em vista o rompimento da teoria de Bergson com o associacionismo e suas tentativas de superar a tendência lógica presente na linguagem, a última etapa da solução estará no remanejamento de conceitos (LEOPOLDO E SILVA, 1994, p. 308). Mas, o que está por trás do remanejamento dos conceitos? Qual é a virtualidade que garante a nova distribuição e um novo sentido? Vimos que por mais artificial e longe da ação que um conceito tenha se tornado, ele sempre conserva sua origem prática, que a reflexão purifica a fim de facilitar seu trabalho sobre a matéria. O fato de todo problema receber o seu tratamento singular mostra que há um redimensionamento do problema de acordo com sua solução futura. Esta dimensão significa a atribuição de uma forte relação entre criação e realidade. O esforço de atenção colocando o corpo em disposição com o objeto, fazendo cessar o movimento habitual da consciência em direção a uma coincidência com o Ser. A linguagem como a forma de simbolização mais abrangente que existe possibilita a superação da natureza "eternamente pura" (JANKÉLÉVITCH, 1959, p. 15) da percepção imediata e dispõe o passado na forma das lembranças-imagens. O passado que conserva a data, a subjetividade (PRADO JR, 1989, p. 135) e não-associado em mecanismos motores, o que significa que se pode dispor dele para reorganizar o futuro, assim como o futuro pode reordenar o arranjo das lembranças passadas, pode ser acessado. E é nesta fase em que criação e memória se confundem que reside o germe do bergsionismo.

A virtualidade coexistente a toda forma de simbolização, em especial à linguagem, é composta desta relação entre passado e futuro, a qual se concretiza sob a forma da criação. Toda criação pressupõe uma mudança de direção, pois se deve passar da apreensão dos elementos e das partes para a apreensão absoluta de cada elemento e cada parte, pois tal ordem de pensamentos pressupõe o parentesco profundo entre tudo o que é apreendido como parte separada. Tal afirmação jamais poderia ser formulada pela inteligência, cuja natureza é fundamentalmente analítica. Todo o trabalho, todo o

esforço, será em direção de religar de fato o que já é ligado por direito.

Toda esta questão do engajamento do sujeito será colocada em termos de tempo. Assim, há uma tradução da questão: recharacterizando o presente como sensório-motor, o que significa sua natureza ativa e virtualmente engajada com o processo vital. O passado tem natureza diferente do presente e é tudo aquilo que não tem mais influência na ação imediata. O futuro é aquilo em função do que o passado se organiza. Qual o ganho de Bergson ao traduzir esta questão em termos de tempo? Apenas em sua expressão temporal, todas as três naturezas do tempo organizam-se em uma dimensão eminentemente criadora. Somente o tempo pode dotar o sujeito de uma unidade temporal que legitima sua natureza livre, religando-o à totalidade do Ser.

Apresentamos na introdução a motivação do bergsonismo como uma tentativa de religar contrários, como vigília e sonho. O método utilizado foi desempenhado em suas obras mais do que verbalizado em *O Pensamento e o Movente*. E este método foi o da apreensão de linguagens comuns que pudessem estabelecer pontos de contato entre aparentes contrários, como procuramos demonstrar através da análise da noção de imagem. Acreditamos que o *tempo* tenha resistido à sistemática e árdua crítica de Bergson à abstração, pois seja como *imagem*, seja como *sonho*, ele é sempre o ponto de contato com o Ser.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Bergson:

- BERGSON, Henri. *Ouevres*. Textes annotés par André Robinet et introduction par Henri Gouhier. 6^a edição. Édition du centenaire. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- _____. *Correspondances*. Textes publiés et annotés par André Robinet avec la collaboration de Nelly Bruyère, Brigitte Sitbon-Peillon, Suzanne Stern-Gillet. 1^a edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- _____. *Mélanges*. Texts publiés et annotés par André Robinet avec la collaboration de Marie-Rose Mossé-Bastide, Martine Robinet et Michel Gautier. Paris: PUF, 1972.
- _____. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Tradução de João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. *A evolução criadora*. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Matéria e Memória*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. *O pensamento e o movente*. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *A energia espiritual*. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. *Cursos sobre a filosofia grega*. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *As duas fontes da moral e da religião*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Comentadores:

- ALVES, R. M. *A intuição e a mística do agir religioso a partir de Henri Bergson*. São Paulo: Pastoral universitária - Edições Loyola, 2003.
- BALAKIAN, A. *O Simbolismo*. Tradução de José Bonifácio. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BARBARAS, R. “A unidade originária da percepção e da linguagem em Jan Patočka”. *Dois pontos*, Revista de Filosofia dos Departamentos de Filosofia da UFPr e UFSCar; vol.3, número 1, 2006.
- BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique – Contribution à une Psychanalyse de la connaissance Objective*. Paris: J. Vrin, 1947.
- BOGALHEIRA, R. R. *Movimento e totalidade em Bergson: a essência imanente da realidade movente*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- BRAGUE, R. *O tempo em Platão e Aristóteles*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.
- COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. Tradução de Angela de Noronha Begnami, Milton Arruda, Clemence Jouet-Pastré, Neide Sette. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHERNIAVSKY, A. *Exprimer l'esprit: Temps et langage chez Bergson*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- DARWIN, C. *L'origine des espèces*. Tradução de Ed. Barbier. Paris: C. Reinwald et C., Libraires-éditeurs, 1876.
- DELEUZE, G. *Bergsonismo*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2008 (Coleção TRANS).
- LECERF, E; BORBA, S.; KOHAN, W. (Org.). *Imagens da Imanência. Escritos em memória de Henri Bergson*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-25.
- LEOPOLDO E SILVA, F. *Bergson: intuição e discurso filosófico*. São Paulo: Loyola, 1994.
- FERRAZ, M. S. A. “Sujeito perceptivo e mundo em Merleau-Ponty”. *Dois pontos*, Revista de Filosofia dos Departamentos de Filosofia da UFPr e UFSCar; vol.5, número 1, 2008.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes,

- 2002.
- FURLAN, R. “Estrutura e subjetividade no último Merleau-Ponty”. *Dois pontos*, Revista de Filosofia dos Departamentos de Filosofia da UFPr e UFSCar; vol.5, número 1, 2008.
 - GRASSI, E. *Poder da imagem, impotência da palavra racional. Em defesa da Retórica*. Tradução de Henriqueta Ehlers e Rubens Siqueira Bianchi. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
 - GUINSBURG, J; LEIRNER, S. (org.) *O Surrealismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
 - JANKÉLÉVITCH, V. *La mort*. Paris: Flammarion, 1977.
 - _____ . *Henri Bergson*. Paris: PUF, 1959.
 - PANERO, A. *Commentaire des Essais et Conférences de Bergson*. Paris: L'Harmattan, 2003.
 - PAIVA, R. *Subjetividade e imagem: a literatura como horizonte da filosofia em Henri Bergson*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
 - PHILONENKO, A. *Bergson ou la philosophie comme science rigoureuse*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1994.
 - PINTO, D. Bergson. In: Rossano Pecoraro. (Org.). *Os Filósofos - Clássicos da Filosofia*. 1 ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; Editora PUC-Rio, 2008, v. 2, p. 206-230.
 - _____. “Consciência e corpo como memória : subjetividade, atenção e vida à luz da filosofia da duração”. Tese de doutoramento apresentada em 2000. São Paulo: FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
 - _____. Crítica do negativo e ontologia da Presença: a interpretação de Bergson segundo Bento Prado Junior. *O Que nos Faz Pensar*, v. 22, p. 23-48, 2007.
 - _____. O tempo e seus momentos interiores. *Analytica (UFRJ)*, v. 9, p. 59-86, 2005.
 - _____. (org.) Subjetividade e Linguagem. *Dois pontos*, Revista de Filosofia dos Departamentos de Filosofia da UFPr e UFSCar; vol.3, número 1, abril de 2006.
 - PINTO, T. J. S. *O método da intuição em Bergson e sua dimensão ética e pedagógica*. São Paulo, Edições Loyola, 2010.

- PONGE, F. *A mesa*. Edição bilíngüe. Tradução e apresentação Ignacio Antonio Neis e Michel Peterson. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- PRADO JÚNIOR, B. *Presença e campo transcendental: consciência e negatividade na filosofia de Bergson*. São Paulo: Edusp, 1989.
- _____. *Erro, ilusão, loucura. Ensaio*. Comentários de Arley Ramos Moreno, Sérgio Cardoso e Paulo Eduardo Arantes. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MARQUES, S. *Ser, Tempo e Liberdade: as Dimensões da Ação Livre na Filosofia de Henri Bergson*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- MALDINEY, H. *Aîtres de la langue et demeures de la pensée*. Lausanne: Éditions L'age d'homme, 1975.
- MCDOWELL, J. “Capacidades conceituais na percepção”. *Dois pontos*, Revista de Filosofia dos Departamentos de Filosofia da UFPr e UFSCar; vol.3, número 1, 2006.
- MERLEAU-PONTY, M. *L'union de l'âme et du corps chez Malebranche, Biran et Bergson*. Recueillies et rédigées par Jean Deprun. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002.
- _____. *Signos*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MONDOLFO, R. *O pensamento antigo : história da filosofia greco-romana*. Volume 1. Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo : Mestre Jou S. A., 1966.
- MONTEBELLO, P. *L'autre métaphysique – Essai sur Ravaisson, Tarde, Nietzsche et Bergson*. Paris : Desclée de Brouwer, 2003.
- MOURA, C. A. R. “Husserl: significação e fenômeno”. *Dois pontos*, Revista de Filosofia dos Departamentos de Filosofia da UFPr e UFSCar; vol.3, número 1, 2006.
- MÜLLER, M. *Merleau-Ponty, acerca da expressão*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- MÜLLER, MAX. *La science du langage*. Tradução de Georges Harris e Georges Perrot. 2ª edição. Paris: A. Durand et Pedone Lauriel, libraires-éditeurs, 1867.
- OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

- RICOEUR, P. *A metáfora viva*. Tradução de Dion Davi Macedo. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.
- RIQUIER, C. *Archéologie de Bergson. Temps et Métaphysique*. Paris: PUF, 2009.
- ROBINET, A. *Bergson et les métamorphoses de la durée*. 2ª edição. Paris: Éditions Seghers, 1966.
- RODRIGUES, P. *A construção do Sujeito Empírico. Percepção e Inteligência na filosofia de Bergson*. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.
- SARTRE, J-P. *A imaginação*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Difel, 1964.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SILVA, F. C.. *Interioridade, experiência da duração e expressão do real: a intauração metodológica em Bergson*. São Carlos: UFScar, 2008. (Mestrado em Filosofia).
- SOULEZ, P; WORMS, F. *Bergson. Biographie*. Paris: Quadrige/ PUF, 2002.
- STANCATI, C. (et all). *Henri Bergson: esprit et langage*. Claudia Stancati (Ed.); Donata Chiricò (Ed.); Federica Vercilio (Ed.). Bélgica: Sprimont: Mardaga, 2001. TADIÉ, J-Y; TADIÉ, M. *Le sens de la mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1999.
- THIERRY, Y. *Sens et Langage*. Bruxelas: Éditions OUSIA, 1983.
- WEINRICH, H. *Le temps – Le récit et le commentaire*. Tradução do alemão por Michèle Lacoste. Paris : Éditions du Seuil, 1973.
- WORMS, F. (editado e apresentado) *Annales Bergsoniennes I. Bergson dans le siècle*. Paris : PUF, 2002.
- _____. *Bergson ou les deux sens de la vie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004. (Collection Quadrige).
- _____. *Introduction à matière et mémoire de Bergson: suivie d'une brève introduction aux autres livres de Bergson*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- _____. *La philosophie en France au xxe siècle. Moments*. Paris: Gallimard, 2009.

- _____. A concepção bergsoniana do tempo. In: *Dois pontos*. Revista de Filosofia dos Departamentos da UFPr e UFSCar. Vol.1 n.1, 2004 [1].